

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Maria Flávia Pires Barbosa**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE EM  
CAPIVARI/SERRO (MG): possibilidades, limites e expectativas**

**Minas Gerais - Brasil**

**Junho de 2011**

**Maria Flávia Pires Barbosa**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE EM  
CAPIVARI/SERRO (MG): possibilidades, limites e expectativas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

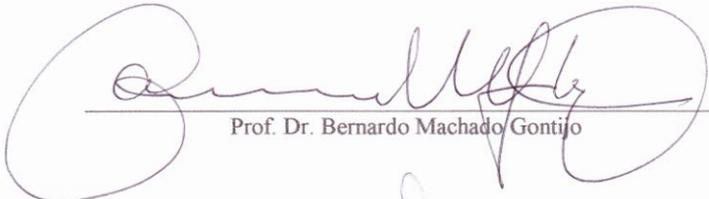
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

**Belo Horizonte**

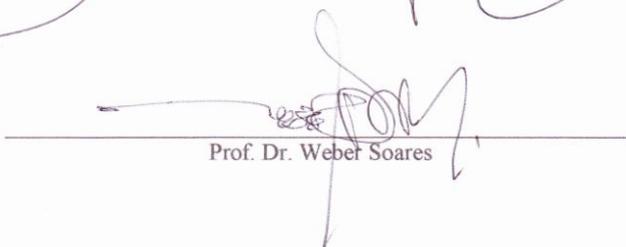
**Departamento de Geografia da UFMG**

**2011**

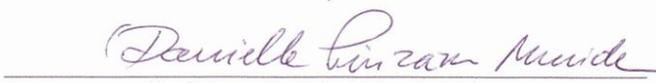
Dissertação defendida e aprovada, em 13 de junho de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo



Prof. Dr. Weber Soares



Profa. Dra. Danielle Piuzana Mucida

*Aos meus pais, pelo amor, pela força e pelo apoio constante*

*Aos meus irmãos, pela admiração e cumplicidade*

*Aos meus amigos, pelo companheirismo.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço aos meus pais. Impossível seria caminhar até aqui sem o apoio deles. Meu pai, que sempre me deu força, embarcando comigo nas minhas ideias. Minha mãe, eterna mãe-amiga, companheira de todas as horas. Obrigada por tudo.*

*Ao Bernardo, obrigada por ter aceitado mais uma orientação, que se prolonga desde a monografia no curso de Turismo. Valeu por acreditar e confiar em mim, sempre.*

*Aos meus amigos! Cada dia acredito mais que a amizade vale muito, e que sem meus amigos por perto, seria muito mais difícil. Adoro vocês, sempre! Em especial agradeço à Mari, Carol e Júlia, pela força fundamental e pela acolhida de todas as horas.*

*Aos professores do mestrado, pelos ensinamentos. E aos amigos, antigos professores do turismo, pelas constantes trocas.*

*Aos moradores de Capivari! Obrigada pelas conversas e acolhida à beira do fogão a lenha no friozinho da Serra do Espinhaço e pela maravilha das cachoeiras de águas geladas durante os dias de calor.*

*Aos colegas do GIPE, obrigada por compartilhar as experiências nessa travessia e pelas conversas nas reuniões as vezes intermináveis... Agradeço ao Leo pelos mapas.*

*Ao Daniel Rosa, pelo carinho, trocas e paciência! Agradeço por você ter aparecido na minha vida nesse momento.*

*À CAPES, pelo auxílio financeiro tão essencial para a pesquisa.*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>P. 15</b>
------------------------	--------------

### **CAPÍTULO 01 – DESENVOLVIMENTO: DE QUE ESTAMOS FALANDO?**

1.1- O Desenvolvimento.....	p.26
1.2- Das vozes hegemônicas do desenvolvimento ao início de uma “teoria aberta”.....	p.32
1.2.1) O predomínio da dimensão econômica nas estratégias de desenvolvimento.....	p.32
1.2.2) Por uma “teoria aberta do desenvolvimento”.....	p.42
1.3- Uma voz dissonante: a perspectiva libertária de Amartya Sen no processo de desenvolvimento.....	p.46
1.3.1) A perspectiva da Liberdade apresentada por Amartya Sen.....	p.52
1.4.2) Os dois papéis da Liberdade.....	p.54

### **CAPÍTULO 02 – TURISMO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA NATUREZA**

2.1- Breves notas sobre o turismo.....	p.60
2.1.1) Movimentos hegemônicos: o surgimento do chamado turismo moderno.....	p.61
2.1.2) Pensamentos “alternativos”: uma breve abordagem sobre o Turismo Solidário.....	p.67
2.1.3) O Programa Turismo Solidário em Minas Gerais – contexto geral.....	p.69
2.1.4) Uma discussão sobre os caminhos da participação.....	p.75
2.1.4.1) Participação: seus obstáculos e desafios.....	p.79

### **CAPÍTULO 03 – O CAMINHO METODOLÓGICO**

3.1- A Metodologia.....	p.84
3.1.1) Coleta de dados e amostragem.....	p.92

### **CAPÍTULO 04 – MEMÓRIAS DO SERRO FRIO**

4.1- Das raízes históricas de ocupação do Vale do Jequitinhonha a emergência do turismo.....	p.96
4.1.1) Serro: um pouco de história.....	p.99
4.1.2) A Geografia do Serro.....	p.104
4.1.3) Por entre serras, picos, plantas, bichos e água.....	p.108
4.1.4) O Turismo Solidário em Capivari.....	p.118

### **CAPÍTULO 05 – O RETRATO DE CAPIVARI SOB UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA**

5.1) <i>Os meios do desenvolvimento: Capivari e as liberdades instrumentais</i> .....	p.126
5.1.1) <i>As Oportunidades Sociais</i> .....	p.127
5.1.2) <i>As Facilidades Econômicas</i> .....	p.136
5.1.3) <i>As Liberdades Políticas</i> .....	p.145
5.1.4) <i>As Garantias de Transparência</i> .....	p.152
5.1.5) <i>A Segurança Protetora</i> .....	p.158
5.2) <i>Considerações prévias – O turismo em questão</i> .....	p.161

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p.164
-----------------------------------	-------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	p.170
---	-------

## **8) ANEXOS**

8.1) <i>Anexo A – Zoneamento Síntese da RBSE – Unidades de Conservação</i> .....	p.178
8.2) <i>Anexo B – Banner do Programa Turismo Solidário – Projeto Piloto</i> .....	p.179
8.3) <i>Anexo C – Deliberação Normativa nº001/2010 – (COMTUR/SERRO)</i> .....	p.180

## **9) APÊNDICES**

9.1) <i>Roteiro de entrevista com os moradores de Capivari/Serro (MG) envolvidos com o Turismo</i> .....	p.181
9.2) <i>Roteiro de entrevista com o representante da Operadora de Turismo “Andarilho da Luz”</i> .....	p.183
9.3) <i>Roteiro de entrevista com representantes dos Conselhos Consultivos (PEPI/APA) e da Associação Comunitária de Capivari</i> .....	p.185
9.4) <i>Roteiro de entrevistas com o representante da Secretaria de Turismo da Prefeitura do serro</i> .....	p.187
9.5) <i>Roteiro de entrevista com o representante de Capivari na Câmara dos Vereadores no Município do Serro (MG)</i> .....	p.189
9.6) <i>Roteiro de entrevistas com os Gestores do Parque Estadual do Pico do Itambé e da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes</i> .....	p.191

## ***LISTA DE GRÁFICOS***

Gráfico 01 – Pessoas com mais de 10 anos de idade que possuem alguma renda mensal.....	p.106
Gráfico 02 – Tempo de estudo da população residente no Serro com mais de 10 anos de idade.....	p.106

## ***LISTA DE MAPAS***

Mapa 01 - Localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.....	p.15
Mapa 02 - Municípios, distritos e povoados que fazem parte do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais.....	p.18
Mapa 03 - Localização geográfica dos Receptivos familiares em Capivari/Serro (MG).....	p.94
Mapa 04 – Localização de Capivari/Serro (MG).....	p.111
Mapa 05 – Mapa Geológico e de Cursos d’água que abastecem Capivari/Serro (MG).....	p.112

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 - Prédio da Atual Prefeitura do Serro-----	p.103
Figura 02 – Igreja de Santa Rita-----	p.103
Figura 03 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo-----	p.103
Figura 04 – Vista de Capivari com o Pico do Itambé ao fundo-----	p.109
Figura 05 – Vista do alto do Pico do Itambé-----	p.109
Figura 06 – Igreja Bom Jesus-----	p.110
Figura 07 – Igreja São Geraldo-----	p.110
Figura 08 – Perfil Topográfico passando pelo núcleo urbano do povoado de Capivari e pelo Pico do Itambé-----	p.114
Figura 09 – Cachoeira do Tempo Perdido – Capivari/MG-----	p.114
Figura 10 – Cachoeira do Tempo Perdido – Capivari/MG-----	p.114
Figura 11 – Casa de morador que trabalha hoje com Turismo Solidário-----	p.128
Figura 12 – Casa de morador que trabalha hoje com Turismo Solidário-----	p.128
Figura 13 – Lixo queimado no quintal da casa de um morador-----	p.129
Figura 14 – Encanamento construído pelos próprios moradores para abastecimento de água no povoado-----	p.130
Figura 15 – Escola Municipal de Capivari-----	p.134
Figura 16 – Aula de informática realizada no Centro Comunitário de Capivari	p.135
Figura 17 – Exemplos de artesanatos produzidos pelos moradores de Capivari	p.139
Figura 18 – Exemplos de artesanatos produzidos pelos moradores de Capivari	p.139
Figura 19 – Exemplos de artesanatos produzidos pelos moradores de Capivari	p.139

Figura 20 – Exemplos de artesanatos produzidos pelos moradores de Capivari	p.139
Figura 21 – Centro Comunitário Dona Estulana Marques da Cunha-----	p.150
Figura 22 – Placa de identificação do Centro Comunitário-----	p.150
Figura 23 – Placa de inauguração do Centro Comunitário-----	p.150

## ***LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS***

APA – Área de Proteção Ambiental

CEMIG – Companhia Energética do Estado de Minas Gerais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IGA – Instituto de Geociência Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG's – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PEPI – Parque Estadual do Pico do Itambé

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RBSE – Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEBRAE/MG – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais

SEDVAN – Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do norte de Minas

SETUR/MG – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UC's – Unidades de Conservação da Natureza

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

## **RESUMO**

Esse trabalho, de modo geral, propõe refletir acerca da relação entre turismo e desenvolvimento, sobretudo a partir do entendimento do modo como a atividade turística vem sendo realizada em Capivari, no município do Serro (MG). Para isso, tomou-se como base as reflexões de Amartya Sen, cuja obra intitulada *Desenvolvimento como Liberdade* traz reflexões acerca do desenvolvimento, atribuindo ao termo uma dimensão humana, que acreditamos ser tão indispensável a esse processo. Desse modo, a análise das iniciativas acerca da atividade turística existentes no povoado de Capivari e a efetividade, ou não, de suas ações, como uma forma possível de promoção do desenvolvimento foi pensada, então, através da “expansão das liberdades”, como coloca Amartya Sen, dos indivíduos envolvidos. Contudo, as análises realizadas aqui, com base nas liberdades instrumentais propostas pelo autor, revelaram que o tão esperado desenvolvimento, promovido por uma atividade turística que levasse em conta a participação da comunidade, ainda está no nível da expectativa. Assim como está, também, a tão esperada autonomia advinda desse processo, e muito ainda deve ser feito para tornar isso possível. Diante disso, podemos dizer que é necessário pensarmos em alternativas que caminhem para além do que as iniciativas de turismo atuais oferecem aos moradores e visitantes. Ou seja, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas a esse pensamento que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, ofereçam um conteúdo específico às propostas de turismo que caminham numa direção contra-hegemônica.

Palavras-chave: turismo, desenvolvimento, liberdades instrumentais.

## **ABSTRACT**

This study, in its general lines, intends to ponder about the relation between tourism and development, mainly from understanding the way in which the touristic activity has been conducted in Capivari, municipality of Serro (MG). Towards that, it was taken for support the thoughts of Amartya Sen, whose work, “*Desenvolvimento como Liberdade*” (Development as Freedom), brings reflections concerning the development, attributing a human dimension to the term, which we believe to be so indispensable within this process. In such fashion, the analysis of the initiatives regarding the touristic activity in the village of Capivari and the effectiveness, or not, of its actions, as a viable way for promoting development, was thought, then, through the “expansion of liberties”, according to Amartya Sen, of the individuals involved. However, the analysis accomplished here, based in the instrumental liberties proposed by the author, revealed that the much expected development, promoted by a touristic activity that was supposed to account for communitarian participation, is still at expectancy level. As it is, also, the much expected autonomy resulting from this process; there is still a lot to be accomplished to make this possible. In face of it, we can say that it is necessary to think alternatives that may go beyond what the current initiatives of tourism are offering inhabitants and visitors. One urgent task consists of formulating alternatives to this thought, that may be at the same time emancipating and viable and that, due to it, may offer a specific content to the tourism propositions going towards a counter-hegemonic direction.

Key-words:            tourism,            development,            instrumental            liberties.

## INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha, situado na porção nordeste do Estado de Minas Gerais (ver mapa 01), atualmente é considerado uma das regiões mais pobres do estado. A gênese do processo de formação dessa região ocorreu a partir da exploração do ouro de aluvião, ainda no século XVII, consolidando-se no século XVIII com a exploração do diamante, principalmente na região do Alto Jequitinhonha. Com o enfraquecimento da mineração, outras atividades econômicas surgiram, sobretudo a agropecuária. Essas atividades são consideradas, então, como as principais atividades responsáveis pelas mudanças reestruturantes as quais o Vale se submeteu ao longo do tempo.



**Mapa 01:** Localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.  
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

No entanto, com o passar dos anos prevaleceu na região a agricultura de subsistência, em função do estado de abandono em que se encontravam as atividades agro-pastoris. Como apontam Eduardo Ribeiro e Flávia Galizoni (2000), o declínio das lavouras desta região começou quase que concomitante à decadência da mineração.

Embora a natureza abastecesse a população com opulência, as terras de chapada não serviam para lavouras, e os poucos capões de matas das

grotas – que depois de desmatados tornavam-se terras de cultura ou apenas culturas – foram usufruídos pelas primeiras levas de moradores que extraíram a sua fertilidade (p.163).

Como colocam esses autores, no começo do século XIX, Saint-Hilaire e Spix e Martius já perceberam a diminuição da fertilidade nas terras exploradas. Desde essa época, as condições de sobrevivência na região iam ficando gradativamente mais difíceis, já que a fertilidade da terra diminuía à medida que a exploração aumentava e, conseqüentemente, “mais tímida ficava a atividade mercantil com o declínio da mineração” (RIBEIRO e GALIZONI, 2000, p.164).

Mais recentemente, toda a região tem sido alvo de inúmeras pesquisas, projetos e programas por parte de universidades, iniciativa privada e governo. Muitos pesquisadores<sup>1</sup> têm realizado projetos de inserção de alunos no Vale do Jequitinhonha, sejam alunos das áreas da saúde, das ciências humanas e sociais, das ciências agrárias e da terra, das ciências biológicas, das artes, literatura, dentre outras. Ainda, projetos de cunho desenvolvimentista são pensados constantemente, tanto por parte de governos quanto por meio da iniciativa privada.

Nesse contexto, diversas alternativas têm sido sugeridas como forma de melhorar as condições de vida das populações que vivem nessa região e, assim, o turismo tem sido apontado como uma delas. Por um lado, os governos enxergam na atividade turística uma forma de alavancar a economia local, gerando emprego e renda para a população. Acreditam, então, que o turismo pode atuar como “tábua de salvação”, sobretudo em locais com economia deprimida nos quais a atividade turística aparece como uma alternativa bastante palpável de auferir renda para os diversos municípios. Por outro lado, a iniciativa privada vem atuando na tentativa de garantir sua parte na busca pelos benefícios, sobretudo econômicos, advindos dessa atividade.

Assim, aproveitando-se das características culturais marcantes do Vale, aliadas aos seus atributos físicos e paisagísticos, já que a região faz parte da porção meridional da Serra do

---

<sup>1</sup> Muitos pesquisadores ligados à universidades têm realizado pesquisas e projetos no Vale. Diversos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possuem pesquisas em andamento na região, principalmente a partir do Programa Pólo Jequitinhonha. Além desses, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA) também apresentam projetos e trabalhos dedicados à região.

Espinhaço, que abarca uma diversidade biológica única, essas iniciativas encontram um campo fértil para proliferarem-se.

Um exemplo bastante elucidativo com relação a essas iniciativas se refere ao Turismo Solidário no Vale do Jequitinhonha. Essa forma de turismo teve início na região em 1999, a partir da iniciativa de uma operadora de ecoturismo, “Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas e Terapêuticas”, com sede em Belo Horizonte/MG. Posteriormente, em 2003, o governo do Estado de Minas Gerais lançou o Programa Turismo Solidário, a partir da criação da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (SEDEVAN). Com isso, firmou-se uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, a Fundação Banco do Brasil e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais (SEBRAE/MG). Como objetivos dessa Secretaria Extraordinária, destacam-se: a busca pelo fortalecimento político da região em questão e, sobretudo, a articulação e coordenação de programas e projetos que visem o desenvolvimento social e econômico dessa região mineira com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

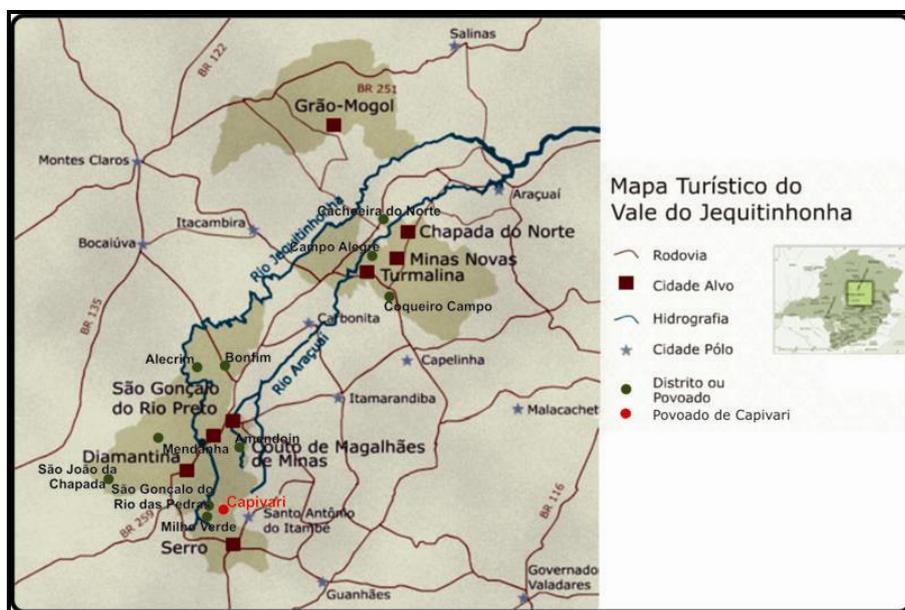
Segundo o site oficial desse programa<sup>2</sup>, essa iniciativa foi idealizada para levar melhores condições de vida às regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, onde o IDH é um dos mais baixos do país. Assim, o Turismo Solidário surgiu como uma “inovadora modalidade de Turismo”, na qual os turistas poderão conhecer as inúmeras potencialidades do Vale. Além disso, o programa tem o intuito de “despertar no turista solidário um sentimento humanista, para ajudar diretamente no desenvolvimento da região”. A grande proposta desse programa seria, então, a de “estimular o crescimento do fluxo de turismo na região através da estruturação do Turismo Solidário, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais da região” (PROGRAMA DE TURISMO SOLIDÁRIO).

Atualmente fazem parte desse programa vinte localidades, sendo elas: Alecrim, Bonfim, Cachoeira do Norte, Cafezal, Campo Alegre, Campo Buriti/Coqueiro Campo, Capivari, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Extrema, Gangorras, Grão Mogol, Mato Grosso/Ribeirão, Mendanha, Milho Verde, Santa Rita, São Gonçalo do Rio das Pedras,

---

<sup>2</sup> <<http://www.turismosolidario.com.br>>. Acesso em Fevereiro de 2010.

São Gonçalo do Rio Preto, São João da Chapada e Serro (ver mapa 02). A idéia ainda é ampliar o Programa Turismo Solidário para outros três municípios do Vale do Jequitinhonha: Capelinha, Itamarandiba e Felício dos Santos.



**Mapa 02:** Municípios, distritos e povoados que fazem parte do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais.

Fonte: [www.turismosolidario.com.br](http://www.turismosolidario.com.br)

A pesquisa aqui apresentada trará como estudo de caso a localidade de Capivari, no município do Serro/MG. Esse povoado foi o primeiro a receber projetos de qualificação e preparação para o Turismo Solidário, principalmente por meio das ações da operadora de ecoturismo “Andarilho da Luz”. De acordo com informações obtidas no site dessa empresa<sup>3</sup>, as primeiras capacitações foram realizadas na preparação das pousadas domiciliares, nas orientações do funcionamento da atividade turística e na mobilização dos principais agentes locais. Ainda segundo esse site, um curso de qualificação do artesanato local foi realizado no ano de 2003, por meio da parceria com o Centro Cape (Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor), que procurou impulsionar o desenvolvimento profissional desta atividade.

Essas iniciativas surgiram num contexto histórico difícil, permeado, sobretudo, por restrições econômicas e privações sociais. Na época de seu surgimento, o município

<sup>3</sup> <<http://www.andarilhodaluz.com.br>>. Acesso em Fevereiro de 2010.

estudado, assim como outros municípios envolvidos, enfrentava uma situação conflituosa. No caso específico do Serro, e mais especificamente da localidade de Capivari, a atividade garimpeira havia sido proibida pelos órgãos ambientais, sobretudo após a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) e da Área de Proteção Ambiental (APA) das Águas Vertentes, ambos em 1998, assim como ficou proibida, também, a coleta de sementes no interior dessas Unidades de Conservação (UC's), o que abalou significativamente a economia local.

A criação dessas UC's acarretou mudanças para essa população. Uma nova forma de organização territorial surgiu, desencadeando transformações na vida social, cultural e econômica de seus moradores. Diante desse fato, emergiram algumas estratégias de resistência, resignação e adaptação às novas regras impostas pelo uso do solo. Esta situação refletiu diretamente nas desfavoráveis condições sócio-econômicas desta comunidade, que nos últimos anos vem buscando soluções para reverter essa situação. Uma das alternativas encontradas foi, então, o investimento no Turismo Solidário.

Contudo, apesar do grande número de projetos e pesquisas na região, sejam projetos da iniciativa privada ou programas governamentais, incluindo os projetos turísticos, poucos são os estudos destinados a abordar e entender a complexidade que envolve a atividade turística. Pouco se estudou acerca dos problemas gerados por essa atividade, e das suas possíveis consequências, sejam elas positivas ou não, sobretudo para a população local. Muita ênfase tem sido dada ao papel dos turistas nesse contexto, ou seja, o que o turista pode ganhar ou oferecer à população, de acordo com a disponibilidade de tempo e recursos e o envolvimento de cada um deles. Entretanto, pouco tem sido estudado sobre a efetividade dessas iniciativas, assim como sobre a real participação da população local nesse processo.

Em uma área como o Espinhaço Meridional, que engloba um número cada vez maior de Unidades de Conservação, e onde tem sido proposto um grande mosaico de UC's<sup>4</sup>, a população tem sofrido com os problemas gerados pela implantação dessas. Na maior parte

---

<sup>4</sup> O Mosaico proposto engloba onze Unidades de Conservação, a saber: Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Nacional das Sempre Vivas, Parque Estadual do Itacolomy, Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Pico do Itambé, Estação Ecológica Estadual de Tripuí, Estação Ecológica Estadual de Fechos, Parque Natural Municipal de Ribeirão do Campo e Parque Natural Municipal Salão de Pedras. (As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) não estão incluídas nessa listagem). (ver anexo A)

dos casos, a implantação dessas Unidades alija a população desse processo gerando, assim, uma série de conflitos sócio-ambientais. Nesse sentido, a região do Espinhaço, em função de suas características físicas: geologia, geomorfologia, plantas, animais, solo, dentre outras, tem sido amplamente estudada, catalogada, descoberta e redescoberta. Mas pouca atenção tem sido dada a população que habita essa região, ou seja, como essa população vivencia a região, como ela se interage com o ambiente e em que medida ela se adapta ou resiste a mudanças a partir, por exemplo, da implantação de projetos de turismo.

No caso específico de Capivari, é possível apontarmos que o Turismo Solidário emergiu imprimindo uma nova racionalidade aos moradores, racionalidade essa conduzida, principalmente, por atores sociais “de fora”. Ou seja, a prática do Turismo Solidário incorporou contradições inerentes ao turismo, trazendo em seu bojo uma grande capacidade de imprimir novos hábitos. Assim, o advento do turismo embutiu novas formas de relação do homem com a terra, já que a preservação da natureza passou a ser condição indispensável para a prática turística, além de promover novas maneiras dos habitantes se relacionarem social e culturalmente.

Porém, a própria forma de organização social em Capivari impõe uma resistência aos rápidos avanços provocados por agentes externos, que alteram gradativamente a configuração sócio-espacial da localidade. As próprias confrontações de tempos, que correm de formas distintas para moradores e atores externos, já se configuram como estratégias de resistência e adaptação.

Nesse contexto, propomos, então, refletir sobre a possível relação entre turismo e desenvolvimento, uma vez que essa relação está, pelo menos teoricamente, embutida na ideia central das iniciativas de turismo que ocorrem na localidade estudada. Contudo, vale ressaltar que refletir sobre esses temas, numa região como o Vale do Jequitinhonha, por exemplo, é uma difícil tarefa. Isso porque, no plano teórico, os conceitos e definições acerca do próprio turismo ainda carecem muito de refinamento, pois, de fato, são poucos os autores que se dispõem a estudar a fundo tal questão. Outra dificuldade se refere a própria ideia de desenvolvimento: são raras as discussões que apontam noções e conceitos que ultrapassam aquelas noções meramente economicistas, que associam, com bastante frequência, desenvolvimento à ideia de crescimento econômico. Já no plano empírico, as propostas de Turismo Solidário ainda precisam de ajustes, aprimoramentos, revisões e

alinhamentos com a realidade de cada localidade nas quais essas iniciativas acontecem. Diante disso, cabe aqui uma colocação, como aponta Bruno Bedim (2008),

Os desdobramentos sociais do turismo nos lugares não suscitam apenas problemas históricos, a pesquisa de suas origens ou antecedentes (...). Tem-se enquanto premissa o caráter originalmente processual do turismo, concebendo-o enquanto fenômeno que não se explica pela sua própria manifestação. Para entendê-lo, faz-se necessário analisar a partir de seu conteúdo e temas específicos, olhar além de um ambiente disciplinar particular (p.27).

Dito isso, acreditamos que seja necessário refletir acerca desses conceitos, e seus possíveis desdobramentos, propondo refletir como eles têm sido alvos constantes de deslocamentos de sentidos. Esses deslocamentos acontecem, sobretudo, para atender a interesses diversos, seja com relação ao próprio turismo, como, também, quando se trata de elaborar projetos desenvolvimentistas no contexto do Vale do Jequitinhonha.

Partindo dessas considerações, é possível perceber que o turismo é hoje uma realidade na localidade em estudo. As iniciativas referentes ao Turismo Solidário existem, e serviram como referência para uma análise do contexto atual de Capivari, e suas práticas foram aqui analisadas como uma atividade que tem provocado uma reestruturação do cotidiano e das práticas sociais desse local. Sendo assim, tomando como ponto de partida o principal objetivo dessas iniciativas, ou seja, de promover o desenvolvimento das comunidades envolvidas no projeto, sobretudo por meio da participação dos atores locais, buscaremos, então, refletir com base em duas proposições: *refletiremos se a atividade turística, na forma como ela é estruturada atualmente em Capivari, tem sido capaz de promover o desenvolvimento dessa comunidade, no sentido de possibilitar condições para uma inserção econômica e social da população, de modo a promover sua autonomia; e, também, propomos refletir se o tipo de desenvolvimento proposto por essas iniciativas é condizente com as práticas sociais encontradas na localidade de Capivari.*

Diante disso, esses aspectos a serem aqui discutidos, sobretudo a partir de uma análise mais aprofundada dessas iniciativas, e com base em apontamentos feitos sobre outros trabalhos, programas e projetos de turismo realizados na região, associam-se a outros possíveis objetivos, a saber: I) entender o contexto geral de Capivari antes da chegada do turismo; II) analisar como a atividade turística tem alterado a vida cotidiana dos moradores de Capivari e, sobretudo, em que medida o cotidiano desses mesmos moradores é capaz de

impor limites à expansão do turismo na localidade; III) entender como foi o processo de participação e envolvimento da população quando do surgimento da ideia do turismo solidário; IV) discutir se essa inserção da comunidade no contexto turístico é, de fato, capaz de gerar autonomia para os moradores e uma descentralização das ações, com vistas a promover o desenvolvimento dessa comunidade; V) entender em que sentido e para quais grupos sociais se inclinaram as mudanças, sobretudo aquelas advindas da implantação da atividade turística e, principalmente, analisar quais os benefícios observáveis oriundos desse processo e para quem esses benefícios foram direcionados; e, por fim, VI) discutir se a ideia de se promover uma participação ativa da sociedade no âmbito do turismo, sobretudo quando se pensa na institucionalização de espaços públicos, como as associações, Conselhos Consultivos (PEPI e APA das Águas Vertentes), dentre outros, tem sido uma realidade nessa localidade.

Nesse contexto, propomos discutir sobre a ideia de desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica. Aliado à essa discussão, e como forma de ampliação das reflexões sobre o desenvolvimento, essa pesquisa trouxe como uma importante referência para a definição dos parâmetros de análise sobre o processo de desenvolvimento na localidade escolhida, o conceito de desenvolvimento edificado, principalmente, nas obras de Amartya Sen. Segundo esse autor, o desenvolvimento requer a ampliação das potencialidades e possibilidades de realização humana, o que constitui um grande desafio para as sociedades atuais. A inovação do conceito de desenvolvimento na obra desse autor reside exatamente no alargamento conceitual proporcionado pelo rompimento da visão que restringe o desenvolvimento a resultados econômicos, refletido, principalmente, na quantidade de capital acumulado em cada país.

Nesse sentido, Amartya Sen, em sua obra intitulada *Desenvolvimento como Liberdade* reflete sobre a questão do desenvolvimento, atribuindo ao termo uma dimensão humana, que acreditamos ser tão indispensável ao processo de desenvolvimento. Segundo Sen (2000), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam

as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente<sup>5</sup>” (p.10).

Esse autor procura demonstrar que, para que o desenvolvimento ocorra, é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18). Além disso, deve-se reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade e a importância da condição de agente dos indivíduos como uma maneira de lidar com essas privações.

Nessa investigação, nos valem, então, das reflexões acerca do desenvolvimento aqui expostas, numa tentativa constante de estabelecer um elo condutor entre turismo e desenvolvimento. Dessa forma, a análise das iniciativas acerca do Turismo Solidário no povoado de Capivari e a efetividade, ou não, de suas ações, como uma forma possível de promoção do desenvolvimento foi pensada, então, através da “expansão das liberdades”, como coloca Amartya Sen, dos indivíduos envolvidos.

Contudo, cabe aqui uma ressalva. Muito embora tenhamos escolhido nossos parâmetros de análise a partir da discussão oferecida por Sen, ainda assim fica claro que sua teoria não é isenta de críticas e possíveis revisões. Sen dá um passo importante na sua teorização sobre desenvolvimento ao nos mostrar que é necessária uma intervenção social através de políticas públicas para se promover o desenvolvimento, fato que já é, por si só, um ponto relevante na sua teoria diante dos modelos estereis que deixavam todas as soluções dos problemas, dentre eles, os sociais, nas mãos do mercado. Nesse sentido, acreditamos, pois, que esse conceito de desenvolvimento seja a concepção mais relevante para o entendimento de que, resumidamente, o desenvolvimento pode ser “conduzido” pelos próprios atores sociais locais.

Ainda, podemos afirmar que nas reflexões sobre a concepção de *Desenvolvimento como Liberdade*, fica claro que a participação da sociedade civil é colocada como condição inerente do desenvolvimento. Podemos falar, então, que, para que o desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Essa condição de agente é um termo utilizado por Amartya Sen, cuja perspectiva destaca que esse termo “agente” se refere a alguém que age e ocasiona mudanças, e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos (SEN, 2000).

ocorra, é necessário garantir formas adequadas de participação e atribuir autonomia aos indivíduos, com vistas a um processo mais democrático de gestão do território. Ainda, não é errôneo dizer que a participação é fundamental para garantir que a atividade turística, da maneira como pensamos e acreditamos, aconteça de forma salutar, principalmente em pequenas localidades, como é o caso de Capivari.

Desse modo, a partir do momento em que esses aspectos são amplamente conhecidos e entendidos, torna-se possível pensar em ações estruturantes que levem em conta as características locais e, principalmente, as aspirações da população. Pensar na atividade turística como uma possível alternativa para promover o desenvolvimento na região onde se estabelece, requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações das liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida afetados pela implantação dessa nova prática. Isso implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, a partir da inclusão social por meio da afirmação da autonomia e participação, que visa oferecer um suporte para a expansão efetiva das liberdades dos atores envolvidos.

Para isso, é importante partir de algumas reflexões fundamentais: “Qual tipo de desenvolvimento se espera?” e “Qual turismo se pretende?”. A partir disso, busca-se incentivar a criação de uma nova “territorialidade”, como forma de avançar nas propostas de turismo para a região. Em muitos casos, as propostas feitas atualmente, no âmbito do turismo, partem de uma visão *totalizante e homogeneizante*<sup>6</sup>, que não atenta para as questões locais. Contudo, é preciso, pois, refletir sobre a atividade turística sem deixar de lado seu efeito desestabilizador, ou seja, é preciso refletir sobre a tendência gerada pelo turismo em atribuir a tudo um valor de troca, e numa possível mercantilização provocada por essa atividade.

Diante desse quadro, é preciso ainda pensar em formas de resistência na tentativa de diminuir os efeitos negativos que a inserção da atividade turística pode provocar. É

---

<sup>6</sup> Esses termos foram apresentados pela primeira vez por GONTIJO, Bernardo Machado e REGO, Jackson, em 2001, no artigo intitulado “Por uma atitude turística pessoalizante”, como referência a algumas ações turísticas que vêm sendo empreendidas em diversas localidades. In: FARIA, Ivani Ferreira (coord.). Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus. Ed. UFA, 2001. (págs.01-16).

importante que a comunidade se atente para essas questões e busque formas de organização ativa, de modo a atuar politicamente no combate ao possível surgimento de políticas desprovidas de algo transformador. É preciso, então, refletir sobre o possível estabelecimento de novas formas de organização social, a partir, por exemplo, da criação de redes de solidariedade.

## **CAPÍTULO 01**

### **DESENVOLVIMENTO: DE QUE ESTAMOS FALANDO?**

*Se queremos realmente criar um mundo no qual homens e mulheres possam viver conforme suas culturas (...) preservar um meio ambiente que permita prosseguir a vida e construir (...) coletividades não desmembradas em indivíduos alentados unicamente pelo espírito da competição, mas unidas por laços sociais fortes, então devemos nos perguntar seriamente acerca do “modelo de desenvolvimento” que o Ocidente exporta desde cinco décadas, com os resultados conhecidos.*

*Gilbert Rist (2000).*

#### **1.1- O Desenvolvimento**

Diante das diversas formas de apropriação acerca da ideia de desenvolvimento, a única certeza amplamente aceita é que não existe uma definição única sobre o que seja, de fato, o desenvolvimento. Em nenhum campo do conhecimento científico esse termo foi ainda satisfatoriamente definido.

Gustavo Ribeiro (2005) aponta que há sempre crises conceituais se desdobrando internamente ao campo do desenvolvimento e avança, ao nos mostrar que, se quisermos ir além de teorias e conceitos reciclados, as novas formulações acerca do desenvolvimento precisam voltar-se para uma visão mais crítica sobre o termo. Para isso, o autor aponta que é preciso conhecermos o sistema de crenças que de certa forma baliza as noções sobre o desenvolvimento, assim como as características do campo de poder<sup>7</sup> que o sustenta.

Nesse sentido, Marcelo Souza (1996) afirma que, mesmo que a palavra desenvolvimento seja, por si só, carregada de juízos de valor, “antes mesmo de alguém qualificar o que entende pelo termo” (p.05), ainda assim não é possível definir seu conteúdo de modo “fechado”, mesmo que aparentemente ele apresente uma visão alternativa às visões convencionais. Para esse autor, a evolução da ideia de desenvolvimento, que avançou

---

<sup>7</sup> A noção de poder é discutida mais detalhadamente por Gustavo Lins Ribeiro (2005). Nas suas formulações, a noção de poder refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão, ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores empoderados.

numa tentativa de “superação de velhos conceitos por outros novos” foi, basicamente, uma história de substituição de visões fechadas por outras igualmente fechadas.

Como coloca Gustavo Ribeiro (2005), essa variação das apropriações da ideia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la, se expressa nos numerosos adjetivos que compõem sua história: “industrial, capitalista, para dentro, para fora, comunitário, desigual, dependente, sustentável, dentre outros” (p.117).

Pensar o desenvolvimento fora do contexto capitalista, buscando uma ruptura com a ideia heterônoma de uma verdade absoluta, apenas pode vir a reboque, como coloca Marcelo Souza (1996), de uma descentralização teórica “aberta”. Ou seja, ao invés de tentar buscar uma definição do que seja o desenvolvimento, um passo importante seria extrair um princípio norteador. Esse autor sugere que, ao enxergar o desenvolvimento como um processo de aprimoramento das condições gerais de vida da sociedade, o princípio mais fundamental poderia ser, então, a busca por uma autonomia individual e coletiva. Dessa forma, o princípio da autonomia não definiria o desenvolvimento, como ressalta Marcelo Souza (1996), mas, sobretudo, “ofereceria uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer o seu próprio conteúdo do desenvolvimento, ou seja, as prioridades, os meios e as estratégias” (p.09).

Contudo,

abdicar conscientemente de uma definição fechada do conteúdo do desenvolvimento, sobre os fundamentos éticos e políticos-filosóficos do princípio de autonomia, não significa declarar encerrada a discussão teórica, mas sim reabri-la sobre novas bases. A teorização torna-se muito mais complexa, uma vez que não mais se recorre a um elenco de indicadores pretensamente universais (SOUZA, 1996, p.11).

Seguindo nessa direção, Gustavo Esteva (2000) aponta que, até o momento, não existe nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha uma influência tão grande sobre a maneira de pensar e agir dos indivíduos. Ao mesmo tempo, esse autor nos mostra que existem poucas palavras que são hoje tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de substanciar e dar significado ao pensamento e comportamento humano do que a palavra desenvolvimento. A utilização de inúmeras metáforas para falar de desenvolvimento,

transferida da esfera biológica para a social<sup>8</sup>, acabou por criar uma ampla variedade de conotações. Para esse autor, os exageros metafóricos dissolveram a precisão de seu significado. No entanto, mesmo carecendo de definições precisas, a palavra em si está fortemente estabelecida na percepção popular e intelectual. “E sempre aparece como uma evocação de uma rede de significados na qual fica irremediavelmente preso aquele que usou o termo” (ESTEVA, 2000, p.64). Esse autor aponta ainda que, nesse conjunto de significações, a despeito do contexto no qual a palavra é utilizada, ou a conotação exata que o usuário queira lhe atribuir, o termo desenvolvimento terá sempre um sentido de mudança favorável.

Luzia Coriolano (2003) também compartilha dessa visão ao revelar-nos que falar de desenvolvimento quase sempre é falar de futuro, de um mundo que se deseja e não do mundo onde vivemos. Desenvolvimento seria, então, “uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violência” (p.162).

Contudo, diante da premissa de que o desenvolvimento implica em transformação e, como aponta Gustavo Ribeiro (2005), essa transformação ocorre tipicamente por meio do encontro entre *insiders* e *outsiders* que, frequentemente, localizam-se em posições de poder diferentes, podemos afirmar que “as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações onde desigualdades de poder abundam” (p.110). Como demonstra esse autor, o campo do desenvolvimento é constituído por distintos atores que representam os diversos segmentos de populações locais (sejam eles elite ou representantes de movimentos sociais); empresários privados; funcionários e políticos dos mais diferentes níveis; dentre outros. Por essa razão, a estrutura e dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por capacidades de poder e interesses distintos. “O desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade (RIBEIRO, 2005, p.111).

---

<sup>8</sup> A transferência da metáfora biológica para a esfera social ocorreu nos últimos 25 anos do século XVIII. “A partir de 1768, o fundador da história social, o conservador Jusus Moser, começou a empregar a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social. Quando descreve a transformação de alguma situação política, a descreve quase como se fosse um processo natural. Em 1774, Herder iniciou a publicação de sua interpretação da história universal, na qual introduzia correlações globais, comparando as fases da vida humana com a história social. (...) Segundo Herder, o desenvolvimento histórico seria a continuação do desenvolvimento natural; e ambos seriam meras variantes do desenvolvimento homogêneo do cosmos criado por Deus” (ESTEVA, 2000, p.62).

Essa lógica nos mostra que o campo do desenvolvimento herda muitas crenças e práticas geradas e transmitidas internamente ao campo dos projetos de grande escala. Autores como Gustavo Esteva (2000), Wolfgang Sachs (2000), Gustavo Ribeiro (2005), Marcelo Souza (1994, 1996) têm apontado críticas contundentes com relação à ideia de desenvolvimento. Juntando-se a outros estudiosos do tema, esses autores corroboram com o fato de que o termo desenvolvimento passou, ao longo da história, por um processo de esvaziamento conceitual. Dessa maneira, o empobrecimento desse conceito, que frequentemente foi reduzido a crescimento econômico por parte de seus primeiros defensores, sofreu, de acordo com Gustavo Esteva (2000), sua metamorfose mais dramática nas mãos do, então Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman. Em 20 de janeiro de 1949, Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”. Ao usar pela primeira vez a palavra subdesenvolvida, nesse contexto, o presidente dos EUA atribuiu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo que, segundo esse autor, passou a ser usado para referir-se à era da hegemonia norte-americana. Para esse autor, o discurso de Truman “tinha subitamente criado uma nova percepção do “eu” e do “outro”. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados” (ESTEVA, 2000, p.60).

Na análise desse autor, a partir daquele momento, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Deixaram de ser o que antes eram, com toda sua diversidade, e foram transformados, quase que magicamente, em uma imagem inversa da realidade alheia: “uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogênea e limitada” (ESTEVA, 2000, p.60). Como demonstra Wolfgang Sachs (2000), a rubrica, subdesenvolvimento, pegou e, então, “forneceu a base cognitiva tanto para o intervencionismo arrogante do Norte, como para a autocompaixão patética do Sul” (p.12).

Assim, “desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p.66). A ênfase no tema crescimento reflete a importância que os principais defensores do desenvolvimento davam

ao termo, que passou, então, a permear todo o pensamento desenvolvimentista. Segundo Wolfgang Sachs (2000), o desenvolvimento foi, por várias décadas:

Aquela ideia que, como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do sul, fossem estes democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento (p.11).

Esse “farol a ser seguido” foi construído, pois, logo após a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do poderio colonial dos europeus, os EUA, como aponta esse autor, encontraram a oportunidade de serem, eles próprios, “a luz no cimo do monte”. Lançaram o conceito de desenvolvimento como um apelo para que todas as nações seguissem seus passos. Assim, “o desenvolvimento passou a ser o marco de referência que baseavam as relações norte-sul, numa mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas ao Sul” (SACHS, 2000, p.11).

Gustavo Ribeiro (2005) também destaca que desde o século XIX, e de modo mais intenso após a Segunda Guerra Mundial, a aceleração da integração do sistema mundial demandou ideologias e utopias que pudessem dar sentido às distintas posições dentro do sistema e que pudessem, também, oferecer explicações por meio das quais os povos colocados em níveis inferiores pudessem acreditar que haveria uma solução para sua situação “atrasada”. Não é por acaso que, como mostra esse autor, a terminologia ligada ao desenvolvimento tenha utilizado metáforas que se referem a espaços ou ordem que aludem a hierarquizações, ou seja, “desenvolvimento/subdesenvolvimento; adiantado/atrasado; primeiro mundo/terceiro mundo” etc. “Essa hierarquia é fundamental para fazer crer na existência de um ponto que pode ser atingido caso siga-se um tipo de receita mantida por aqueles “Estados-nações” que lideram a “corrida” para um futuro melhor” (RIBEIRO, 2005, p.117).

É nessa perspectiva que, como afirma Wolfgang Sachs (2000), “o desenvolvimento não deu certo” e, segundo ele, o conceito é, agora, “como uma ruína na paisagem intelectual”. No entanto, essa ruína ainda sobrevive e, muito embora multipliquem-se as dúvidas e paire um desconforto geral sobre o assunto, o discurso do desenvolvimento ainda permeia os debates oficiais como, também, a linguagem dos movimentos sociais. Para Gustavo Ribeiro (2005), essa alegação do desenvolvimento com relação a sua própria inevitabilidade é mais outra faceta de suas pretensões universalistas. No entanto, o fato do

desenvolvimento ser parte de um sistema de crenças, marcado por matrizes culturais ocidentais, tem colocado limitações importantes a tais pretensões. “É também mais uma razão porque, em muitos contextos não ocidentais, vários povos e agentes locais relutam em se tornarem sujeitos do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2005, p.117).

Diante desse amálgama de ideias acerca do desenvolvimento, buscamos, pois, abordar nesse capítulo a trajetória da construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento, tentando, em certo sentido, mostrar os avanços dessa teoria. Diante dessa tentativa, buscamos entender esses avanços a partir de uma leitura crítica sobre o que os diversos estudiosos do tema nos deixaram como legado, sem, contudo, partir para generalizações e julgamentos de valores. Ainda, como um possível contraponto às vozes hegemônicas sobre o desenvolvimento, apresentamos a noção de desenvolvimento refletida, principalmente, por Amartya Sen. Dimensão essa que foi escolhida como uma importante referência para a definição dos parâmetros de análise sobre o processo de desenvolvimento na localidade escolhida, ou seja, o povoado de Capivari, no município do Serro (MG). Segundo Amartya Sen (2000), o desenvolvimento requer a ampliação das potencialidades e possibilidades de realização humana, o que constitui um grande desafio para as sociedades atuais. A inovação desse conceito reside exatamente no alargamento conceitual proporcionado pelo rompimento da visão que restringe o desenvolvimento a resultados econômicos, refletido, sobretudo, na quantidade de capital acumulado em cada país.

Cabe ainda ressaltarmos, como coloca Gustavo Ribeiro (2005), que o desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no senso comum e na literatura especializada. Sua importância para a organização de relações sociais, políticas e econômicas fez com que os antropólogos o considerassem como uma das ideias básicas da cultura européia ocidental moderna, “algo como uma religião secular, inquestionável, já que uma oposição a ela pode ser considerada uma heresia”. Desse modo, “a amplitude e as múltiplas facetas do desenvolvimento são o que permite suas muitas apropriações e leituras frequentemente divergentes. Assim, essa plasticidade do discurso sobre o desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada” (RIBEIRO, 2005, p.116).

## ***1.2) Das vozes hegemônicas do desenvolvimento ao início de uma “teoria aberta”***

### ***1.2.1) O predomínio da dimensão econômica nas estratégias de desenvolvimento***

A dimensão econômica do desenvolvimento sempre foi a mais amplamente estudada e aceita no meio acadêmico, político e empresarial. Segundo Gerald Meier e Robert Baldwin (1968), ao abordar o assunto, sempre houve uma tendência para empregar-se os termos desenvolvimento e crescimento econômico com um mesmo e único sentido.

Desse modo, cabe apontarmos aqui algumas considerações, ainda que breves, sobre as relações existentes entre desenvolvimento e crescimento econômico, e suas principais diferenças. Contudo, mesmo diante das indefinições relacionadas aos termos, fica claro que até o momento, o desenvolvimento não conseguiu se desvincular das diversas palavras com as quais está estreitamente vinculado desde sua criação, ou seja, crescimento, evolução, transformação, dentre outras.

Mesmo que o termo tenha passado por redefinições ao longo de sua trajetória, ao incorporar uma série de adjetivos que lhes conferiram uma nova faceta, ainda assim a dimensão econômica continua a ser considerada fundamental para a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Assim, as teorias do desenvolvimento, inicialmente organizadas nos trabalhos da economia clássica, sempre tiveram seus critérios de definição e formas de mensuração do desenvolvimento centrados, sobretudo, na ampliação das diversas formas de renda e riqueza. Essa redução do termo desenvolvimento a alguns componentes econômicos acabaram por promover um esvaziamento de seu conteúdo.

Para Gerald Meier e Robert Baldwin (1968), o desenvolvimento econômico era visto “como um processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo” (p.12). Em resumo, “podemos afirmar que a análise do desenvolvimento econômico se centraliza em um aumento da renda nacional real e nas variações específicas que acompanham o referido aumento total” (p.20). Contudo, na perspectiva dos autores que distinguem crescimento de desenvolvimento, a principal diferença estaria, pois, na abrangência destes fenômenos.

Nesse sentido, Nali de Souza (1999) também enfatiza a abordagem econômica do desenvolvimento e aponta a existência de duas correntes de pensamento. A primeira delas considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora possua recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades (SOUZA, 1999, p.20).

Segundo esse autor, a partir dessa visão mais convencional, surgiram modelos que enfatizavam apenas a acumulação de capital, “solução simplificadora da realidade, que coloca os países todos dentro da mesma problemática” (p.20). A ideia central desse pensamento estaria no fato de que, o crescimento econômico, ao distribuir a renda entre os proprietários dos meios de produção, promoveria, automaticamente, a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores.

Já a segunda corrente exposta por esse autor enxerga crescimento e desenvolvimento como ideias distintas. Essa corrente considera o crescimento uma condição indispensável para o processo de desenvolvimento, mas não uma condição suficiente. O crescimento é visto, então, como uma variação quantitativa, enquanto que o desenvolvimento requer mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas. Essa noção requer mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com simultânea melhoria da produtividade e da renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.

No entanto, embora haja uma ampla gama de pesquisadores e teorias que corroboram com a primeira perspectiva, que apresenta o desenvolvimento e o crescimento econômico como sinônimos, mormente por parte das políticas desenvolvimentistas e iniciativa privada, é preciso, pois, atentarmos para as divergências conceituais existentes entre ambos.

O termo desenvolvimento, sobretudo desenvolvimento econômico, ganhou destaque somente no século XX. No entanto, a preocupação com o crescimento econômico sempre esteve na pauta de discussão dos principais países da Europa. À época do Regime Feudal, por exemplo, o objetivo principal a ser alcançado era aumentar o poder econômico e militar dos monarcas, portanto, raramente havia preocupações com a qualidade de vida da população em geral.

Segundo Nali de Souza (1999), no século XV, diante do surgimento do Estado Nacional Moderno, do Renascimento e das grandes descobertas marítimas houve mudanças significativas nas relações econômicas. As riquezas coloniais desempenhavam um papel de destaque na expansão das economias nacionais européias e essa exploração internacional legitimava-se através do pacto colonial<sup>9</sup>, estabelecido entre a metrópole e suas colônias. Alguns autores acreditam que a existência desse pacto colonial, derivado do pensamento mercantilista, seria a origem do subdesenvolvimento contemporâneo dessas antigas colônias. De acordo com a prática mercantilista, a riqueza das nações dependia, sobremaneira, da acumulação de metais preciosos. Essa ideia favoreceu o crescimento econômico através da expansão do comércio internacional. Tudo era feito de modo a aumentar cada vez mais a acumulação de ouro e prata. Essa prática levou à intensa intervenção do Estado na economia e estimulou um forte protecionismo da indústria e do comércio externo.

Já no século XVIII, como contraponto ao mercantilismo, surgiram as escolas fisiocrática, na França, e a clássica, na Grã-Bretanha. Essas escolas passaram, então, a preocupar-se com os problemas do crescimento e da distribuição das riquezas entre os países: “François Quesnay (1694-1774), na França, descreveu os fluxos econômicos de uma economia e Adam Smith (1723-1790), na Grã-Bretanha, procurou saber como cresce a riqueza nacional de um país” (SOUZA, 1999, p. 16).

Os economistas fisiocratas combatiam a doutrina mercantilista ao defender uma ação mais liberal do Estado na economia, além de transferir a atenção do mercado para a produção. Segundo essa escola, a indústria e o comércio apenas “transformam e transportam valores”, desse modo, “o produto líquido somente é gerado na agricultura, por meio do fator terra, que é uma dádiva da natureza” (SOUZA, 1999, p.91).

Nessa lógica, a produtividade natural da terra seria, então, um fator importante para o desenvolvimento, ao proporcionar um maior crescimento da agricultura. Dessa maneira, os fisiocratas defendiam o incremento de uma atividade agropecuária mais produtiva, a qual

---

<sup>9</sup> “Mediante esse pacto, todo o comércio externo das colônias efetuava-se unicamente com a metrópole, que fixava os preços e as quantidades dos produtos comercializados. Os preços das manufaturas importadas pelas colônias deveriam ser os mais elevados possíveis, enquanto eram fixados em níveis extremamente baixos os preços das matérias-primas e alimentos adquiridos pela metrópole” (SOUZA, 1999, p.90).

seria possível a partir da formulação de um programa político fisiocrático<sup>10</sup>, de modo a mudar a mentalidade da época. A tese central da escola fisiocrática estava baseada no fato de que, para eles, somente a agricultura era capaz de produzir excedente e, portanto, somente ela poderia promover o crescimento econômico.

No plano acadêmico, o tema “crescimento econômico” ganhou vigor, sobretudo, após a publicação, em 1776, da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Gerald Meier e Robert Baldwin (1968) mostram que Smith certamente preparou o cenário para os temas que iriam dominar o pensamento econômico subsequente ao lançamento de sua obra. “Desde então os economistas têm continuado a indagar porque os países se desenvolvem em ritmos diferentes” (p.23). Nessa obra, de acordo com Nali de Souza (1999), Smith enfatizou que o elemento essencial para o aumento dessa riqueza seria o trabalho produtivo<sup>11</sup>, ao contrário do que pensavam os mercantilistas e fisiocratas, que supunham serem os metais preciosos e a terra, respectivamente, os principais fatores responsáveis pela riqueza de uma nação.

Carlos Lobo (2001) aponta ainda que David Ricardo talvez tenha sido o principal sucessor e seguidor do pensamento de Smith. Nas suas obras, Ricardo também preocupava-se com os fatores responsáveis pela formação da riqueza nacional. Para ele, o principal obstáculo ao crescimento econômico era a agricultura, ou seja, a agricultura era incapaz de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores, o que forçava a elevação nos salários. De acordo com essa teoria, essa elevação dos salários pressupunha a acumulação de capital, além disso, a classe de proprietários de terras constituía um peso social crescente, o qual só poderia ser reduzido mediante uma política de livre importação.

Ainda no plano teórico, conforme nos mostra Gerald Meier e Robert Baldwin (1968), por volta de 1870 houve um avanço nas principais correntes de pensamento econômico, “eis que um novo enfoque dos problemas começa gradualmente a substituir a tradição clássica”

---

<sup>10</sup> De acordo com Souza (1999), a proposta fisiocrática compreendia os seguintes pontos: (1) capitalização da agricultura, para aumentar sua produtividade e elevar o nível de produção; (2) redução da carga tributária e da evasão fiscal, para aliviar os consumidores e estimular o aumento da demanda de produtos agrícolas e; (3) estímulo ao comércio exterior, para escoar, sobretudo, a produção agrícola (p.92).

<sup>11</sup> Ao referir-se ao trabalho produtivo, Smith o definiu como aquele trabalho que era capaz de produzir um excedente de valor sobre seu custo de reprodução. Para ele, a riqueza era fruto da quantidade de trabalho produtivo gerado no processo de produção, ou seja, quanto maior o número de empregados gerados nesse processo, maior seria o produto social de uma economia (SOUZA, 1999, p.95).

(p.95). Nessa época, os economistas neoclássicos, como ficaram conhecidos, voltaram-se para os estudos da distribuição da renda, ou a chamada teoria do equilíbrio geral. Para Alfred Marshall<sup>12</sup>, por exemplo, o desenvolvimento econômico ocorria de forma gradual e contínua, sendo impulsionado, sobretudo, pelo progresso técnico das indústrias.

Nali de Souza (1999) aponta, ainda, para a importância do economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950), cuja obra, *Teoria do desenvolvimento econômico*, escrita em 1911 e traduzida do alemão para o inglês somente em 1934, foi um marco no meio acadêmico. Na sua obra, Schumpeter buscou realizar uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento ao incorporar novos aspectos aos pressupostos da economia clássica e neoclássica,:

Quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica. Ocorre desenvolvimento, para Schumpeter, na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário. No fluxo circular, não existindo inovação, não há necessidade de crédito, nem de empresário inovador. Por conseguinte, os lucros são normais e os preços aproximam-se aos de concorrência perfeita (SOUZA, 1999, p.16).

Na análise de Carlos Lobo (2001), o desenvolvimento, de acordo com as teorias de Schumpeter, ocorre através de inovações tecnológicas, impulsionadas, sobretudo, pela ação de empresários empreendedores<sup>13</sup>. Nesse processo, o sistema de crédito bancário assume um papel fundamental. “Novos investimentos em bens de capital, capacitação tecnológica e treinamento de mão-de-obra dinamizam a economia, gerando os chamados efeitos de encadeamento, assim como efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda” (LOBO, 2001, p.05).

Já no plano empírico, como aponta Nali de Souza (1999), a abordagem acerca do desenvolvimento ficou mais evidente a partir das flutuações econômicas do século XIX e da concentração de renda e da riqueza que, com a industrialização de alguns poucos países,

---

<sup>12</sup> “Além de Marshall, outros nomes como Carl Menger, William Jevons, Léon Walras, Vilfredo Pareto, Allyn Young, Gustav Cassel também se destacaram sob a ótica da economia neoclássica, nas formulações teóricas acerca do desenvolvimento econômico” (LOBO, 2001, p.03).

<sup>13</sup> “Para Schumpeter, as inovações podem ocorrer através da: (1) introdução de um novo bem; (2) emprego de um novo método de produção; (3) abertura de um novo mercado; (4) conquista de uma nova fonte de matéria-prima e (5) reorganização de uma indústria qualquer” (LOBO, 2001, p.05).

exacerbou a disparidade entre as nações ricas e pobres. Nessa época, passou-se a comparar a renda per capita dos diferentes países e a classificá-los entre “ricos” e “pobres”, dependendo do valor dessa renda média.

Essas classificações fizeram despertar nos países considerados pobres a vontade de lutar por uma ajuda, principalmente econômica, dos países ricos. De acordo com Nali de Souza (1999), diante dos graves problemas encontrados nos países subdesenvolvidos, sobretudo os de ordem econômica, tornou-se urgente o estudo das causas da pobreza das nações. Combater esse problema, segundo esse autor, “passou a ser uma questão econômica, humanitária e política” (p.18).

Nesse contexto, ao final dos anos 1940 e 1950, os economistas dos países pobres elaboraram uma série de diagnósticos destacando a realidade de cada um de seus países. Essas publicações tinham como objetivos principais realizar estudos visando ao desenvolvimento da região, além de captar recursos dos países desenvolvidos, sobretudo dos EUA, no intuito de implantar projetos de desenvolvimento nesses países de economias deprimidas.

Dessa forma, ao final da década de 1940, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi criada pelas Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essa comissão, ao focar o caso específico da América Latina, elaborou novas formas de interpretação sobre as possíveis causas do não-desenvolvimento. As análises cepalinas destacavam as desiguais relações de troca entre os países do centro e da periferia, alertando para a necessidade de investimentos que pudessem alavancar o processo de industrialização. Na América Latina, por exemplo, a ideia da CEPAL era que fosse introduzido nos países latino-americanos algo parecido ao que foi realizado na Europa pós-Segunda Guerra Mundial, no âmbito do Plano Marshall. Assim, os primeiros trabalhos dessa comissão foram no intuito de realizar diagnósticos dos problemas de cada país em particular.

Para a realização desses diagnósticos, Raúl Prebisch, então presidente do Banco Central da Argentina, e um dos maiores expoentes do pensamento cepalino, apresentou uma nova abordagem analítica, ou seja, uma cartilha a ser seguida pelos economistas da CEPAL. De acordo com Ricardo Bielschowsky (2000), a formação dessa nova base teórica contou com

ajuda de importantes economistas, além dos principais historiadores econômicos da América Latina<sup>14</sup>.

O ponto de partida para essa nova abordagem foi a crítica à teoria das vantagens comparativas, “segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo” (SOUZA, 1999, p.199). Assim, nessa lógica vigente, à América Latina caberia a produção de alimentos e matérias-primas destinados à exportação e importaria, então, produtos manufaturados. Contudo, segundo Nali de Souza (1999), essa teoria mostrou-se falha, uma vez que os economistas latino-americanos perceberam que os principais problemas da região tendiam a agravar-se pela tendência de redução do poder de compra de suas exportações. Prebisch percebeu, então, uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca<sup>15</sup>, desfavorável aos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, as relações econômicas entre o centro e a periferia tendiam sempre a reproduzir ou agravar o abismo existente entre esses dois grupos. Assim, não haveria, segundo os economistas da CEPAL, outra alternativa para os países subdesenvolvidos, a não ser, industrializar-se<sup>16</sup>. Para tal, Prebisch propunha que a industrialização deveria ser

---

<sup>14</sup> “Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu *“Chile: um caso de desarrollo frustrado”* (1956), Celso Furtado (1959) e seu *“Formação econômica do Brasil”* e Aldo Ferrer (1979) e seu *“La Economía Argentina”* (BIELSCHOWSKY, 2000. p.20). Além disso, Prebisch é autor da principal obra da CEPAL: o Estudio Económico de la América Latina, escrito em 1949 e publicado pelas Nações Unidas em 1951, na qual Prebisch destacou as relações existentes entre Centro e Periferia e, portanto, sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

<sup>15</sup> “A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, segundo Prebisch, pela teoria do ciclo. Na fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias-primas. Consequentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso de produtos primários..., existe uma defasagem de resposta da oferta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis, devido à elevação de preços. Além disso, quando os preços começam, a cair, desde o fim da fase ascendente do ciclo, os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas na fase descendente. De outra parte, a oferta de produtos industriais ajusta-se de imediato à demanda e aos preços. Ademais, nos países desenvolvidos, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais. Pela troca desigual, essa pressão de custos é repassada à periferia” (PREBISCH, 1949, p.59\*. In: SOUZA, 1999, p.200). \*PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. FJV, ano03, n.03, set. 1949.

<sup>16</sup> A ideia de Prebisch, para o desenvolvimento latino-americano, consistia nos seguintes pontos: (a) Compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; (b) Incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para a implantação da infra-estrutura básica; (c) Realização de reforma agrária, para aumentar a

feita através da substituição de importações, pelo fato de já haver mercados constituídos para produtos específicos nos países periféricos.

Segundo Ricardo Bielschowsky (2000), a concepção exposta na teoria cepalina apresentou uma acentuada diferença em relação às teorias correntes do crescimento a longo prazo, pois não procurou captar o processo de acumulação e avanço técnico em uma economia capitalista modelo, considerada isoladamente. Essa concepção buscou mostrar como a propagação de técnicas capitalistas de produção age no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centros e periferia. Ou seja, já em seu texto inaugural, de 1949, Prebisch alertava para a especificidade do processo de crescimento nas circunstâncias estruturais e periféricas dos países da América Latina, e exigia espaço analítico para estudá-la. No entanto, é importante destacar que, desde o início dos trabalhos, os economistas da CEPAL foram amplamente criticados, pois, na contramão da lógica hegemônica mundial, eles contrariavam os interesses da divisão internacional do trabalho. Segundo essa divisão,

cada país deveria especializar-se na produção daqueles bens para os quais apresentasse vantagens comparativas de custo. Em outras palavras, os países subdesenvolvidos não deveriam industrializar-se, mas continuar produzindo alimentos e matérias primas para a exportação e importar bens manufaturados para consumo interno (SOUZA, 1999, p.19).

Desse modo, as estratégias proposta por Prebisch receberam inúmeras críticas, tanto de pessoas do exterior, contrárias ao processo de industrialização da periferia, como, também, de grupos nacionais ligados à oligarquia agrário-exportadora e de outros segmentos. “A esquerda considerava os objetivos cepalinos conservadores, isto é, vinculados ao grande capital; enquanto os críticos de direita viam no “planejamento governamental uma estratégia demasiadamente “soviética” (SOUZA, 1999, p. 201).

Assim, nesse contexto de indefinições acerca do termo desenvolvimento, podemos supor que a atual discussão sobre o tema, que gira no seio do pensamento econômico, ainda mantém uma forte ligação com os pressupostos defendidos pela economia clássica e neoclássica, e mesmo com as ideias defendidas ainda na escola fisiocrática e mercantilista.

---

oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e (d) Maior participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infra-estrutura, como energia, transportes, comunicações etc. (SOUZA, 1999, p. 201).

Apesar das inovações apresentadas ao longo da evolução do pensamento, de modo geral, a teoria do desenvolvimento continua assumindo como principal meta o aumento no processo produtivo ou a ampliação da chamada renda nacional. Dessa forma, o desenvolvimento sempre foi visto como sinônimo de crescimento e os próprios medidores de desenvolvimento atuais centram-se em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB).

A despeito das discussões acerca do desenvolvimento nos mostrarem que esse termo vem ganhando novos contornos, não é errôneo dizer que esse termo ainda carece de refinamento e de um aspecto menos pragmático, que leve em conta não apenas seu caráter econômico, mas, sobretudo, humano. Podemos dizer, pois, que o debate sobre o desenvolvimento encontra-se subjugado aos modelos impostos pelos países capitalistas ocidentais, que, muitas vezes, tendem a negar a validade, ou mesmo a existência, de outras formas de desenvolvimento que não sejam as de seus interesses. Dessa maneira, esses países abrem pouco espaço para novas formas de se pensar o desenvolvimento, que poderiam ser construídas sob uma lógica diversa a essa dominante. Ou seja, a perspectiva histórica do termo desenvolvimento, muito embora tenha contribuído para a formação de uma teoria importante, destaca o esvaziamento de uma ideia que ganhou forças, sobretudo, sob a égide do capitalismo, cuja força motriz está na distribuição desigual dos recursos e na exploração do homem pelo homem, sobretudo, através da força de trabalho das classes menos abastadas.

Contudo, não podemos encerrar a discussão sobre o desenvolvimento com a sentença de que ele apenas tem servido à “ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pausterização cultural” (SOUZA, 1996, p.07). Não podemos afirmar que falar em desenvolvimento, como aponta esse autor, significa apenas defender os interesses capitalistas e os valores do Ocidente. Para esse autor, essa não seria uma questão simples – “contra ou a favor do Ocidente, contra ou a favor do desenvolvimento” (p.07).

É nesse sentido que Marcelo Souza (1994, 1995, 1996) propõe a discussão de um princípio norteador que, para ele, seria o princípio da autonomia. Contudo, esse autor aponta que tal princípio não deve desembocar “uma análise ingênua e quixotesca” (1996, p.10). Isso porque, em primeiro lugar, o princípio da autonomia está enraizado em um solo cultural

específico, que é o Ocidente; em segundo lugar, porque, na medida em que aumentam as parcelas da humanidade “contaminadas” pela cultura ocidental, diminuem, numa relação inversamente proporcional, as margens de manobra para soluções de ruptura e mudança. O que não quer dizer, como coloca o autor, que “inexiste qualquer margem de manobra para a defesa da qualidade de vida por parte das coletividades territorialmente referenciadas” (p.10); em terceiro lugar, o princípio de autonomia não é uma fórmula de simples aplicação, o que fica claro quando sua dimensão espacial é ressaltada: “como decidir, por exemplo, diante de eventuais conflitos de interesse entre duas coletividades referenciadas por recortes espaciais atinentes a escalas espaciais distintas?” (p.10).

Essa ideia de autonomia, explicitada por Marcelo Souza (1996), pressupõe, pois, uma espacialização. Para ele, a autonomia de uma coletividade carrega consigo uma territorialidade autônoma, ou seja, uma gestão autônoma dos recursos contidos no território em questão, que é o espaço controlado e influenciado por essa coletividade. Diante disso, sublinhar a dimensão espacial na relação sobre o desenvolvimento não é um assunto meramente teórico-conceitual, mas, também, metodológico. Assim,

à luz do pressuposto que é uma busca da apreensão da dialética entre o geral e o particular, recusando uma superênfase apriorística sobre um desses pólos constituintes da realidade concreta, pode-se assumir alcances variados para diferentes tipos de generalização e para distintos conceitos (SOUZA, 1996, p.16).

Para esse autor, é necessário pensar o desenvolvimento levando em conta diferentes níveis ou escalas de análise. Essa escala remete um dado recorte espacial, ou seja, “cada objeto, cada questão a nortear uma investigação deverá orientar a definição dos níveis analíticos e recortes espaciais adequados à análise” (SOUZA, 1996, p.16).

Nesse sentido, uma vez que a construção do postulado que legitima o desenvolvimento perpassa toda a história da sociedade contemporânea, e ainda que se encontre em constante processo de transformação, seja como um reflexo das diversas lógicas do momento histórico em que é analisado, seja como no ainda atual mundo globalizado, “o desenvolvimento não é exatamente o objeto do desejo de todos” (RIBEIRO, 2005, p. 125). Podemos dizer que este seria, então, um momento favorável para pensarmos em visões mais sensíveis à realidade e, desse modo, tentarmos promover abordagens,

preferivelmente, muito mais abertas e que levem em consideração os diferentes contextos culturais e políticos em que vivem as populações no mundo.

### ***1.2.2) Por uma “teoria aberta do desenvolvimento”***

A redução da ideia de desenvolvimento à ideia de crescimento econômico já foi criticada inúmeras vezes. Esse reducionismo, típico das teorias de modernização, embora não esteja extinto, já que é possível encontrá-lo no campo prático das estratégias e políticas de “desenvolvimento” dos mais distintos países, encontra forte oposição, sobretudo da comunidade acadêmica, hoje mais criticamente posicionada. Contudo, como coloca Marcelo Souza (1994, 1995), não é suficiente questionar as ideias e as políticas de desenvolvimento herdadas das teorias da modernização. A concepção capitalista do desenvolvimento deve ser mais profundamente questionada, principalmente pelo fato dos países ditos “desenvolvidos” merecerem ter sua natureza modelar posta em dúvida.

A própria literatura científica, a despeito da hegemonia da dimensão econômica do desenvolvimento, tem gerado algumas reações, mais ou menos radicais, a esse reducionismo economicista. Segundo Marcelo Souza (1997), o enfoque “redistribution with growth” de meados da década de 1970, apresentou-se como uma primeira autocrítica interna ao ambiente conservador, ou seja, “constatou-se que crescimento e modernização não eram uma garantia de maior justiça social” (p.16).

Para esse autor, o desenvolvimento deve ser entendido com foco na sua relação com cada universo cultural e social particular, sendo, desse modo, variável e plural. Assim, “a ideia de desenvolvimento não é, geográfica e historicamente, desenraizada; ela é um produto histórico do Ocidente” (SOUZA, 1997, p.19). A ênfase na ideia de autonomia, apresentada por esse autor, tem sido a ponte entre a abertura necessária e o alcance prático que a ideia de desenvolvimento precisa possuir. É por essa razão que a autonomia não é um princípio cuja operacionalização seja facilmente aplicável.

A autonomia de um grupo para adotar uma concepção específica de desenvolvimento ou, mais amplamente, um modo de vida particular, exige a consideração desse grupo não isoladamente, mas no contexto de sua relação com outros grupos (em qualquer escala), sempre à luz do seguinte desafio: por um lado, é preciso respeitar a alteridade do Outro e a incomensurabilidade de universos culturais distintos; por outro lado, manifestações de uma dada sociedade que ferem a autonomia de outra,

com o desejo de expandir-se territorialmente às custas dos vizinhos, devem ser veementemente rechaçadas (SOUZA, 1997, p.20).

Esse pensamento autonomista, que, segundo esse autor, é capaz de sustentar uma concepção de desenvolvimento simultaneamente mais radical e generosa, foi denominado por esse autor de “teoria aberta do desenvolvimento”.

Nesse contexto, a dimensão espacial/territorial do desenvolvimento é enfocada por alguns autores, dentre eles Marcelo Souza (1994, 1996, 1997), Elson Pires (2007) e Carlos Brandão (2007), em razão da múltipla importância dessas dimensões para o processo de desenvolvimento.

Como apontam esses autores, por forças dos aspectos epistemológicos impostos pela lógica positivista, cujas dimensões da sociedade (economia, política, cultura, espaço e tempo) foram separadas entre as mais diversas disciplinas do campo acadêmico, o espaço e, conseqüentemente, a dimensão territorial, não foram valorizadas na literatura que versa sobre o desenvolvimento. Para Marcelo Souza (1997), três razões básicas contribuíram para a desvalorização desses termos no âmbito das teorizações sobre o desenvolvimento, a saber: a primeira razão refere-se ao fato de que, a Geografia, a despeito de ser denominada como a “ciência do espaço”, sofreu, em razão de seu holismo superficial, de um empirismo exacerbado e de uma enorme dificuldade em construir teorias próprias. No campo do desenvolvimento, a contribuição teórica direta dos geógrafos foi insignificante, quando comparamos com disciplinas como a Economia e a Sociologia; a segunda razão, explica que, como a Economia e a Sociologia, como coloca Marcelo Souza (1997), foram controladas por um vício epistemológico “setorializante”, não havia, por parte dessas disciplinas, uma preocupação em “espacializar” suas reflexões sobre o desenvolvimento, ou fizeram-no de modo bastante limitado; já a terceira razão apontada pelo autor, foi lembrada por Kevin Lynch, que observou ser um preconceito comum aquele que presume que a materialidade espacial é relevante quando analisado em uma escala local, mas irrelevante quando vista sob um ângulo mais abrangente.

Diante desses fatos, não é difícil entender a pobreza das ligações entre a dimensão espacial e a ideia de desenvolvimento no âmbito de distintas vertentes teóricas. Como nos mostra Marcelo Souza (1997), “nas teorias da modernização e do crescimento, onde muitos de seus autores pareciam encarar o espaço como um simples “dado” empírico indigno de

maior atenção, mesmo as exceções reduziram o espaço a um constructo econômico” (p.26).

Contudo, Carlos Brandão (2007) demonstra que, mesmo diante desse acanhamento metodológico que versa sobre as determinações espaciais no processo de desenvolvimento, algumas perguntas sobre o tema foram formuladas por autores clássicos, ainda que de forma marginal nas ciências sociais. Nesse sentido, esse autor busca demonstrar que a temática territorial nunca deveria ter abandonado o campo da economia política do desenvolvimento. Para esse autor, por um lado, estamos vivendo uma intensa emergência dessa temática e uma valorização da dimensão territorial, como talvez nunca tenha ocorrido no campo das ciências sociais, contudo, por outro lado, é possível notar em grande parte da literatura especializada, uma completa banalização das questões que “malgrado sua natureza estrutural, histórica e dinâmica, foram descoladas para o lugar-comum do voluntarismo, cristalizando um verdadeiro consenso, “um verdadeiro pensamento único localista”” (BRANDÃO, 2007, p.29).

Segundo esse autor, grande parte da literatura aborda, e as políticas públicas implementam, ações orientadas por essas concepções teóricas, “acolhendo vulgaridades analíticas e simplismos ideológicos que afirmam que as escalas intermediárias entre o “local” e o “global” estão perdendo espaço” (p.29). Para Marcelo Souza (2001), da mesma maneira que a ideia de desenvolvimento tem sido condenada pelas mais diversas escolas de pensamento e disciplinas (especialmente a Economia e a Sociologia do Desenvolvimento), que endossam o modelo civilizatório ocidental enquanto paradigma universal, a ideia de território<sup>17</sup> tem permanecido, no discurso científico, prisioneira de um certo “estadocentrismo”, ou seja, de uma fixação empobrecedora, que direta ou indiretamente, legitima a figura do Estado.

Assim sendo, buscando teorizações que caminham em sentido oposto, Carlos Brandão (2007) sugere que, diante dessa corrente hegemônica que parece ter perdido o senso crítico, é urgente a necessidade do resgate das determinações estruturais para se pensar a dimensão espacial do processo de desenvolvimento.

---

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a noção de território e sua relação com o desenvolvimento, ver: SOUZA (2001), O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.B. (org). Geografia: conceitos e temas. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

Seguindo essa lógica, Elson Pires (2007), nos mostra que a relação entre desenvolvimento e território expressa, hipoteticamente, a possibilidade de uma ação coletiva intencional dos agentes e instituições para o desenvolvimento. Esse autor aponta que, influenciadas por diferentes concepções econômicas, sociológicas, geográficas e ecológicas, as análises das lógicas territoriais na globalização enfatizam a importância do local para o estudo do desenvolvimento. Segundo esse autor,

esses trabalhos chamam a atenção para a necessidade de conceber a territorialidade e seus componentes como o objeto do desenvolvimento em si, mas também o efeito da relação estreita entre o homem e a sociedade, de um lado, e, de outro, os espaços e seus territórios diferenciados (PIRES, 2007, p.155).

Para esse autor, trata-se de colocar a dimensão das representações dos componentes territoriais que influencia sobre o desenvolvimento, na medida em que o território tem, segundo o autor, uma chance maior de ser apreendido como instância do real cotidiano.

Elson Pires (2007) aponta ainda a diversidade de lógicas territoriais que se relacionam com o processo de desenvolvimento. De maneira geral, cada vez mais, as ciências sociais e humanas empregam o termo “desenvolvimento territorial”. A hipótese desse desenvolvimento estaria vinculada às lógicas geográficas, sociais e econômicas mais ou menos implícitas nas dinâmicas territoriais. Diante disso, o autor pergunta: “Quais seriam as lógicas imprescindíveis que explicam o desenvolvimento territorial?” Para ele, mudanças recentes nas hierarquias espaciais sinalizam para uma visão mais dinâmica do papel dos territórios locais nas ciências humanas e sociais.

Alguns observadores procuram chamar a atenção para uma questão significativa constitutiva de uma “mudança paulatina de escala”, ou de uma nova recomposição dos espaços frente às novas tendências da evolução econômica internacional. Se na escala superior comprovamos a criação ou o reforço dos blocos econômicos, na escala mais baixa, com a descentralização do Estado, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais no nível regional e local (PIRES, 2007, p.156).

Para Marcelo Souza (2001), expandir conceitualmente a noção de território, atrelando-a à uma releitura da problemática do desenvolvimento, é uma aplicação das mais meritorias. Nesse sentido, Elson Pires (2007) denomina como desenvolvimento territorial, “o processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas” (p.159). Assim sendo, o desenvolvimento territorial pode ser compreendido “como um processo de mudança social marcado por um caráter endógeno,

capaz de produzir solidariedade e cidadania e de induzir uma mudança de caráter qualitativo, que leva a uma melhoria do bem-estar da população de uma determinada localidade ou região” (p.159).

De um ponto de vista interdisciplinar, como destaca Elson Pires (2007), essa noção conceitual que emerge no meio acadêmico possibilita que pensemos além dos limites impostos pelos mecanismos clássicos que regulam o processo de desenvolvimento, hoje centrado na dicotomia entre Estado e mercado. Essa noção procura introduzir, como coloca esse autor, o papel da sociedade civil por meio de arranjos institucionais intermediários como as comunidades e as associações locais. Ou seja, políticas públicas de desenvolvimento do território, antes a cargo do poder central, têm sido, cada vez mais, delegadas às suas coletividades territoriais e locais.

Portanto, o renascimento dos meios locais e regionais como lugares da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida em sociedade. É assim que uma nova visão política local está se gestando no novo contexto global, na qual a democracia e a cidadania adquirem um novo sentido no contato da sociedade local (PIRES, 2007, p.162).

Nesse contexto, a criação de novas entidades locais e de novas ações democráticas está em perspectiva. Abrem-se, pois, distintas maneiras de se enxergar o processo de desenvolvimento com vistas à construção de uma sociedade com mais liberdade e menos desigualdade, com espaços para uma discussão livre e própria de cada coletividade, sobre suas proposições, desejos e desafios acerca do sentido e dos fins de se viver em sociedade.

### ***1.3) Uma voz dissonante: a perspectiva Libertária de Amartya Sen no processo de desenvolvimento***

Como colocado anteriormente, grande parte das teorias que versam sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento econômico, tem se mostrado hegemônicas, principalmente por se enquadrarem nos principais modelos teóricos e empíricos na busca pelo possível “desenvolvimento”. As discussões sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, expostas anteriormente, são relevantes, sobretudo diante da tentativa de “espacializar” a ideia de desenvolvimento, contribuindo para reflexões que levem em

consideração a escala local. Contudo, a partir desse momento, partiremos para a reflexão sobre a noção de desenvolvimento que servirá aqui de referência para a escolha dos parâmetros de análise do processo de desenvolvimento em Capivari/MG, ou seja, a perspectiva de *Desenvolvimento como Liberdade*, refletida por Amartya Sen. Essa perspectiva foi escolhida para que o diálogo com a realidade desse povoado fosse estabelecido, levando em conta a possível relação entre turismo e desenvolvimento. Acreditamos que as reflexões desse autor contribuem, sobremaneira, nas teorizações sobre o desenvolvimento, sobretudo por priorizar o indivíduo e colocá-lo no centro das questões que versam sobre esse tema.

Amartya Sen é considerado um dos mais influentes economistas da atualidade. Apesar de possuir um domínio dos métodos quantitativos, a ponto de ter chegado à presidência da Econometric Society, Amartya Sen situa-se, sobretudo no cenário internacional, entre aqueles que se notabilizaram por suas preocupações humanistas. Suas reflexões visam ampliar o entendimento do que seja o desenvolvimento e permite que esse tema seja interpretado a partir de alguns questionamentos acerca das possibilidades e, sobretudo, das limitações enfrentadas por alguns grupos sociais, reconhecidos ainda como “minorias”: negros, mulheres, deficientes físicos, dentre outros. De modo geral, esses grupos encontram mais privações pelo caminho, mesmo quando vivem em países considerados “desenvolvidos”, que apresentam elevada produção de riqueza e de capitais. Assim, essa tese defendida por Sen oferece-nos a oportunidade de traçar novos aspectos interpretativos sobre a questão.

Além da reflexão sobre o próprio conceito de desenvolvimento, André Martinello (2009) nos coloca ainda que o conceito sobre liberdade apresentado por Sen também nos oferece uma importante oportunidade de análise. Esse conceito é exposto na obra de Amartya Sen como uma forma diferente de se pensar, que não está necessariamente atrelada à ideia do liberalismo econômico ou desregulamentação da vida social, muito pelo contrário.

É alto e claro o preço intelectual de reduzir o pensamento de Sen ao debate da economia de mercado, principalmente porque em suas obras há muito mais margem, argumentação e interpretação que permitem criticar o neoliberalismo e propor novas alternativas sócio-econômicas do que propriamente criticá-lo por algo que o próprio autor não afirmou (MARTINELLO, 2009, p.246).

Desse modo, as discussões propostas por Sen têm o mérito de possibilitar apontamentos em direção a novas reflexões e “incrementar o debate no Brasil da democracia, da capacitação, da ampliação de liberdades, da autonomia social e do desenvolvimento sócio-ambiental” (MARTINELLO, 2009, p.246).

No entanto, na contramão da visão exposta acima e como já foi apontado, existem críticas à teoria de Amartya Sen. Alguns autores apontam que sua teoria pouco alterou a visão liberal que tem norteado as políticas de desenvolvimento defendidas pelos órgãos internacionais. Lessí Pinheiro (2002) nos revela que a lógica teórica de Sen vem para reafirmar a infabilidade do mercado, precisando este apenas de ajustes sobre fatores externos a ele para que seja garantido seu perfeito funcionamento.

Essa autora nos mostra, também, que em toda a obra de Amartya Sen não há qualquer discussão do autor sobre a questão da propriedade privada. Essa discussão não é, para Sen, a base da real desigualdade. Ainda, os conceitos de desigualdade e igualdade também são questionados por essa autora. Segundo ela, a desigualdade em momento algum aparece como resultado do processo de acumulação de capital. A concepção de desigualdade para Sen reside na desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de existência. “É a constituição dessas ‘liberdades’ (por exemplo, liberar o indivíduo da fome) que são capazes de dar as pessoas sua “condição de agentes” para atuarem livremente e construir seu futuro como queiram” (PINHEIRO, 2002, p.02). Com relação à igualdade, Sen cria o conceito de “liberdades substantivas”, como elemento central da igualdade. Dessa forma, a lógica de Sen, na análise de Pinheiro (2002), refere-se à ideia de munir o indivíduo de elementos básicos que lhe permite agir em prol de seus interesses e dos interesses da coletividade. Este é, então, a ideia central de sua concepção de igualdade, ou seja, o indivíduo está apto a evitar a pobreza, uma vez que ele torna-se agente de seu próprio destino, está livre para agir como deseja.

Contudo, apesar das críticas e questionamentos, ainda acreditamos, pois, que esse conceito de desenvolvimento seja a concepção mais relevante para pensarmos em ações mais humanas e refletirmos sobre um processo de desenvolvimento que possa ser “conduzido” pelos próprios atores sociais locais.

Em sua obra *Sobre ética e economia*, resultado de algumas conferências proferidas pelo autor em 1986, Sen já faz um pequeno prelúdio do que viria a ser sua principal obra, *Desenvolvimento como Liberdade*, a ser publicada anos mais tarde, em 2000. Nessa primeira obra, Sen apresenta uma síntese da relação entre economia e ética, destacando as contribuições da economia para a ética e para a filosofia moral e vice-versa.

Esse autor busca demonstrar que a economia, da maneira como ela surgiu, poderia tornar-se mais produtiva se enfatizasse, com mais veemência, as considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. O intuito do autor ao enfatizar essa ideia “não foi descartar o que foi ou está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais” (SEN, 1999, p.25). Para Sen, o que ocorreu entre ética e economia não foi uma falta de aproximação, mas, sim, uma dissociação.

Nesse sentido, Amartya Sen reflete sobre a questão do desenvolvimento apresentando como a principal inovação o fato de colocar o ser humano no centro desse processo. Nesse sentido, Sen (2000) destaca o conceito de desenvolvimento como liberdade: “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (p.10).

Assim, esse autor procura demonstrar que, para que o desenvolvimento ocorra, é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p.18).

Ainda no prefácio do livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen destaca que mesmo vivendo num mundo de opulência, convivemos igualmente em um mundo de grandes privações e destituições, como:

A persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (p.09).

Segundo esse autor, a superação desses entraves constitui uma parte central no processo de desenvolvimento, e para se combater esses males é preciso reconhecer o papel das

diferentes formas de liberdade. Além disso, é preciso reconhecer, também, a importância da condição de agente dos indivíduos como forma de lidar com essas privações. E da mesma forma que a condição de agente é fundamental nesse processo, ela é, também, condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos.

Sen parece fazer questão de deixar bem claro essa noção de “condição de agente”, conforme explicitada já na parte introdutória da pesquisa aqui exposta. Além disso, ele destaca a importância de se compreender o papel desta “condição de agente” como algo essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis:

Nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro. Assim, nós – mulheres e homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas. Esse reconhecimento elementar, embora suficientemente simples em princípio, pode ter implicações rigorosas, seja para a análise social, seja para o raciocínio e ação práticos (SEN, 2000, p.221).

Sen destaca, também, que existe uma complementaridade marcante entre a condição de agente individual e as disposições sociais. Para esse autor, é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual. “Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social” (p.10).

Dessa forma, a obra de Sen enfatiza a importância de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas. O autor concentra-se, principalmente, nos papéis e nas inter-relações entre as liberdades instrumentais propostas por ele, incluindo, dentre elas, as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, as facilidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

As disposições sociais, envolvendo muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras), são investigadas segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agente ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios (p.11).

Segundo o autor, desenvolvimento pode ser visto, então, “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p.11). Esse enfoque nas liberdades humanas contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, que o comparam com crescimento do PNB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou

modernização social. Contudo, segundo Amartya Sen (2000), essas variáveis assumem um papel importante, principalmente quando são consideradas como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas.

Mais ainda, as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações políticas). Nesse sentido, “ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, inter alia, desempenham um papel relevante no processo” (SEN, 2000, p.17).

Nesse contexto, Sen procura explicar porque a liberdade é central para o processo de desenvolvimento. Dessa forma, ele destaca duas razões que buscam demonstrar essa importância. Em primeiro lugar, Sen destaca a razão avaliatória e, posteriormente, explica a razão da eficácia, a saber:

- 1) a razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (p.18).

Com relação à segunda razão, Sen aponta que, para entendê-la é preciso levar em conta as relações entre as liberdades de diferentes tipos. É devido a essas inter-relações que a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento.

Sen nos mostra, ainda, que a ligação entre a liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além de uma relação constitutiva. Para ele, o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, além de boas condições de saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

O autor aponta, então, os cinco diferentes tipos de liberdades vistos de uma perspectiva “instrumental” e investigados empiricamente, a saber: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. Segundo ele, cada um desses tipos distintos de direitos e

oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa. Eles podem ainda atuar complementando-se mutuamente.

Assim, Amartya Sen nos mostra que as liberdades não podem ser consideradas apenas os fins primordiais no processo de desenvolvimento, elas devem ser consideradas também como os principais meios. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Dessa forma, as Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, P.25/26).

Essas relações empíricas reforçam, pois, as prioridades valorativas. Essa concepção apresentada por Sen, centrada na liberdade, é em grande medida uma visão orientada para o agente.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva (p.26).

### ***1.3.1) A perspectiva da liberdade apresentada por Amartya Sen***

No primeiro capítulo de sua obra, Sen apresenta um diálogo entre um casal, ocorrido por volta do século VIII a. C. destacando a relação existente entre a opulência e a vida, ou melhor, entre a riqueza e a longevidade.

A partir desse diálogo, e tendo como foco uma perspectiva mais ampla do processo de desenvolvimento, Sen estabelece uma conexão entre as variáveis renda e realizações, mercadorias e capacidades, entre a riqueza econômica e a possibilidade de viver do modo como as pessoas gostam e que, de alguma forma, tem razão para valorizar. Assim, a questão discutida gira em torno, pois, da idéia não de viver para sempre (destacada pelo

diálogo), mas sim na possibilidade de viver bastante tempo e de levar uma vida boa enquanto durar (em vez de uma vida de misérias e privações de liberdade).

A relação entre riqueza e desenvolvimento exposta no livro revela que “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter” (SEN, 2000, p.27). Entretanto, essa relação não é exclusiva (porque existem outras influências significativas em nossas vidas, além da riqueza) nem uniforme (pois o impacto da riqueza em nossa vida varia conforme outras influências). “É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação” (p.28).

Assim, a visão da liberdade adotada no livro envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária) (SEN, 2000, p.31).

A análise do desenvolvimento apresentada pelo autor considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, é fundamental atentar-se para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar uma outra vida, baseada naquilo que elas valorizam. Nesse sentido, como destaca o autor, as capacidades podem ser aumentadas pela atuação de uma política pública eficaz. Em outro sentido, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades de um povo de participar das decisões de modo ativo.

Outra razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva, apontada pelo autor, é que a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (p.31).

### ***1.3.2) Os dois papéis da liberdade***

A abordagem explicitada no livro é uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada tanto o fim primordial quanto o principal meio do desenvolvimento. O autor os denomina, respectivamente, de o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

Segundo o autor, o papel constitutivo da liberdade relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana – é o processo de expansão das liberdades humanas. Já o papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento.

Dessa forma, Sen discorre sobre várias liberdades instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade global que as pessoas têm para viver como desejariam. Sendo elas: 1- liberdades políticas, 2- facilidades econômicas, 3- oportunidades sociais, 4- garantias de transparência, 5- segurança protetora.

#### **1- Liberdades Políticas:**

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos) (p.55).

Essas liberdades apresentam relações diretas com a compreensão e satisfação das necessidades econômicas. Essas relações, de acordo com Sen, não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas: as necessidades econômicas dependem crucialmente de discussões e debates políticos públicos e abertos, cuja garantia demanda que se faça questão da liberdade política e de direitos civis básicos.

Quando se pensa na atuação do Estado, por exemplo, e, sobretudo, na elaboração de políticas públicas baseada em uma sociedade democrática, a participação social e discussão

política são centrais. Uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder. É necessário mais abrangência e a participação popular não pode ser descartada. Entretanto, é preciso atentar-se ao fato de que essas liberdades políticas e formais são vantagens permissivas, uma vez que sua eficácia depende, acima de tudo, do modo como são exercidas, ou seja, a maneira como essas liberdades são apropriadas e utilizadas pelos indivíduos interfere tanto quanto a sua própria existência.

## 2- Facilidades Econômicas:

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população. Deve ser óbvio que na relação entre renda e riqueza nacional, de um lado, e, de outro, os intitamentos econômicos dos indivíduos (ou famílias), as considerações distributivas são importantes em adição às agregativas (p.56).

As facilidades econômicas estariam diretamente vinculadas àquilo que Sen chama de intitamentos. O intitamento de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens adquiridos mediante o uso de vários canais legais que podem ser escolhidos pela pessoa. Dessa forma, entende-se que a disponibilidade de financiamento e o acesso a ele, assim como, a possibilidade de auferir recursos financeiros, através do emprego ou da ocupação, têm uma influência fundamental sobre os intitamentos que os indivíduos são capazes de assegurar.

## 3- Oportunidades Sociais:

As oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade. De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (p.56).

É necessário refletir que a criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. O aumento dos serviços de saúde, educação, saneamento básico etc. contribui para essa qualidade de vida e sua expansão. Segundo Sen (2000), as recompensas do desenvolvimento humano vão além da melhoria direta da qualidade de vida dos indivíduos. Elas englobam, também, sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, conseqüentemente, sobre o crescimento econômico.

A expansão dessas oportunidades serve para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando, também, circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida.

#### 4- Garantias de Transparência:

As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas (p.56).

É preciso considerar, antes de tudo, que a expansão dessa liberdade instrumental, tão fundamental ao processo de desenvolvimento, está fortemente vinculada ao aumento das oportunidades sociais. A garantia de transparência é mais um dos benefícios – ou encadeamentos –, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, que são promovidos através da existência de uma educação de qualidade, por exemplo. Os indivíduos precisam ser educados para que o relacionamento com o outro, ou com aquilo que é comum a todos, seja pautado na clareza, na sinceridade e na confiança.

#### 5- Segurança Protetora:

A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (p.56).

Essa é uma parte importante do processo de desenvolvimento como liberdade, pois envolve o aumento da segurança e da proteção usufruída pelos cidadãos. A própria proteção contra a fome, epidemia, objetivos dessa rede de segurança social, constitui um aumento da oportunidade de viver bem e com segurança.

Estabelecer um aumento e eficácia da rede de segurança social, por parte do governo, é necessário. No entanto, não pode ser um fim em si mesmo. É fundamental atentar-se para o papel preventivo e emergencial dessas ações e, portanto, paliativo, dessa rede de segurança. Nesse sentido, é necessário que se ofereça condições para que os indivíduos possam exercer sua condição de agente transformador de sua própria realidade, condição esta que é garantida a partir da expansão, por exemplo, das oportunidades sociais conferidas aos cidadãos.

A análise de Sen, aqui exposta, mostra a ideia central do seu pensamento ao revelar que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim com o principal meio do desenvolvimento. Dessa maneira, segundo esse autor, o objetivo do desenvolvimento está diretamente relacionado à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. Portanto, os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro da questão.

Assim, apesar da literatura científica sobre o desenvolvimento não ter ainda se dedicado ao estudo do turismo, e suas possíveis relações, a escolha das reflexões de Amartya Sen, acerca de suas ideias sobre o desenvolvimento, nos mostrou que esse tema pode contribuir, sobremaneira, para o entendimento de que é possível pensar em ações estruturantes, sobretudo aquelas voltadas ao turismo, que levem em conta as características locais e, principalmente, as aspirações dos indivíduos. Nesse sentido, os desdobramentos referentes a interface entre turismo e desenvolvimento exigiu, antes de tudo, uma discussão prévia sobre as noções de desenvolvimento, uma vez que essa ideia não é tão óbvia ou isenta de disputa e controvérsia quanto poderíamos imaginar. Portanto, podemos dizer que a escolha da perspectiva de desenvolvimento como liberdade, e seu diálogo com as iniciativas de turismo em Capivari, voltaram-se para a busca de uma noção de desenvolvimento mais coerente com aquilo que acreditamos, ou seja, que os indivíduos devem ser o centro desse processo.

Amartya Sen apresenta uma noção acerca da ideia do desenvolvimento que devolve a sua discussão a dimensão política dos problemas sociais e econômicos. A promoção do desenvolvimento, levando em conta os ideais de Sen, não se restringe apenas à eliminação de privações materiais, mas também de privações políticas e de direitos civis básicos, por exemplo.

Numa análise um pouco mais abrangente, podemos dizer que, a priori, o turismo poderia contribuir para a redução dessas privações de liberdade e, também, para promover a condição de agente dos indivíduos. Na perspectiva de Cristovam Buarque (2006), no âmbito do turismo poderíamos ter mais esperança de encontrar pessoas que trabalham em busca da inclusão social, não apenas por solidariedade, como já poderíamos supor, mas, também, em razão de interesses diversos. De acordo com esse autor, para o dono de uma fábrica, por exemplo, não é demasiadamente relevante se há ou não rede de esgoto na cidade, mas se houver uma epidemia de dengue em função disso, o turismo acaba sendo prejudicado, pois o turista não aparece. Da mesma forma, a educação da população é extremamente relevante para o turismo, pois um povo bem educado é capaz de fornecer informações aos turistas e, dessa forma, fomentar o turismo em determinada região.

Um país sem educação, sem água e esgoto de qualidade, sem segurança, pode continuar, sem maiores dificuldades, sua industrialização voltada para os ricos. Mas ele será um país que espanta turistas. Essa é a chance de o setor turístico fazer crescer um movimento pela defesa das políticas de inclusão (BUARQUE, 2006, p.82).

Dessa forma, pensar na atividade turística como uma possível alternativa para promover o desenvolvimento na região onde se estabelece, requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações das liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida afetados pela implantação dessa nova prática. Isso implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, a partir da inclusão social por meio da afirmação da autonomia e participação, que visa oferecer um suporte para a expansão efetiva das liberdades dos atores envolvidos.

Assim, reduzir a privação de liberdade em localidades com economia deprimida, como em Capivari, por exemplo, implicaria, antes de tudo, investir em disposições sociais de modo que a própria comunidade seja capaz de traçar seu próprio destino, ou seja, a população

não pode ser vista apenas como receptora passiva de projetos e programas, sejam eles referentes ao desenvolvimento, ao turismo ou a qualquer outro.

## ***CAPÍTULO 02***

### ***O TURISMO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA NATUREZA***

#### ***2.1- Breves notas sobre o turismo***

Após abordar acerca das questões do desenvolvimento, refletindo sobre a trajetória da construção social do significado histórico-político desse termo, é necessário nesse momento tecermos algumas considerações sobre o que seja o turismo e, mais precisamente, sobre o que seja o Turismo Solidário.

Como já foi aqui relatado, a relação entre turismo e desenvolvimento tem sido pouco discutida no âmbito acadêmico. A própria literatura sobre o desenvolvimento não tem dedicado ao turismo uma atenção significativa. Em geral, os pesquisadores enxergam essa relação sob um ângulo ainda superficial, voltando-se para os aspectos que priorizam a dimensão econômica da atividade turística. Aliado a isso, podemos dizer que refletir sobre o turismo requer que levemos em consideração, antes de tudo, os problemas gerados pela carência epistemológica que, atualmente, faz parte da realidade do estudo do Turismo. Ou seja, ainda é necessário superar os obstáculos e percalços das teorias aplicadas ao seu estudo que, em geral, apresentam visões parciais e limitadoras, voltadas, sobretudo, aos seus aspectos econômicos.

Alguns autores como Marcelo Souza (1997), Cristovam Buarque (2006), Rita de Cássia Cruz (2006), dentre outros, avançam nessa discussão e apontam que o turismo pode contribuir para o processo de desenvolvimento, a partir, por exemplo, da promoção da inclusão social. Nesse contexto, Rita de Cássia Cruz aponta sobre a importância de se colocar em discussão as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais e históricas. Essa autora coloca também que, em razão da sua dimensão espacial, o turismo pode, pelo menos teoricamente, acontecer em todos os lugares, o que lhe confere uma maior competência no processo de distribuição de riqueza. Contudo, distribuição espacial de riqueza não é o mesmo que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres que investiram no

turismo viram suas economias dinamizadas sem que, necessariamente, suas populações tivessem se tornado detentoras de melhores condições de vida e renda.

Nesse sentido, Helton Ouriques (2005) apresenta uma crítica contundente com relação à ideia de que o turismo é um caminho para se alcançar o desenvolvimento, sendo visto muitas vezes como uma panacéia. Esse autor nos mostra que vários esforços têm sido feitos no intuito de implementar o turismo em países e regiões periféricas e, segundo ele, políticos e acadêmicos não se cansam de mostrar números e estatísticas vinculadas ao crescimento do turismo mundial, revelando-o como a segunda ou terceira fonte de renda mundial. Contudo, apesar da introdução do turismo em países periféricos ter gerado várias “ilhas de prosperidade”, podemos dizer que, inegavelmente, essas ilhas restringiram-se a poucos. Assim,

para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta ou indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete (OURIQUES, 2005, p.96).

Assim, para entendermos melhor sobre o turismo, e suas possíveis relações com o tema do desenvolvimento, propomos, nesse capítulo, expor brevemente as bases que deram origem ao chamado turismo moderno, partindo da evolução histórica do turismo até chegarmos em exemplos e práticas que se configuram, atualmente, como uma tentativa, pelo menos teórica, de se pensar o turismo sob um novo olhar.

### ***2.1.1) Movimentos hegemônicos: o surgimento do chamado turismo moderno***

Podemos dizer que o nascimento do chamado turismo moderno se deu no auge da Revolução Industrial, momento de consolidação do capitalismo, quando muitos países europeus experimentaram um significativo crescimento econômico. As transformações provocadas pelas Revoluções Industrial e Francesa, ambas no século XVIII, propiciaram uma reestruturação e organização no pensamento da sociedade e tiveram como resultado o aparecimento da burguesia. Naquela época, o rápido crescimento do comércio e o aumento no número de indústrias e dos postos de trabalho foram expressivamente superados quando comparamos com períodos anteriores à Revolução Industrial. Desse modo, essa expansão

econômica e comercial, que abrangeu grande parte dos países europeus, foi, pois, fator essencial para o desenvolvimento do turismo como um fenômeno moderno. Ou seja, as transformações provocadas pela Revolução Industrial e o conseqüente surgimento de uma classe média e próspera, aliado ao rápido aperfeiçoamento dos transportes, fizeram com que aumentasse o número de pessoas que viajavam por prazer. Assim, estavam estabelecidas as bases do chamado turismo moderno caracterizado, principalmente, pelo turismo de massa, e seus benefícios eram sentidos, sobretudo, no aspecto econômico dessa atividade.

Contudo, foi a partir de meados do século XIX que o turismo avançou suas bases práticas, tendo o ano de 1841 como um dos mais importantes na sua história. Nesse ano, o inglês Thomas Cook, fundador da empresa *Thomas Cook and Sons*, concebeu e realizou uma viagem, a qual fez todos os acertos e logo compreendeu o imenso potencial de negócios existente na organização de viagens. Foi dessa maneira que, em 1845, Cook iniciou sua atividade como organizador de viagens em tempo integral.

Entre as invenções humanitárias na época, acredito que deve ser feita uma observação ao sistema fundado por Cook, que agora tem grande difusão, sob o qual grandes quantidades de pessoas, sem dúvida de todos os níveis, encontraram, pela primeira vez, um acesso fácil a países estrangeiros e adquirem certa familiaridade como eles, desenvolvendo não o desprezo, mas a amabilidade (BURKART, 1975<sup>18</sup>. In: ACERENZA, 2002, p. 71).

Cabe ressaltar ainda que, nessa época, o mundo foi se tornando cada vez menor e mais fácil de percorrer, uma vez que a geografia do mundo tornou-se mais conhecida. Ao final do século XIX muitos lugares do mundo já eram conhecidos, se não fisicamente, pelo menos por meio da cartografia.

Desse modo, esse período que, via de regra, estende-se até o último quartel do século XIX foi o tempo da consolidação de forças transformadoras, fundamentadas na racionalidade, na ciência e no progresso, cuja estabilidade econômica e social foi fundamental para a consolidação do turismo moderno. Nessa época, os equipamentos ligados a atividade turística e a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento se ampliaram, acompanhando o crescimento do comércio e da industrialização, de modo que pudesse satisfazer um número cada vez maior de viajantes. Segundo Mateus Romanha (2009),

---

<sup>18</sup> BURKART, Medlik. *The Management of Tourism*. Londres. Ed. Heinemann, 1975, p.11.

percebe-se uma rápida evolução de alguns elementos atrelados a atividade turística, tais como os guias de viagens e o incremento no setor hoteleiro.

Em razão da consolidação dessas transformações citadas anteriormente, as classes consideradas menos abastadas começaram a participar do contexto turístico, cujas proporções alcançavam patamares cada vez mais elevados. Sendo assim, no final do século XIX e início do século XX o turismo se expandiu entre as classes, resultado dessa maior participação das classes mais baixas. Ainda, como aponta Mateus Romanha (2009), a internacionalização do transporte férreo, o surgimento de núcleos específicos onde o turismo representa uma importante fonte de renda, a aparição de organizações de profissionais ligados ao turismo e o incremento em infra-estrutura e equipamentos turísticos foram fatores que impulsionaram a atividade turística, fazendo-as tomar sua forma moderna.

No entanto, a tendência de crescimento do turismo, que se manteve constante durante esse tempo, foi bruscamente interrompida com o advento da Primeira Guerra Mundial. Nessa época, muitos hotéis transformaram-se em abrigos para tropas militares, hospitais e quartéis gerais. Todavia, o período entre guerras, que aconteceu entre os anos de 1918 a 1939, foi marcado por um novo avanço no turismo e pela recuperação das viagens. Além de causar mudanças nas atitudes sociais, a guerra proporcionou uma grande melhoria na tecnologia. Após a Primeira Guerra Mundial as indústrias voltaram-se para atender às necessidades da sociedade. Desse modo, a tecnologia utilizada pelas forças armadas passou a ser usada em outros aspectos da sociedade, que influenciaram, sobremaneira, a atividade turística. A fabricação de automóveis e de ônibus permitiu que as viagens e o turismo voltassem a crescer. “As nações começaram a captar receitas oriundas do turismo e passaram a reconhecer sua importância econômica tanto nos países europeus quanto em países dos outros continentes” (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p.77). Assim, os meios de transporte automobilísticos e a aviação passaram a ser destaque por serem mais rápidos e confortáveis, marcando, pois, o efeito dinâmico que as comunidades mundiais têm atualmente. Percebe-se, então, que o turismo nesse período foi marcado por um ritmo de crescimento que o levaria a se tornar um movimento de massa, não fosse a Grande Recessão Econômica de 1929 e, logo depois, a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, foi somente no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, que o turismo considerado de “massa” encontrou seu apogeu. Mirian Rejowski e Karina Solha (2002) apontam alguns fatores que contribuíram para esse processo, sendo eles:

- Paz prolongada em zonas de estabilidade política – Mediterrâneo, centro da Europa, Estados Unidos etc;
- Redução das jornadas de trabalho e criação de férias anuais remuneradas, com o conseqüente aumento do tempo livre com mais dias de férias;
- Consolidação da classe média com o aumento do poder aquisitivo de amplas camadas da população em países ocidentais;
- Maior interesse em conhecer outros povos e civilizações pela expansão da educação e da cultura;
- Desejo de evasão, descanso e recreação para ambientes próximos à natureza, em face dos problemas decorrentes da industrialização e do crescimento populacional inseridos no processo de urbanização;
- Avanços tecnológicos na comunicação e no transporte, permitindo viagens rápidas e cômodas para as zonas mais distantes do mundo, e redução progressiva dos preços, em especial do avião;
- Aplicação de técnicas de marketing e incremento da publicidade, aumentando a motivação para as atividades de lazer e, dentre estas, o turismo (p.90/91).

Dessa forma, consolidou-se o turismo de massa com base, sobretudo, nas viagens organizadas pelas agências e operadoras turísticas, que utilizavam serviços como o frete dos transportes, ônibus com serviços reservados, cruzeiros, dentre outros. Ou seja, as viagens eram vendidas por meio dos pacotes turísticos, os quais incluíam todos os serviços e atividades realizadas durante as viagens.

Nesse contexto, o período pós Segunda Guerra Mundial sobressaiu-se pela revolução tecnológica e pelo desenvolvimento das redes de comunicação. Os fatores tradicionais como segurança, comunicação e tempo livre aliaram-se ao crescimento da mídia e favoreceram fortemente a expansão do turismo. Nesse período, começaram a surgir demandas por outras modalidades dessa atividade que pudessem satisfazer os anseios dos viajantes. Houve, assim, o surgimento da segmentação turística, onde inúmeros mercados foram criados para atender aos variados interesses.

No caso do Brasil, o desenvolvimento do turismo também não é um movimento recente e pontual. Essa atividade também evoluiu acompanhando as mudanças econômicas, sociais, culturais e, ainda, o avanço tecnológico do país. Contudo, durante um período extenso da prática de turismo no Brasil, o ritmo dessa atividade foi muito lento, e muitos

empreendimentos e experiências eram caracterizados pela improvisação e pelo pouco profissionalismo. Num primeiro momento, a realização das viagens no Brasil era dificultada pela rusticidade dos equipamentos, serviços e transportes, fato que contribuía para que apenas uma pequena parcela da população pudesse se deslocar. Após esse período, o investimento nos meios de hospedagem e nos meios de transporte possibilitou ampliar as viagens a outras classes sociais, ainda que com características menos sofisticadas. Mais recentemente, a prática da viagem se estendeu a todas as classes sociais, a partir da diversificação de equipamentos e serviços turísticos, investimento em segurança e rapidez nos transportes e dos preços diferenciados. Assim, durante muito tempo a prática do turismo pautou-se em ações voltadas, predominantemente, para o mercado, de forma que, em teoria, elas pudessem atender a todos os públicos e gostos.

Atualmente, tem-se pensado em outras formas de turismo que avancem no sentido de proporcionar aos turistas e, sobretudo aos habitantes locais, experiências mais enriquecedoras, num processo de reconhecimento de que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, a atividade turística não se restringe às ações hegemônicas, realizadas por agentes hegemônicos.

Como aponta Rita de Cássia Cruz (2006),

O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra-racionalidades, horizontalidades construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos pelo turismo (p.338).

Diante desse fato, o grande desafio que se configura atualmente seria, como coloca Marta Irving (2009), propor concepções e alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que leve em consideração as especificidades locais e que as identidades envolvidas sejam vistas como elemento central do processo turístico.

Nesse sentido, durante muitos anos, a reflexão sobre formas alternativas de turismo no Brasil foi delegada a um plano marginal e periférico, diante das perspectivas de um mercado globalizado. Poucos foram os estudiosos que se preocupavam, efetivamente, com esse campo de investigação, “uma vez que essa marginalidade sutil vinha também impregnada de uma crítica silenciosa de distanciamento da realidade, considerando-se as

tendências de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional” (IRVING, 2009, p.108). Assim, muito embora tenha havido diversas iniciativas de se trazer esse tema ao campo de investigação, poucas foram as que conseguiram mobilizar pesquisas e políticas públicas com esse objetivo.

Assim, a produção acadêmica sobre o tema permaneceu “nos bastidores”, segundo Marta Irving (2009), até recentemente, “quando o turismo passou a ser interpretado, no país, como alternativa possível para a inclusão social” (p.109). Desse modo, a preocupação com esse tema passou a ocupar o discurso político apenas nos últimos anos, mais notadamente, a partir do ano de 2003.

Foi nesse ano que o Ministério do Turismo identificou a necessidade de formular alternativas inovadoras para a gestão do turismo no país, motivado pelos resultados observados do impacto gerado pela atividade turística na qualidade de vida da população residente nas regiões beneficiadas pelos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo. Esse projeto<sup>19</sup> do Ministério do Turismo, em parceria com entidades internacionais, como o Banco Central, buscou enfatizar o papel do turismo como vetor de desenvolvimento social local, incorporando os novos paradigmas de alívio da pobreza formulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotados pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

De acordo com esse projeto, a perspectiva do turismo como meio de inclusão social está diretamente relacionada aos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, estabelecidos em 2000 pela ONU, em especial ao seu primeiro objetivo, ou seja, erradicar a extrema pobreza e a miséria. “É com base nele que a OMT, como entidade da ONU, tem buscado identificar as diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente” (Ministério do Turismo, 2005, p.05).

---

<sup>19</sup> O projeto na íntegra está disponível no endereço: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/documentos/normas.cfm>>. Acesso em Julho de 2010.

Dessa maneira, a despeito das análises e possíveis críticas<sup>20</sup> tecidas a respeito desse projeto, ainda assim ele pode ser considerado uma iniciativa importante no contexto das políticas públicas de turismo, sobretudo por buscar trazer para a discussão e reflexão um tema até então marginal.

Assim, as discussões sobre o Turismo de Base Comunitária<sup>21</sup> e o Turismo Solidário surgem no bojo dessas reflexões. Ou seja,

embora a discussão sobre Turismo de Base Comunitária e sua vinculação com o compromisso de inclusão social não seja um tema novo em pesquisa do Brasil, ela emerge, na atual conjuntura política, com maior alcance e visibilidade, considerando o momento do país e os compromissos assumidos no plano global (IRVING, 2009, p.110).

Nesse sentido, essas formas de se pensar o turismo só poderão ser desenvolvidas se os protagonistas forem sujeitos, e não objetos do processo. Essas práticas apresentam definições parecidas, sendo que a definição do próprio Turismo Solidário carrega como premissa algumas características do Turismo de Base Comunitária. Nesse sentido, abordaremos sobre esses temas, principalmente sobre a noção de Turismo Solidário, uma vez que as iniciativas de turismo que servem de base para nossas discussões voltam-se, pelo menos teoricamente, para essa prática.

### ***2.1.2) Pensamentos “alternativos”: uma breve abordagem sobre o Turismo Solidário***

Ainda não existe uma definição ou um consenso sobre o que seja, de fato, o Turismo Solidário. E esse é apenas um dos reflexos dos problemas gerados pela carência epistemológica do turismo que destacamos anteriormente. Assim, propomos trazer uma

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes sobre essa análise e crítica, ver: CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M. e SILVEIRA, M.L. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>>.

<sup>21</sup> Segundo Marta Irving (2009), “o turismo de base comunitária tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por essa via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização” (p.111).

breve discussão a respeito do que seria o Turismo Solidário, sem, contudo, ter a pretensão de delinear aqui uma definição.

Muito embora essa forma de turismo seja oriunda de uma segmentação do mercado turístico, que tem a tendência a conferir a essa prática um viés predominantemente econômico, é necessário que pensemos o Turismo Solidário com foco em uma abordagem multidimensional. É preciso entendê-lo na sua complexidade, destacando o fato de que o aspecto econômico é apenas um dentre as suas múltiplas variáveis.

Nesse sentido, no plano teórico, a organização do Turismo Solidário baseia-se em ações de base comunitária, cujas ações são pensadas, organizadas, planejadas e geridas pela própria comunidade onde essa atividade se desenvolve. Nesse contexto, cabe ao turista solidário, por sua vez, doar seu tempo e seu trabalho para ajudar no processo de promoção do desenvolvimento de uma determinada localidade. Sendo assim, entende-se que a solidariedade oferecida pelos turistas aos moradores seria um possível caminho para um processo de interação entre os envolvidos, de modo a contribuir para uma atividade turística menos estereotipada, caracterizando, dessa forma, uma relação menos comercial.

Assim, cabe destacar que o Turismo Solidário surgiu, a princípio, como uma forma alternativa de turismo, diferente daquelas ações baseadas no mercado, cuja prática tende, claramente, para o fortalecimento de ações que, de modo geral, estereotipam e homogeneizam os locais.

Já no plano empírico, o Turismo Solidário apresenta-se como uma alternativa bastante conhecida e já desenvolvida em vários países do mundo, dentre eles: França, Espanha, Itália, Alemanha, México, Venezuela, Peru, dentre outros.

No caso do Brasil, apesar de ser uma atividade ainda muito recente, existem dezenas de trabalhos desenvolvidos em pequenas comunidades espalhadas pelo país que desenvolvem ações empregando essa terminologia. Entretanto, como ainda não há uma definição precisa para o termo, cada uma dessas localidades acabam por gerar uma série de definições idealizadas de acordo com as especificidades de cada local.

De acordo com Laura Varajão (2009), surgiu no Brasil, em fevereiro de 2003, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Essa rede foi formada para

estimular as reflexões sobre o turismo, sendo composta por diversas organizações brasileiras que buscam promover o desenvolvimento de um turismo mais “desejável”, com formas distintas de planejamento e desenvolvimento locais. Segundo o site dessa rede<sup>22</sup>, a Turisol surgiu a partir de uma iniciativa da Embaixada da França no Brasil, por meio de um programa de cooperação no setor de economia solidária. No intuito de fomentar a discussão sobre Turismo Solidário no Brasil, a Embaixada promoveu uma reunião de trabalho, ainda em 2003, onde se reuniram atores de diferentes projetos desta natureza no país, além de representantes de organismos públicos e outras entidades de apoio. A partir desse encontro, o potencial para a ampliação desta proposta no Brasil ficou evidente. Assim, a Rede Turisol se consolidou com o objetivo de incentivar a reflexão sobre os efeitos do turismo e de consolidar os empreendimentos de Turismo Solidário e Comunitário já existentes no Brasil.

Contudo, mesmo diante dessas iniciativas, podemos dizer que a definição do termo ainda está longe de ser alcançada, cujo caminho ainda precisa ser trilhado. Dessa forma, destacamos que outro possível caminho para refletirmos sobre esse tema seria, então, pensá-lo a partir de sua prática.

Sendo assim, como o pensar não está dissociado do agir, podemos dizer que é possível entendermos o turismo e, assim, contribuir para a construção de seu arcabouço teórico, vislumbrando-o a partir da iniciativa de Turismo Solidário vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do IDENE. Assim, optamos, nesse momento, por apresentar o Programa em seu contexto estadual para, posteriormente, discutir e refletir sobre seus desdobramentos em Capivari, bem como sobre as outras práticas de turismo lá desenvolvidas.

### ***2.1.3) O Programa Turismo Solidário em Minas Gerais – contexto geral***

O Programa Turismo Solidário foi idealizado no âmbito da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Norte de Minas, criada pela Lei nº49, de 02 de janeiro de 2003. A SEDVAN surgiu diante

---

<sup>22</sup> <[www.turisol.org.br](http://www.turisol.org.br)>. Acesso em Abril de 2010.

da busca pelo fortalecimento político dessa região mineira de economia historicamente deprimida. Segundo o site<sup>23</sup> dessa Secretaria, sua criação traduziu-se em uma atitude que caminha na busca de alternativas inovadoras para a construção da história de uma região que convive de forma simultânea com a pobreza e com suas muitas potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas. Diante disso, a missão conferida a esse órgão baseia-se na articulação, coordenação e deliberação, junto aos agentes econômicos, institucionais e sociais, da implementação e gestão participativa de programas e projetos que viabilizem o processo de desenvolvimento dessa região. Ainda, as ações dessa Secretaria, de acordo com informações do site, procuram incorporar o conhecimento acumulado dos agentes locais, buscando, pois, um reconhecimento das especificidades de cada localidade no qual esse órgão apresenta atuação.

A SEDVAN incorpora o IDENE como órgão operacional, cujos objetivos, em linhas gerais, estão pautados na promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais e na formulação e proposição de diretrizes, planos e ações necessários ao desenvolvimento dessas regiões. Cabe a esse órgão, portanto, a coordenação e a supervisão geral das ações da SEDVAN. Além disso, O IDENE é responsável, também, pela viabilização dos recursos e investimentos necessários a realização de todos os programas e ações propostos pela Secretaria Extraordinária, incluindo nesse escopo, o próprio Programa de Turismo Solidário.

Ainda, as ações da SEDVAN apresentam-se estruturadas em dois pontos focais de ação. O primeiro deles volta-se às comunidades locais com a busca de melhorias da sua participação e do acúmulo de capital humano e social, por meio de uma política pública denominada de Rede de Desenvolvimento Participativo Sustentável. O segundo ponto apóia-se em associações de abrangência microrregional e na representação político-social, cujo intuito é criar mecanismos formais que promovam sua articulação permanente na busca pelo fortalecimento da identidade regional, buscando soluções consensuais em escala territorial.

Segundo informações contidas no site da Secretaria, A SEDVAN foi o primeiro órgão do estado de Minas Gerais a possuir um caráter territorial “que se mobiliza a partir da

---

<sup>23</sup> <<http://www.idene.mg.gov.br/>>. Acesso em Março de 2010.

identidade cultural dos cidadãos que residem e se identificam com aquela região”. A intenção do governo do estado de Minas Gerais, com a criação da SEDVAN, foi estabelecer mecanismos sólidos de participação em nível geográfico, consolidando organizações cuja dedicação volta-se para a conscientização constante da comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para esses problemas.

O Programa Turismo Solidário<sup>24</sup> surge nesse escopo, como parte de um conjunto de ações do governo do Estado de Minas Gerais que visa à inclusão social da população carente das regiões Norte e Nordeste do estado. Esse Programa foi, inicialmente, desenvolvido em caráter de “aprendizagem construtivista”, nos municípios de Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Grão Mogol, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina e hoje já acontece em 20 municípios mineiros.

Com relação a esse Programa, segundo Maria Carolina Mariano (2008), sua ideia surgiu diante do desejo da, então, secretária da SEDVAN em desenvolver “a parte cultural” das regiões nas quais essa secretaria tem atuação no Estado de Minas Gerais. Tendo como base esse pressuposto, foram propostos, então, dois programas: Artesanato em Movimento e o Programa Turismo Solidário. Esse último viria com o objetivo de envolver a comunidade, de modo que ela se beneficiasse com a atividade, criando, assim, um turismo participativo.

Maria Carolina Mariano (2008) aponta também que somente após a idealização da proposta é que foram buscadas as bases que pudessem oferecer sustentação à ideia. Assim, foram feitas diversas pesquisas, buscando experiências e referências sobre iniciativas de Turismo Solidário ao redor do mundo. Nesse momento, viu-se que o Programa de Turismo em Minas Gerais apresentava-se como uma ação pioneira, já que não foi encontrada nenhuma referência anterior que tivesse o governo como o principal incentivador, ou seja, a maioria das ações de Turismo Solidário existentes pelo mundo derivava, sobretudo, de ações da iniciativa privada. Viu-se, dessa forma, o início de uma nova vertente de implantação de políticas públicas “voltadas para a melhoria dos índices sociais, o desenvolvimento econômico e o aumento do capital humano e social dessas regiões” (PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO, 2006, p.01).

---

<sup>24</sup> Um banner do Programa foi produzido, de modo a ajudar no entendimento e visualização das etapas propostas pelos idealizadores, ver anexo B.

A partir disso, os idealizadores do Programa partiram para a formulação de uma metodologia que pudesse guiar suas ações posteriores. Assim, firmou-se uma parceria com o SEBRAE/MG, tanto através do apoio técnico quanto através de investimento financeiro. Segundo Maria Carolina Mariano (2008), o SEBRAE/MG teve uma participação importante na captação de recursos, uma vez que em uma das tentativas de auferir verba para o programa, o SEBRAE/MG transformou o Ministério do Turismo no maior investidor do Programa Turismo Solidário em Minas Gerais.

Além da parceria com o SEBRAE/MG, alguns consultores também foram importantes, principalmente na concepção da ideia e na elaboração de um texto institucional intitulado: *“Turismo Solidário – na bagagem, a cidadania”*, publicado no site oficial do Programa e que tem como função apresentar, conceitualmente, o Programa Turismo Solidário.

De acordo com essa publicação, o Programa Turismo Solidário consistiria, então, em uma estratégia de desenvolvimento territorial, cujo pressuposto básico seria a busca de alternativas para o desenvolvimento das populações que vivem em regiões do estado de Minas Gerais que apresentam os mais baixos índices sociais e econômicos. Assim, essas estratégias surgiram, sobretudo, para aquelas populações que formam os Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e o Norte de Minas.

De acordo com o artigo publicado, essa iniciativa possibilitou, então, um importante investimento na formação de cidadãos e comunidades locais que, segundo os autores desse artigo, deixaram de lado um papel passivo, de coadjuvante, e passaram a apresentar um papel ativo, participando da articulação, coordenação e deliberação, junto aos agentes econômicos e institucionais, na implementação e gestão participativa de programas e projetos na região. Dessa forma, “o conhecimento acumulado da população local e suas características foram respeitados como base na transformação das potencialidades e no caminho da justa distribuição de riquezas para a população regional que anseia pela construção transformadora e libertadora” (p.01).

Diante disso, o Turismo Solidário foi apresentado pelos seus idealizadores “como uma inovadora forma de se fazer turismo”, que pode servir como alternativa de geração de trabalho e renda, a partir, principalmente, do aumento do fluxo turístico. Assim, essa inovação, que caracteriza o Turismo Solidário, estaria baseada na premissa de que o desenvolvimento das localidades, esperado pelo Programa, viria através desse aumento do

fluxo turístico que promoveria, então, não o incremento do turismo convencional, mas aquele pautado pelo voluntariado, uma vez que “homens e mulheres ainda se voltam para a solidariedade, voluntariado e humanismo” (p.02). Ainda, Figueiredo *et al* (2006), revelam que o turista solidário “está apto para transferir habilidades, conhecimentos ou interesses e participar como protagonistas do processo de transformação regional” (p.02).

Desse modo, além de estimular o crescimento do fluxo turístico, o Programa também apresenta como proposta despertar no turista:

- O compromisso de participar do processo de transformação sócio-econômico do país;
- Possibilitar a participação de turistas em ações solidárias;
- Valorizar a identidade cultural e a preservação dos atrativos culturais e naturais nas regiões;
- Contribuir para a geração de novas oportunidades de trabalho e negócios e a melhoria de renda nas comunidades locais;
- Criar um banco de dados de informação regional que possibilite aos turistas interessados a conhecer as realidades locais e suas potencialidades naturais e culturais;
- Promover ações de sensibilização para o turismo na região;
- Divulgar os destinos turísticos e promover os produtos no país e no exterior ([www.turimosolidario.mg.gov.br](http://www.turimosolidario.mg.gov.br)).

Com isso em mente, Maria Carolina Mariano (2008) aponta, ainda, que na primeira fase do Programa foi realizado um diagnóstico de toda a região. Nesse diagnóstico foram feitos levantamentos da demanda e dos atrativos turísticos além das demandas e carências das comunidades envolvidas. Seu resultado serviu, então, para orientar as ações posteriores do Programa Turismo Solidário. Após esse trabalho, foi feita a identificação dos lugares onde o Programa pudesse se desenvolver. A escolha desses locais não se baseou em investigações ou pesquisas dos lugares potenciais, como poderíamos pensar, mas pautou-se, sobretudo, nas experiências pessoais daqueles que participaram da concepção da ideia do Programa.

A partir dessa escolha subjetiva, e visando alcançar os objetivos do Programa, ou seja, promover o desenvolvimento a partir de uma ação participativa, de modo que a própria comunidade consiga gerir as ações propostas, foi realizado um encontro com as lideranças locais dos municípios selecionados pela pesquisa preliminar, com o intuito de divulgar e atrair a comunidade para participar do projeto. Como coloca Maria Carolina Mariano (2008), baseado nesse único encontro, no qual foram apresentadas as principais propostas

do Programa Turismo Solidário, as comunidades tiveram, então, que optar pela adesão, ou não, ao Programa. Muitas dessas comunidades aderiram à proposta.

Assim, com o apoio do SEBRAE/MG, além da ajuda de consultores e membros da SEDVAN, em setembro de 2005 iniciaram-se as capacitações, sobretudo para o desenvolvimento dos receptivos familiares ou hospedagens domiciliares, como ficaram conhecidas, nas quais os turistas, ao invés de hospedarem-se em pousadas ou hotéis, hospedam-se nas casas dos próprios moradores dessas comunidades. Tudo isso contribuiria para incrementar a economia local, auferindo renda para os próprios moradores e, além disso, contribuiria para promover um contato mais salutar entre visitantes e visitados, cujos benefícios também são ressaltados no texto institucional do programa, no qual destaca: “o Programa Turismo Solidário é puro intercâmbio. Mágico contato dos diferentes num desejo frenético de aprender, trocar, vivenciar, respeitar o inusitado vindo de todas as partes e de todos os lados” (PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO, 2006, p.03).

Outras capacitações também seguiram, como o curso de formação de condutores locais, cujas turmas, na maior parte das vezes, eram formadas pelos próprios jovens moradores da região. Após as capacitações, Maria Carolina Mariano (2008) aponta, também, que houve a iniciativa, por parte da SEDVAN, da formação de grupos gestores, formados por membros das comunidades que, através de votação, escolheram os presidentes e vice-presidentes de cada um desses grupos. Esses grupos gestores passaram por quatro capacitações, com a intenção de fortalecer a gestão participativa do Programa. Juntamente com as capacitações e a formação desses grupos, foi sendo desenvolvido pela SEDVAN o site do Programa. Esse site permitiria, pois, a divulgação do Programa, possibilitando uma aproximação entre os turistas solidários e as comunidades receptoras. O site, teoricamente, teria como função oferecer informações aos turistas sobre as localidades que fazem parte do Programa, e seria através do site que o turista iria conhecer e escolher a casa na qual poderia se hospedar e, assim, realizaria a reserva. No entanto, o site ainda apresenta falhas na sua operação e dispõe de poucas informações a respeito da dinâmica do Programa. Ainda, como esse Programa configurou-se a partir de uma ação governamental, não poderia haver comercialização através do site, razão pela qual o site tem apenas a função comunicacional. Assim, o pagamento é feito diretamente às famílias que recebem os turistas.

No ano de 2007, o Programa Turismo Solidário teve como foco a promoção, comercialização e divulgação dos destinos e do Turismo Solidário em Minas Gerais. Dessa forma, esse ano marcou o início do desafio para a comercialização do Programa. De acordo com o site oficial desse Programa, foram confeccionados 7.000 folders, 5.000 catálogos, camisetas, canetas, cartões de visitas, blocos de anotações e banner. Todo esse material produzido foi utilizado em feiras voltadas ao turismo nas quais o Programa teve espaço por meio de uma parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG) e o SEBRAE/MG. Essas feiras aconteceram em Belo Horizonte (Salão Mineiro de Turismo); Rio de Janeiro (ABAV/2007); e na cidade de Gramado (Festival de Turismo de Gramado). No segundo semestre de 2007 foram realizadas duas viagens de familiarização voltadas para as operadoras de turismo e imprensa, conhecidas como *famtur*, que, em inglês, significa “*familiarization tour*”. “Essa ação constituiu-se em uma viagem de familiarização, de apresentação do Programa às operadoras de turismo, agências de viagens e à imprensa. O objetivo era que os meios de comunicação divulgassem a ideia e que as empresas se interessassem em comercializar o produto” (MARIANO, 2008, p.43). Essas viagens contaram com a participação de 60 pessoas, aproximadamente. Assim, caberia à essas empresas, que estivessem interessadas em comercializar o Programa, garantir toda a infra-estrutura necessária para a realização do Turismo Solidário. As primeiras parcerias entre as empresas e o Programa Turismo Solidário já se firmaram. A ARM Turismo, com sede no município do Serro (MG) atualmente comercializa pacotes tendo como destinos os distritos envolvidos no Programa.

#### ***2.1.4) Uma discussão sobre os caminhos da participação***

Diante da proposta de discutir acerca das ideias sobre o Turismo Solidário, incluindo suas práticas, surgem caminhos diante dos quais é necessário discutirmos sobre sua dimensão sócio-política, abarcando, assim, a ideia da participação no âmbito de suas iniciativas. Incluir a dimensão sócio-política no contexto do turismo pressupõe, pois, reflexões sobre o papel da participação social nesse contexto. Essas reflexões são importantes para essa pesquisa uma vez que, ao discutirmos sobre as propostas de Turismo Solidário existentes em Capivari/MG, o tema da participação sempre aparece como elemento importante. Diante disso, refletiremos com base no que preconizam essas propostas, ou seja, o que

defendem seus idealizadores com relação a essa questão, pois, segundo a proposta do Programa Turismo Solidário, por exemplo, “nada pode continuar sem a absoluta participação das pessoas das comunidades com inteira responsabilidade e compromisso” (FIGUEIREDO et al., 2006, p.02).

Assim, para que possamos discutir acerca da participação desses moradores, incluindo seus desafios e obstáculos, cabe, antes disso, refletirmos brevemente sobre esse conceito, buscando sempre um diálogo com o tema da democracia, que está diretamente relacionado a essa questão. Antes de tudo, é preciso, então, entender esses conceitos, assim como seus possíveis desdobramentos, para que, assim, seja possível refletir sobre uma realidade empírica que aqui pretendemos trabalhar, ou seja, o povoado de Capivari/MG. Para isso, iniciaremos nossas reflexões apresentando o conceito de democracia, já que os debates que giram atualmente sobre o tema da participação tiveram suas origens centradas nesse conceito.

O conceito de democracia abrange diversos sentidos, dependendo da época e contexto sócio-político nos quais ela é analisada. No século XX, como colocam Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2003), o tema da democracia assumiu um lugar central no campo político. Nesse sentido, diferentes autores enfatizam o processo democrático como uma forma de gerar consenso, ou seja, eles criticam a redução do conceito de democracia, visto como unicamente o ato de votar e propõem, assim, uma ampliação dos processos deliberativos, considerando que não se pode tomar preferências individuais dissociada de uma discussão política.

Dessa forma, a compreensão correta de quais são as reais necessidades de um determinado grupo requer discussão e, sobretudo, diálogo. Portanto, os direitos relacionados à garantia de discussão, debate e crítica são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas, coerentes e, acima de tudo, refletidas pela população. Para Joseph Stiglitz (2000)<sup>25</sup>, citado por Sônia Fleury (2006), os processos participativos devem compreender tanto o diálogo aberto como o ativo compromisso do cidadão.

Para tanto, é necessário que o governo assegure a vigência do estado de direito, impeça o monopólio do controle dos meios de informação,

---

<sup>25</sup> STIGLITZ, Joseph. Participación y desarrollo: perspectivas desde el paradigma integral del desarrollo. Instituciones y Desarrollo. Barcelona: IIG, n.07, p.93-120, 2000.

assegure processos eleitorais abertos, preste conta de seus atos e permita que os cidadãos tenham opiniões formadas sobre as políticas que são críticas para suas vidas e o bem-estar do país (p.37).

O economista Amartya Sen também reflete sobre essa questão, uma vez que, para ele, a democracia é tomada como um componente essencial do processo de desenvolvimento, seja por sua importância intrínseca, por suas contribuições instrumentais ou, ainda, por seu papel constitutivo na criação de valores e normas compartilhadas pelos indivíduos.

Ao enfatizar a importância da democracia, Sen aponta algumas relações existentes entre as necessidades econômicas dos indivíduos e as liberdades políticas refletidas por ele. Seus questionamentos nesse sentido giram em torno da ideia de que em países mais pobres, do chamado terceiro mundo, as necessidades econômicas são vistas pela população e pelos governos como prioritárias, em detrimento, muitas vezes, das liberdades políticas. Segundo Amartya Sen (2000), a adoção dessas concepções é muito frequente e, quase sempre, a pergunta geral se refere a: “Por que se preocupar com a sutileza das liberdades políticas diante da esmagadora brutalidade das necessidades econômicas intensas?” (p.173).

Seguindo esse pragmatismo, algumas teses apontadas principalmente por países de regime autoritário defendem o autoritarismo como uma forma de garantir o crescimento econômico. No entanto, Sen destaca outro ponto de vista para a questão. Muito embora alguns países relativamente autoritários tenham apresentado um ritmo de crescimento econômico mais rápido do que muitos países menos autoritários, tal fato não justifica nem corrobora para a aceitação dessa tese. “Na verdade, há poucas evidências gerais de que governo autoritário e supressão de direitos políticos e civis sejam realmente benéficos para incentivar o desenvolvimento econômico” (SEN, 2000, p.177). Dessa forma, aponta o autor, não existe absolutamente nada nessas teorias que indique que qualquer uma dessas políticas seja contraditória ao processo democrático e precise realmente ser sustentada pelos elementos do autoritarismo.

O autor questiona, também, o fato de se buscar atender as necessidades econômicas sem, contudo, tentar garantir as liberdades políticas que, de acordo com o autor, podem ser consideradas a partir de seu papel não apenas instrumental no processo de desenvolvimento, mas, também, pelo seu papel construtivo. Para Amartya Sen (2000), existem amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação de necessidades econômicas. “As relações não são apenas instrumentais (as liberdades

políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas” (p.175).

O autor aponta, ainda, a necessidade de considerar a forte influência da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos. Para ele, a garantia dos direitos civis e políticos oferece às pessoas uma oportunidade de chamar a atenção para as necessidades desses cidadãos e exigir, pois, uma ação pública eficiente. Nesse sentido, Amartya Sen (2000) ainda coloca:

a resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar, etc.) pode realmente fazer a diferença. Essa é uma parte do papel “instrumental” da democracia e das liberdades políticas (p.178).

Além da importância dos papéis instrumentais das liberdades políticas e dos direitos civis, que podem ser muito substanciais, Sen analisa que a relação entre necessidades econômicas e liberdades políticas pode ter, também, um aspecto construtivo importante. Assim,

O exercício de direitos políticos básicos torna mais provável não só que haja uma resposta política a necessidades econômicas, mas também que a própria conceituação – incluindo a compreensão – de “necessidades econômicas” possa requerer o exercício desses direitos. De fato, pode-se afirmar que uma compreensão adequada de quais são as necessidades econômicas – seu conteúdo e sua força – requer discussão e diálogo (p.180).

Dessa forma, a relevância intrínseca da democracia, incluindo seus papéis instrumentais e construtivo, pode ser muito abrangente. No entanto, para Amartya Sen deve-se evitar cair na armadilha de enaltecer demasiadamente a eficácia de democracia. Para ele, as liberdades políticas e as liberdades formais são “vantagens permissivas”, cuja eficácia está diretamente ligada ao modo como elas são exercidas. Como aponta Sen, é preciso ver a democracia como criadora de um conjunto de oportunidades, e o uso dessas oportunidades requer uma análise diferente, que aborde a prática da democracia e direitos políticos. “A oportunidade que a democracia oferece tem que ser aproveitada positivamente para que se obtenha o efeito desejado. Essa é, evidentemente, uma característica básica das liberdades em geral – muito depende do modo como elas são realmente exercidas” (SEN, 2000, p.182).

#### ***2.1.4.1) Participação: seus desafios e obstáculos***

Conforme mostram Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2003), os processos democráticos trazem em seu bojo um elemento importante, ou seja, “a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão” (p.59).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre a questão da participação, não podemos deixar de questionar: “Por que ela é importante?” Como coloca Marcelo Souza (2004), na medida em que deixamos de lado a participação compulsória (que seria aquela participação relacionada ao direito de voto em eleições presidenciais) para concentrarmos nossa atenção na participação voluntária (que refere-se aos processos de luta e organização pela conquista de novos direitos) diversas respostas surgem à essa indagação.

Segundo esse autor, existem argumentos a favor da participação que explicam que ela não é, em si, capaz de eliminar os erros ou é garantia de acerto, “pois uma coletividade bem pode, livre e soberanamente, tomar uma decisão injusta ou equivocada” (p.333). No entanto, uma forma de participação ampla pode ajudar na diminuição de certas fontes de distorção. Portanto, a ideia de que especialistas devem tomar decisões em nome de uma maioria não é verdadeira. Nesse caso, quando poucas pessoas têm a chance de tomar decisões em nome de uma maioria, e, mais ainda, quando essa maioria não tem como monitorar e controlar as atitudes da minoria que decide, então a probabilidade de corrupção e erros de avaliação torna-se maior.

Outro argumento nesse sentido é o de que, ao participar de uma decisão, o cidadão torna-se responsável pelos resultados, sejam eles bons ou ruins. Isso não é importante apenas para o amadurecimento político da sociedade, mas, também, para contribuir para o fortalecimento de ações de fiscalização, por exemplo, na medida em que a sociedade se sente mais responsável.

Entretanto, para esse autor, ambos os argumentos apresentados ainda são bastante “bem-comportados”, uma vez que deixam de lado uma condição muito essencial no processo participativo, ou seja, que a participação é um direito inalienável. “À luz desse postulado, abrir mão desse direito é colocar-se numa posição de tutela, como uma criança perante um adulto. Abrir mão do poder de decidir é aceitar ser infantilizado” (SOUZA, 2004, p.334).

Para esse autor, enxergar as coisas dessa maneira amplia as possibilidades de admitir não apenas “correções” e “aprimoramentos” da democracia representativa, mas de admitir a ideia de que o *status quo* é estruturalmente viciado. E que, portanto, “sentir-se infantilizado e tolhido ou, contrariamente, aliviado do peso da participação, é um juízo que cada indivíduo fará de acordo com suas predisposições e idiossincrasias” (p.335).

Nesse contexto, ao delinear o conceito de participação, Pedro Demo (1985), coloca que essa deve ser vista como conquista, isso para significar que ela é um processo infindável, que está sempre se fazendo. Participação é, portanto, autopromoção e “existe enquanto uma conquista processual” (p.18). É nesse sentido que esse autor revela que a participação nunca pode ser vista como uma dádiva, concessão ou algo já preexistente. Não seria uma dádiva porque não seria fruto de uma conquista, caso contrário, seria uma participação tutelada, que delimita o espaço de atuação. Não seria também concessão, pois, segundo esse autor, a participação não pode ser vista como um aspecto secundário da política social, mas sim um dos seus eixos fundamentais, e ainda, não seria algo já preexistente porque a participação não acontece por acaso, “por descuido”. Ou seja, para Pedro Demo (1985) esse último aspecto está claramente vinculado a tendência histórica à dominação, no caso do Brasil, por exemplo. A sociedade tende a se organizar através de polarizações hierárquicas, que pressupõe a existência de um grupo de poder minoritário que comanda e um outro grupo, majoritário, que é comandado. Desse modo, não há um espaço preexistente no qual predomine naturalmente a participação de todos. Caso exista, é porque foi conquistado.

Ainda, esse autor aponta para uma discussão interessante. Para ele, o problema não estaria na falta de espaço de participação, isso seria apenas o ponto de partida. Dizer que a participação não ocorre por falta de espaço não seria exatamente o problema, “caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade” (DEMO, 1985, p.19). E, nesse caso, como coloca esse autor, não existiria uma verdadeira liberdade, pois essa liberdade que é doada, concedida ou imposta não seria a mesma liberdade construída através da participação.

Além disso, enxergar a participação como conquista, para esse autor, diminui os riscos de se banalizar o termo, imaginando ser algo natural e corriqueiro. Muitas ideias que incluem a participação em seu escopo, como projetos de desenvolvimento, planejamento

participativo, pesquisa-ação, dentre outros, embora possam conter propostas novas e realistas, na maior parte dos casos tendem a banalizar a questão. Muitas dessas propostas acabam se tornando meios para se camuflar novas formas de repressão. Dessa maneira, quem acredita na participação, acaba estabelecendo uma disputa com o poder, no sentido de tentar reduzir essas formas de coerção. Assim, “para realizar a participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro” (DEMO, 1985, p.20).

Marta Irving (2002) também discute sobre essa questão, apontando que o acesso a educação constitui o principal elemento de participação. A educação é definida por Mônica Meyer (1991)<sup>26</sup>, citada por Marta Irving (2002), como “um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social” (p.37). O principal desafio apontado por Marta Irving nesse caso seria: “Como nutrir expectativas ou assegurar a participação dos beneficiários em projetos de desenvolvimento, se a estes nem sempre é assegurado o direito básico à educação?” “De que forma promover o decidir compartilhado, se os atores individuais não percebem seu papel?” (p.37).

Compartilhando esse pensamento, Dalmo Dallari (1983) revela que a luta pela participação política dos grupos heterogêneos e minoritários não deve se restringir a participações em processos políticos secundários que não afetam diretamente o poder de decisão dos grupos dominantes. Dessa forma, ele conclui:

Sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em conjunto por um objetivo, algum resultado é conseguido, e sempre o grupo consegue mais do que qualquer de seus integrantes obter se agisse isoladamente. E mesmo que se consiga relativamente pouco, em vista do objetivo almejado, essas pessoas adquirem um preparo e obtêm conhecimentos que será úteis em outro empreendimento (p.46).

Desse modo, a participação deve representar o ponto de partida no planejamento de projetos de desenvolvimento e nas suas estratégias de implementação. Para Marta Irving (2002), o compromisso participativo nesses projetos possivelmente representa o melhor caminho para garantir a continuidade desse processo, de modo mais eficaz.

---

<sup>26</sup> MEYER, Mônica. Educação Ambiental: uma proposta pedagógica. Brasília, vol.10, n.49, p.41-45, 1991.

Assim, enxergar a participação como um fardo, como coloca Marcelo Souza (2004), acaba estimulando uma apatia política e um desinteresse por assuntos coletivos. Segundo esse autor, ao entregar o poder de decidir sobre os assuntos que afetam a vida das pessoas diretamente, elas apenas estão contribuindo para a manutenção de um sistema de dominação que, de um modo ou de outro, pode prejudicá-las, tolhendo suas liberdades. Portanto, “participar, no sentido essencial de exercer a autonomia, é a alma mesmo de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático” (p.335).

Contudo, no caso brasileiro, por exemplo, a despeito do tema da participação ser amplamente discutido atualmente, o processo de formação da sociedade no Brasil foi marcado por uma forte exclusão e desigualdade que, em diversos momentos da história resultaram, como coloca Francisco Oliveira (1999), “na proibição da fala, na privatização do público e em uma incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento” (p.59) cujos reflexos ainda se fazem sentir nas atuações da sociedade civil nos dias atuais. Para esse autor, é explícito que tanto as sociedades organizadas pelos operários quanto os próprios sindicatos, sejam socialistas ou comunistas, foram anulados e transformados por governos autoritários brasileiros em sindicatos tutelados pelo Estado. Essa “operação de silêncio”, como relata esse autor, foi o signo da anulação da política.

Nesse contexto, ao apresentar as concepções e reflexões sobre o Turismo Solidário, assim como as próprias iniciativas de turismo existentes em Capivari/MG, podemos apontar que, numa possível associação entre as ideias contidas nessas iniciativas e a proposta de *Desenvolvimento como Liberdade*, refletida por Amartya Sen, ficou claro que a “expansão das liberdades”, proposta por Sen, apenas será possível, no contexto dessas iniciativas, com o fortalecimento da participação e da autonomia dos indivíduos. Portanto, seria correto dizer que garantir formas efetivas de participação dos indivíduos é condição inerente para o processo de *Desenvolvimento como Liberdade*.

Com base nessas reflexões, conduziremos nossas discussões posteriores atentando-nos para o fato de que essas iniciativas destacam, como seus principais objetivos, a promoção do desenvolvimento apoiada em uma ampla participação dos moradores das localidades nas quais essas iniciativas se desenvolvem. Com base nisso, será discutido mais adiante nesse

trabalho se as iniciativas de turismo em Capivari têm sido coerentes com seu discurso. Ou seja, será que o tipo de desenvolvimento pretendido pelos idealizadores dessas iniciativas é realmente o tipo de desenvolvimento gerado pelas suas ações? Sabemos que, em tese, o objetivo principal dessas iniciativas é promover desenvolvimento baseado em ações participativas, mas qual desenvolvimento é esse? E qual participação é essa? Essa falta de clareza referente aos argumentos teóricos que sustentam essas ideias, por exemplo, pode prejudicar seu sucesso. Como coloca Maria Carolina Mariano (2008): “Como é possível planejar ações buscando algo de que pouco se reflete a respeito?” (p.45). Onde estaria, pois, a inovação dessas ações, tão destacadas pelos seus idealizadores? É preciso, pois, refletir sobre essas questões, de modo a tentar contribuir para que a atividade turística se desenvolva da melhor forma possível e para que os benefícios sejam revertidos para os próprios moradores que vivenciam essa atividade.

## **CAPÍTULO 03**

### **O CAMINHO METODOLÓGICO**

*“Vivendo, se aprende, mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”*

*João Guimarães Rosa (1956).*

#### **3.1- A Metodologia**

A metodologia é um caminho a ser trilhado para se chegar aos resultados desejados pelo pesquisador. O caminhar, portanto, pode ser feito de diferentes maneiras: podemos percorrer caminhos tradicionais, que nos levam a lugares já conhecidos e, portanto, previsíveis, como podemos, de outro modo, seguir trilhas alternativas, que nos levam ao desconhecido, onde o encontro com o inesperado está sempre por acontecer e onde será preciso, então, mais criatividade e dedicação.

Concordamos com Cássio Hissa (2002), quando ele coloca que as metodologias não devem ser algo estático, devendo, pois, ser mais flexíveis de maneira que possam se adaptar, com mais espontaneidade, aos projetos de pesquisa e aos objetivos propostos. Essa liberdade necessária durante o caminhar permite que, a partir de roteiros flexíveis, as avaliações sejam feitas sob uma perspectiva mais crítica. E, mais ainda, condicionando uma crítica mais criativa.

Assim, para esse autor, os arranjos feitos durante a pesquisa, que mais se aproximam de respostas convincentes aos problemas propostos, são aqueles onde é dado espaço para a criatividade. Não há, pois, como negar a importância da metodologia, cujo próprio esforço de pensá-la já nos conduz a uma sistematização e organização das ideias tão necessárias aos projetos de pesquisa. A metodologia torna-se importante para que a atenção do pesquisador não seja desviada para algo menos importante no contexto da pesquisa. Contudo, como aponta Cássio Hissa (2002), os roteiros metodológicos “não são garantias do que está por vir. Metodologias não garantem o ‘encontro’, o arranjo, a combinação e a interpretação. São apenas um caminho. A liberdade do jogo é exatamente o que faz do

encontro – da interpretação, da leitura – o resultado de uma busca lúdica e criativa” (p.161).

Nesse sentido, a metodologia apresentada aqui buscou um caminho no qual ela pudesse melhor se adaptar na busca de possíveis respostas às questões aqui propostas. Portanto, optamos por seguir trilhas alternativas que nos guiem por caminhos ainda desconhecidos e, portanto, imprevisíveis.

Quando do surgimento da problemática dessa pesquisa, qual seja: *se a atividade turística, na forma como ela é estruturada atualmente em Capivari, tem sido capaz de promover o desenvolvimento dessa comunidade, no sentido de possibilitar condições para uma inserção econômica e social da população, de modo a promover sua autonomia; e, também, propomos refletir se o tipo de desenvolvimento proposto por essas iniciativas é condizente com as práticas sociais encontradas na localidade de Capivari*, passou-se, então, a pensar nesse possível caminho a ser seguido. Optamos, pois, por uma pesquisa qualitativa, que pudesse guiar nossos passos rumo a respostas que, até então, estavam escondidas.

Para isso, num primeiro momento buscamos realizar um levantamento bibliográfico acerca de conceitos que, de alguma forma, pudessem contribuir para um melhor entendimento das questões a serem abordadas nessa pesquisa. Nesse sentido, buscamos apresentar e discutir sobre o próprio conceito de desenvolvimento, partindo, pois, de uma perspectiva histórica e destacando, posteriormente, sua dimensão humana, essa focada, sobretudo, no conceito de *Desenvolvimento como Liberdade*, refletido por Amartya Sen.

Procuramos ainda pensar sobre o turismo e, de modo mais específico, sobre o que seja o Turismo Solidário, sem esquecermos, pois, dos problemas enfrentados pela carência epistemológica pela qual passa o estudo do turismo na atualidade. A partir daí, procuramos apresentar as iniciativas de Turismo Solidário existentes no povoado de Capivari, em Minas Gerais.

Desse modo, diante da problemática da pesquisa surgiu a seguinte questão: como podemos “mensurar”, de um modo mais qualitativo, a efetividade ou não do processo de desenvolvimento em Capivari? Essa pergunta suscitou, pois, algumas reflexões, até chegarmos à definição dos parâmetros de análise que pudessem em certo sentido balizar as

discussões posteriores. Esses parâmetros foram definidos, então, com base nas cinco liberdades instrumentais propostas por Amartya Sen, sendo elas: 1- liberdades políticas, 2- facilidades econômicas, 3- oportunidades sociais, 4- garantias de transparência, 5- segurança protetora. Cabe destacarmos que essa investigação se assemelha a algo que foi pensado anteriormente por Maria Carolina Mariano (2008), no âmbito do distrito de São João da Chapada, no município de Diamantina, cuja pesquisa também dialogou com as reflexões de Amartya Sen na perspectiva do desenvolvimento como liberdade. Contudo, nos propusemos aqui a aprofundar as discussões acerca do desenvolvimento e voltarmos nossos olhares agora para as especificidades do povoado de Capivari.

Assim, de acordo com Sen, as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os principais meios. Além de reconhecer a importância intrínseca da liberdade (liberdades substantivas), esse autor busca entender outras formas de liberdade que se apresentam como meios para se alcançar o desenvolvimento (liberdades instrumentais).

Assim, voltaremos nossos olhares para a noção de *Desenvolvimento como Liberdade*, que servirá, aqui, de base reflexiva para interpretarmos se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Capivari. A partir de cada uma dessas liberdades, lançamos mão de algumas questões que serão como guias para reflexões posteriores. A saber:

### **1- Liberdades Políticas:**

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos).

- A população tem voz no processo de tomada de decisões políticas? Ela se organiza para isso? Se a população se organiza, como se deu essa organização? Quando ela começou a existir?

- É dada a oportunidade para que os indivíduos envolvidos nesses processos façam valer sua condição de agente?

- Como tem se dado a inserção política das pessoas, há manipulação política e/ou ideológica?

- Existem representantes do povoado na Câmara dos Vereadores, por exemplo? Em caso afirmativo, como se deu o processo de escolha desses representantes?

## **2- Facilidades Econômicas:**

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população. Deve ser óbvio que na relação entre renda e riqueza nacional, de um lado, e, de outro, os intitamentos econômicos dos indivíduos (ou famílias), as considerações distributivas são importantes em adição às agregativas.

- Qual foi/é a principal forma de auferir renda na região? Qual foi/é a principal forma de trabalho em Capivari?
- O turismo tem atualmente um papel importante nessa dinâmica, ou seja, essa atividade é capaz de promover recursos financeiros para a população, a fim de influenciar diretamente no intitamento desses habitantes?
- O povoado de Capivari tem alguma expressividade no contexto econômico local?

## **3- Oportunidades Sociais:**

As oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como, por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, a analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade. De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas.

- Como está o quadro social da região? (indicadores de saúde, educação, saneamento básico etc.)
- O Estado tem contribuído para a promoção dessas oportunidades sociais? (Uma vez que tais oportunidades podem influenciar diretamente na inserção social e econômica da população, seja através do turismo ou de outras atividades).
- Como tem sido essa inserção do Estado nas áreas sociais? (referente à educação formal, saúde, dentre outras); Como isso se configurou ao longo do tempo?

- O investimento na atividade turística tem contribuído para a melhoria dessas oportunidades sociais? O que mudou a partir do turismo?

#### **4- Garantias de Transparência:**

As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

- Os espaços públicos existem em Capivari? (sejam as associações, cooperativas, ONG's, Conselho Consultivo (PEPI, APA), dentre outros); Eles têm desempenhado um papel satisfatório, como espaço de diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil? Como foi o processo de criação desses espaços, quais foram os principais conflitos? Quem foram os atores envolvidos?

- Há transparência nos processos de tomada de decisões no âmbito desses espaços públicos, como as associações comunitárias, os Conselhos do PEPI e da APA das Águas Vertentes, por exemplo?

- Qual a relação das comunidades com os governos municipal e estadual? Existe uma relação de parceira ou é uma relação pautada pelo conflito e desconfiança?

#### **5- Segurança Protetora:**

A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (SEN, 2000, p.55/56).

- O Estado tem atuado no sentido de se criar uma rede de segurança social, sobretudo após as restrições impostas com relação ao uso do solo, em razão da criação do PEPI e da APA das Águas Vertentes, além da proibição do garimpo e da coleta de sempre-viva?

- Os programas de apoio do governo, como Bolsa Família, PRONAF e Programa de Saúde da Família têm chegado à região? Já existiu algum apoio nesse sentido?

- O governo tem cumprido seu papel na disponibilização de linhas de crédito, por exemplo? Já existiu algum incentivo nesse sentido para os moradores locais?

-Existem créditos destinados exclusivamente para a promoção do turismo na região, relacionados ou não com a visitação atual e futura do PEPI?

- O investimento na atividade turística pode configurar-se como elemento dessa rede de segurança social?

- A população tem se mostrado disposta para a formação de outras formas de redes sociais, através, por exemplo, de redes de solidariedades entre os próprios moradores?

Além do levantamento bibliográfico e da definição dos parâmetros de análise, realizamos, também, uma pesquisa documental a partir de consultas ao Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte), Prefeitura do Serro, Instituto Estadual de Florestas (Belo Horizonte), EMATER (Serro), Associações Comunitárias de Capivari, sede do Circuito dos Diamantes (Diamantina), além de consultas aos sites da Fundação João Pinheiro, IBGE, CEMIG, IGA, dentre outros. Todas essas fontes foram utilizadas no intuito de entender melhor a dinâmica do povoado de Capivari, bem como os aspectos que exercem influência direta e indiretamente sobre a localidade. De posse desses dados e informações foi realizada uma aproximação com a área de estudo, ou seja, com o povoado de Capivari, no município do Serro. A partir disso, foram relatadas as principais histórias, fatos e características da região para melhor entendermos as particularidades e peculiaridades do local.

Essa aproximação com a área de estudo aconteceu não apenas através dessa pesquisa documental, mas, principalmente, através de trabalhos de campo à localidade. Durante essas inserções no local, foram realizadas entrevistas com os atores locais e com pessoas envolvidas de alguma maneira com o turismo no povoado. Essas entrevistas aconteceram com o intuito de entender melhor a realidade local, a partir de quem vivencia de fato o povoado e, também, serviram para refletir sobre a problemática suscitada nessa pesquisa, tendo como base os parâmetros de análise explicitados anteriormente. Para a realização dessas entrevistas optamos, pois, pelo método História Oral.

Conforme aponta Bruno Bedim e Heber de Paula (2007), a História Oral tem se apresentado como um importante método de observação direta dos agentes envolvidos com o turismo em determinada localidade. Esse método é capaz de viabilizar o registro de depoimentos pessoais sobre a cultura, formas de organização social e distintas visões acerca do processo turístico em diferentes lugares.

Como colocam esses autores, a maior parte das discussões que permeiam as pesquisas em turismo ainda tem uma forte tendência a quantificar os objetos de pesquisa. Muitas pesquisas ainda legitimam a lógica quantitativa, como se os números pudessem representar melhor a realidade local. Contudo, “em muitos casos só a pesquisa qualitativa pode revelar como o sujeito vivencia os problemas que a pesquisa quantitativa aponta, demonstrando assim as estratégias que os diferentes atores desenvolvem em sua vida social” (p.65).

Nesse sentido, é necessário entendermos, antes de tudo: “O que é História Oral?” e “Como ela pode ser utilizada nos estudos envolvendo o turismo, por exemplo?” Paul Thompson (2002) busca em sua definição uma abordagem mais ampla, na qual a história oral é vista como a “interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (p.09). Para esse autor, não se pode avançar muito tentando definir a história oral de modo estreito, como um processo com regras fixas ou como uma disciplina separada. A história oral é, essencialmente, um método interdisciplinar, “um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura” (p.10), e porque não dizer, também, entre os turismólogos. Ainda, esse autor destaca a importância desse método no registro de aspectos socioculturais da vida de minorias, “dos que vivem à margem do poder, cujas “vozes ocultas”, raramente aparecem documentadas nos arquivos históricos” (BEDIM e PAULA, 2007, p.66).

Doia Freire e Lígia Pereira (2002) buscam estabelecer um paralelo entre história oral e turismo, já que colocam que ambos “lidam com viagens no tempo e no espaço, atendendo à necessidade que todos temos, moradores e visitantes, de nos reconhecermos e nos diferenciarmos no contado com o outro” (p.128).

Contudo, esse método apenas terá sentido se as circunstâncias em que foram criados tiverem sido devidamente esclarecidas, sobretudo através das críticas acerca da forma como os dados foram obtidos. Segundo Bruno Bedim e Heber de Paula (2007), antes de tudo, devemos compreender que a própria problemática já é imposta pelo pesquisador, fato que, por si só, já compromete a “neutralidade” da pesquisa. Portanto, as entrevistas, questionários e roteiros devem ser submetidos ao controle metodológico, pois, “uma crítica dos dados implica numa crítica aos instrumentos” (p.67).

Dessa forma, as entrevistas devem privilegiar a memória do entrevistado. Assim, a provável distância social e cultural entre pesquisador e entrevistado exige uma linguagem acessível para ambos. No entanto, devemos tomar um cuidado para não simplificar demasiadamente as perguntas, pois poderíamos subestimar a capacidade dos entrevistados. “Portanto, o pesquisador deve-se manter vigilante, tomando as devidas precauções para que não haja a transposição de suas categorias de percepção, ação ou valores para o microcosmo das populações estudadas” (BEDIM e PAULA, 2007, p.67).

Ainda, a elaboração dos roteiros das entrevistas dá-se após e pesquisa bibliográfica sobre o tema e sobre o destino enfocado. O roteiro deve estar adaptado às diferentes categorias analisadas, a partir da representatividade desses atores acerca do tema abordado. Assim, segundo Michel Thiollent (1985), “a natureza das questões, o envolvimento do entrevistado no assunto, a contaminação das perguntas, e a postura do entrevistador durante o processo de entrevista são apenas algumas das eventuais fontes de distorção a serem submetidas à vigilância metodológica do pesquisador” (p.23).

Assim como existem dificuldades durante o processo da entrevista, as quais o pesquisador deverá ficar atento, existem também alguns problemas apontados por pesquisadores, incluindo Dulce Whitaker (2000) que envolvem o momento da análise dessas entrevistas, que, segundo essa autora, podem ser agrupados em dois grupos: “a questão da transcrição do discurso do entrevistado; e a questão das teorias que iluminam ou deveriam iluminar a análise desse material e conseqüentemente a interpretação” (p.149).

Com relação ao primeiro grupo, a autora procura demonstrar os graves erros cometidos no momento da transcrição do material. Para ela, as distorções durante as transcrições são problemas graves. “Muitos pesquisadores esquecem de que quando as pessoas falam não estão escrevendo, logo não podem cometer os erros ortográficos que lhe são atribuídos na transcrição”. O mais curioso, para essa autora, é que “tais transcrições, supostamente “fonéticas” só atingem a fala dos sujeitos das camadas sociais vulneráveis. Quando o pesquisador reproduz a fala dos seus pares o faz com a perfeição ortográfica requerida, principal requisito requerido para a análise” (p.149). Outro problema levantado pela autora com relação às análises das entrevistas refere-se à edição. Devemos nos atentar para esse problema, de modo a evitar que o texto transcrito seja alterado “para ganhar uma lógica e

coerência que o pesquisador gostaria que ele tivesse” (p.149). Na medida em que o texto é resumido e reformulado,

o discurso perde seu caráter dialético, a trama que configura o correr da vida se simplifica e o cotidiano do narrador se banaliza. Suas opiniões contraditórias não podem mais ser exploradas, enquanto as palavras truncadas que revelariam sua autocensura já não podem ser detectadas (WHITAKER, 2000, p.150).

O segundo conjunto de problemas, na análise de Dulce Whitaker, se refere às teorias que devem iluminar as análises e as interpretações. Para a autora, o respeito para com o entrevistador não requer que aceitemos suas afirmações como explicações definitivas sobre o assunto abordado. Essas explicações são representações, e como tais devem ser respeitadas. Assim, “nosso respeito por elas implica também considerá-las dignas de serem analisadas e relacionadas com a totalidade histórica à qual pertence o narrador” (p.151).

### **3.1.1) Coleta de dados e amostragem**

Como a história oral é um método essencialmente qualitativo, a coleta de dados é feita principalmente *in loco*, restringindo-se a um número limitado de pessoas. Uma estratégia adotada nesses casos é a utilização das chamadas “amostras intencionais”, nas quais os sujeitos são escolhidos em razão de sua representatividade diante de algum aspecto a ser pesquisado. No nosso caso, especificamente, tendo em vista a variedade dos grupos e de agentes envolvidos diretamente no processo turístico, os diferentes indivíduos foram escolhidos a partir de um levantamento preliminar da realidade local. Diante disso, optamos por entrevistar nove pessoas envolvidas diretamente com a prática do Turismo Solidário no povoado (ver mapa 03). Além desses moradores, os quais buscamos entrevistar tendo como base o método da história oral, optamos por conversar com outros atores que também estão envolvidos com a atividade turística no povoado, contudo de um modo mais indireto, selecionados previamente, a saber:

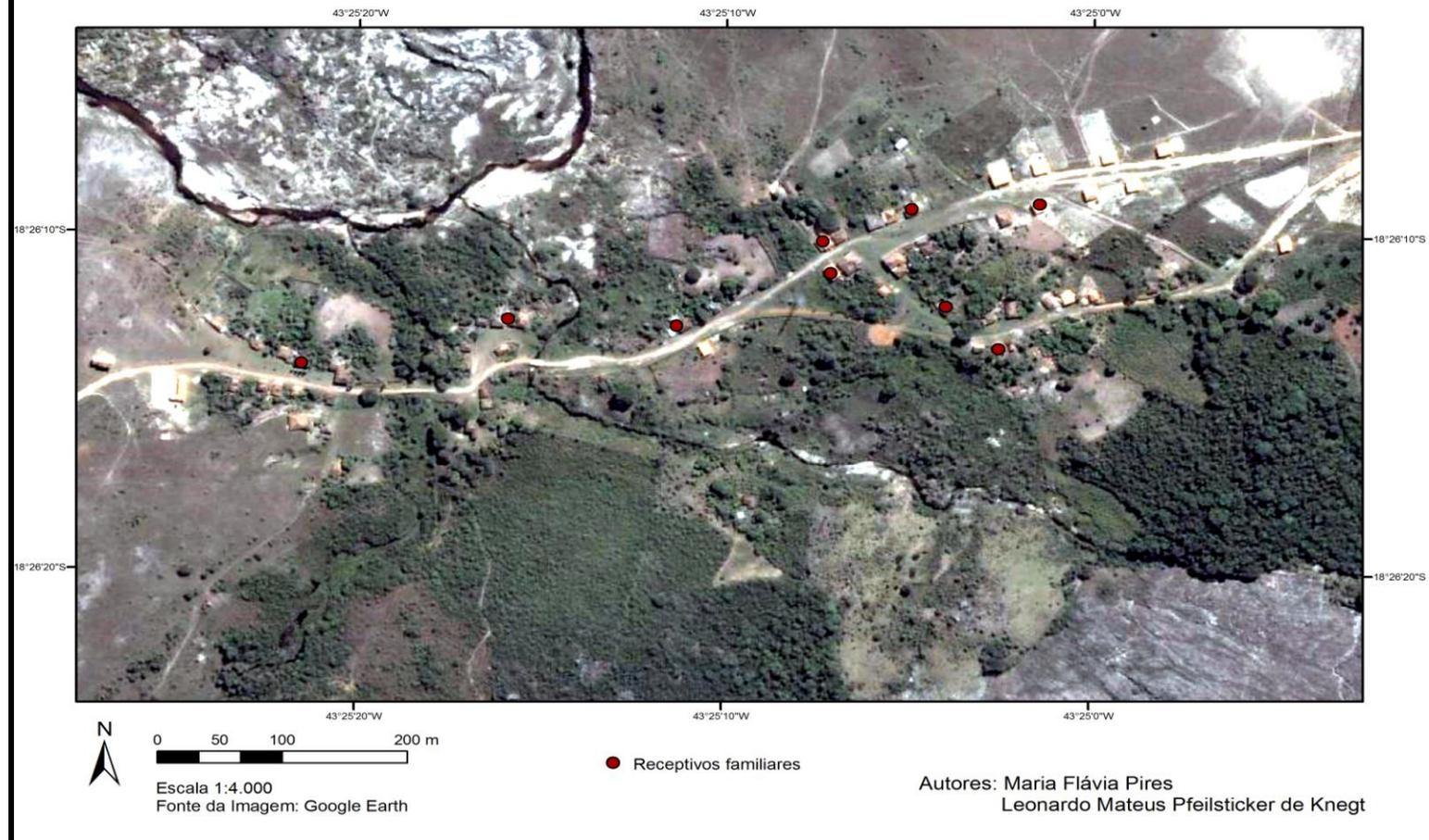
- Um representante da empresa de Turismo “Andarilho da Luz”;
- Um representante da Secretaria de Turismo da Prefeitura do Serro;
- Gerentes do Parque Estadual do Pico do Itambé e da APA das Águas Vertentes;

- Um representante da associação comunitária de Capivari;
- Representantes dos Conselhos Consultivos do PEPI e da APA das Águas Vertentes;
- Representante de Capivari na Câmara de Vereadores do município do Serro.

Cabe destacarmos que esses atores foram escolhidos pela sua representatividade no povoado e suas contribuições serviram como valiosas fontes de dados e informações do contexto local e regional do povoado de Capivari, uma vez que são escassos os estudos, dados e informações sobre a localidade.

Diante disso, a realização de trabalhos de campo foi fundamental para a pesquisa. Para nos auxiliar na coleta de dados foram utilizados alguns instrumentos, como gravador, diário de campo, máquina fotográfica, GPS e folhas topográficas do município do Serro. Em junho de 2009 foi feito um campo exploratório, durante uma disciplina do programa de Pós-Graduação em Geografia. No ano de 2010 foi dada continuidade a esses trabalhos de campo para a aplicação das entrevistas e, sobretudo, para vivenciarmos a realidade local, de modo que foi possível refletir sobre essa realidade a partir de um olhar mais consciente e crítico. Assim, vale ressaltar que, como os relatos orais são versões, ou seja, são olhares dos entrevistados sobre fatos e processos, nosso papel, enquanto pesquisador, não se limitou a interpretar aquilo que foi relatado pelos entrevistados, mas, sobretudo, ir além das interpretações, buscando as relações sociais que o precederam. É nesse sentido que o trabalho de campo e a vivência no local são importantes para a pesquisa.

## LOCALIZAÇÃO DOS RECEPTIVOS FAMILIARES - CAPIVARI/MG



Mapa 03: Localização geográfica dos Receptivos Familiares em Capivari/Serro (MG) (BARBOSA e KNEGT).

## **CAPÍTULO 04**

### **MEMÓRIAS DO SERRO FRIO**

*Louve-se nos mineiros, em primeiro lugar, a sua presença suave (...) ao importuno os mineiros chamam de “entrão”. Não tem arroubos nem arrogâncias nem contam vantagem. Donos de terra tão rica e tão ilustre, mostram uma espécie de humildade naquela posse, e ao mesmo tempo uma segurança tranqüila, que não lhes deixa margem para basófiãs. Os tesouros deles a gente é que os tem de descobrir; pois na sua discrição, o gosto dos mineiros é fingir que os ignoram.*

*Eça de Queiróz (1845 – 1900).*

Esse capítulo aborda a história do uso e ocupação do município do Serro e do povoado de Capivari, trazendo uma narrativa que desvela os aspectos históricos dessa região, desde seu processo de formação e colonização até a emergência do turismo, nas últimas décadas do século XX. A proeminente história de ocupação da região exige que nos atentemos, ainda, para as histórias do próprio Vale do Jequitinhonha. Abordaremos, também, os aspectos físico-geográficos que, sem partir de determinismos, foram e são condicionantes para o processo de formação histórica da região, em razão das peculiares formas de apropriação e uso dos recursos naturais por parte de seus moradores, sobretudo, dos garimpeiros.

São aqui relatadas histórias de ocupação do município, que se fez diante da ambiguidade marcada pela pobreza de muitos convivendo com a opulência de poucos. O relato dessa trajetória é importante para entendermos como se dava a vida dos antigos moradores, suas relações sociais e formas de trabalho, e como isso se configura atualmente, tendo o turismo como um dos aspectos de mudança dessa rotina e dos modos de vida dessa população, sobretudo em Capivari.

#### **4.1) Das raízes históricas de ocupação do Vale do Jequitinhonha a emergência do turismo**

*Passamos por entre os índios que chamam tapuias, que é uma geração de índios bestial e feroz, porque andam pelos bosques como manadas de veados, nus, com os cabelos cumpridos como mulheres: a sua fala é mui bárbara e eles mui carniceiros; trazem flechas ervadas e dão cabo de um homem num momento.*

*João Azpilcueta Navarro (1555)<sup>27</sup>.*

A fama das riquezas auríferas do Serro Frio, descobertas ainda no final do século XVII, atraiu grande quantidade de aventureiros de todos os pontos da Capitania de Minas, que para lá se dirigiam em busca do ouro. Eram homens sozinhos ou companhias armadas chamadas de *bandeiras*. O relato acima descreve o que encontrou João Navarro, um padre jesuíta, ao chegar ao Vale do Jequitinhonha ainda no século XVI. O padre integrou uma primeira expedição a essa região, liderada por Francisco Bruza de Espinhosa, que partiu da Capitania de Porto Seguro em direção ao norte. Espinhosa encontrou a foz do Rio Jequitinhonha, então chamado Rio Grande, e seguiu sua calha sem, contudo, encontrar ouro, prata, ou qualquer tipo de pedra preciosa.

Depois de Espinhosa, outras expedições seguiram rumo aos sertões, ainda no século XVI, e teriam chegado ao Jequitinhonha. Foi o caso de Martim Carvalho, Fernandes Tourinho e Dias Adorno, que também não encontrando as tão cobiçadas pedras preciosas, seguiram suas expedições sertão adentro. No século XVII ocorreram novas investidas, como a de Fernão Dias. Sua expedição saiu de São Paulo em 1674, chegou ao Rio das Velhas, rumando posteriormente para a Serra do Espinhaço, onde encontrou as nascentes do Rio Jequitinhonha, próximas ao Pico do Itambé. Essa expedição também não encontrou ouro, nem prata, nem a Serra das Esmeraldas, a lendária Sabarabuçu, mas foi a expedição de Fernão Dias a responsável pela criação dos primeiros núcleos urbanos mineiros.

As primeiras notas acerca da descoberta de ouro próximo às nascentes do Rio Jequitinhonha remontam ao início do século XVIII, quando uma expedição, liderada pelo paulista Antônio Soares da Costa Ferreira, encontrou as minas do Ivituruí, ou as

---

<sup>27</sup> João Azpilcueta Navarro foi padre da Companhia de Jesus, e um dos primeiros padres catequistas que vieram ao Brasil ainda no século XVI.

“montanhas frias”, na língua tupi. Seguindo o Espinhaço, e tendo como referência o Pico do Itambé, os exploradores do grupo de Antônio Soares seguiram desbravando a região e fundando diversos povoados, como Morro do Gaspar Soares, atual Morro do Pilar, Conceição (cidade de Conceição do Mato Dentro), Vila do Príncipe (hoje Serro), seus distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, o Arraial do Tijuco (cidade de Diamantina), entre outros.

E foi minerando ouro que os diamantes foram descobertos no Rio Jequitinhonha. Segundo Joaquim Felício dos Santos (1976), não é possível afirmar ao certo onde foram encontrados os primeiros diamantes. Essa incerteza explica-se pelo fato de que os mineiros apenas se ocupavam com a extração do ouro e não conheciam ainda o diamante.

Sucedia que na mineração do ouro, nos leitos dos córregos, encontravam certas pedras pequenas, cujo brilho e cristalização lhes atraía a atenção; mas não lhes conhecendo outra utilidade, eram guardadas como simples objeto de curiosidade e serviam de tentos para marcar jogos. Considerando assim como objeto de nenhum valor, fácil fora perder-se a memória do lugar em que se achara o primeiro diamante (p.49).

Assim, tão difícil quanto determinar ao certo o local onde se descobriu o diamante é dizer quem foi o primeiro descobridor. Alguns pesquisadores apontam o nome de Bernardo de Fonseca Lobo, que oficializou seu achado à Coroa Portuguesa em 1729. Contudo, há registros que datam de 1715, referentes à descoberta de diamantes, por Francisco Machado da Silva. Naquela época, como os mineiros não sabiam que as brilhantes pedras eram preciosas, dois comerciantes baianos, frei Eloi Mendes e Francisco Santiago, que já conheciam regiões diamantíferas, começaram a adquirir grandes quantidades de diamantes, levando-as para Salvador. As pedras eram enviadas para a Índia, onde eram lapidadas e transportadas para a venda em Lisboa e outras cidades européias, como se fossem indianas. A intensa movimentação fez com que Fonseca Lobo desconfiasse e comunicasse a descoberta ao governador das Minas. Como remuneração a esse serviço, ele foi nomeado tabelião e Capitão-mor da Vila do Príncipe.

É certo, porém, que no ano de 1729 os diamantes já estavam descobertos e eram explorados. Como consequência, a ocupação do Vale ganhou forte impulso, já que esse enclave diamantífero era o primeiro descoberto no Ocidente, cujas pedras eram consideradas de qualidade superior às que eram encontradas no Oriente. Para controlar a extração e se apropriar da riqueza, a Coroa Portuguesa criou, então, o Distrito Diamantino,

subordinado diretamente a Portugal. No entanto, mesmo com a intensa fiscalização por parte da Coroa, novas descobertas ao longo do século XVIII expandiram ainda mais a ocupação do território. Pela foz do Rio Jequitinhonha, o avanço da interiorização se deu mais tarde, no início do século XIX, quando foram fundados novos núcleos urbanos no médio e baixo Jequitinhonha, como Salto Grande, atual Salto da Divisa, Vigia, cidade de Almenara e São Miguel, hoje Jequitinhonha. Nessa ofensiva, as tribos indígenas foram sendo dizimadas, num processo que perdurou por mais de 100 anos, até o início do século XX.

Assim, o Vale do Jequitinhonha começou a ser colonizado no século XVIII, sobretudo por meio de atividades mineradoras. O povoamento dessa região iniciou-se pelo Serro, em 1700, estendendo-se posteriormente para Diamantina, por volta do ano de 1713 – a primeira povoação refere-se à Vila do Príncipe, capital da comarca de Serro do Frio; a segunda, ao Arraial do Tijuco, demarcado em 1731 como Distrito Diamantino. Como aponta Vera Lúcia Pereira (2006), grande parte das cidades formadas até a segunda metade do século XVIII localizavam-se no Alto Jequitinhonha e dedicavam-se quase que exclusivamente à mineração.

A primeira demarcação administrativa da Coroa, a Comarca de Serro do Frio, era imensa e dividia-se, segundo relato de viagem de Saint-Hilaire (2000),

em dois termos, o do Serro do Frio propriamente dito, e o de Minas Novas. Basta dizer que o principal magistrado da comarca (ouvidor), e os funcionários do governo residem nessa vila. É ainda sede de uma paróquia que tem trinta léguas de comprimento, e compreende onze sucursais e uma população de cerca de trinta mil almas. Certamente que se achará essa população enorme para o interior do Brasil; mas é preciso refletir que a do Tijuco está incluída, e essa vila é a mais importante da província depois da Vila Rica (p.141).

Após a demarcação que separou do Serro o Distrito Diamantino, a política administrativa portuguesa estabeleceu um quadrilátero que circundava o Tijuco e nele incluía alguns outros arraiais hoje pertencentes ao município de Diamantina, isolando-os com severas leis, como forma de dificultar o acesso às lavras e evitar contrabando.

Contudo, essa intensa atividade mineradora, que acelerou o processo de povoamento e de urbanização, acarretou problemas no abastecimento de gêneros alimentícios para a região. Surgiram, então, no Médio Jequitinhonha, povoações que se dedicaram à pecuária e à

agricultura, a fim de suprir as necessidades dos núcleos mineradores, sobretudo Serro e Diamantina, onde não era permitida a diversificação de atividades. Dessa forma, com o passar do tempo, a decadência da extração do ouro e do diamante proporcionou à população do Vale do Jequitinhonha um duplo movimento: a passagem da economia mineradora para a de subsistência, ou a dispersão dessa população em direção às terras que margeiam os rios Jequitinhonha e Araçuaí, onde havia condições para o desenvolvimento da pecuária extensiva. Porém, o abandono em que se encontravam as atividades agropastoris, os métodos rudimentares adotados e, mais do que isso, a diminuição da renda, inviabilizaram ou retardaram atividades agrícolas com níveis mais avançados de tecnologia, fazendo prevalecer a agricultura de subsistência.

#### ***4.1.1) Serro : um pouco de história***

O Serro era um vasto território, descoberto pelos paulistas que vieram as Minas Gerais a busca de ouro e pedras preciosas. “Eis porque tem o povo serrano em suas origens a heróica pujança paulistana, ..., esses aqui ficaram, aqui constituíram famílias, as quais, até hoje, estão presentes em seus descendentes” (SOUZA, 1999, p.25). Foram os paulistas de Taubaté, que no final do século XVII, descobriram as ricas minas de Cataguases, denominada de Minas Gerais, ou Minas de Ouro, conforme documentos mais antigos. Dois centros principais foram estabelecidos ali: Mariana e Sabará. Do território de Sabará começou a expedição dos bandeirantes que aportaram numa região fria e penhascosa, a que os índios do lugar deram o nome de Ivituruí.

A história revela o nome de Antônio Soares Ferreira como o descobridor dessa região. De acordo com dados do Arquivo Público Mineiro, uma expedição sabarense, chefiada por Antônio Soares Ferreira, acompanhado pelo seu filho João Soares Ferreira, Manoel Côrrea, Lourenço Carlos Mascarenhas e Araújo, pelo procurador Baltazar Lemos de Moraes Navarro, além de inúmeros escravos, chegou a região no ano de 1702 e não mais prosseguiram viagem em razão de terem encontrado o que procuravam: pedras preciosas. O registro da descoberta está no Livro de Receita da Fazenda Real das Minas do Serro Frio e Tucambira, aberto no mesmo dia do descobrimento: 14 de março de 1702, pelo então procurador da Coroa e Fazenda Real Balthazar Lemos de Moraes Navarro. Nesta data, a região recebeu o nome de Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio. Assim,

por terem encontrado em Minas Gerais grande quantidade de pedras preciosas, a expedição que chegou ao Serro fez sua pousada nessa comarca, começando, então, a vida administrativa com os funcionários do rei: “lançaram-se os quintos, as arrematações de datas mineiras e os dízimos, ficando a Pousada como centro administrativo” (SOUZA, 1999, p.26). Com o passar do tempo, a população da região foi crescendo: mineiros, negociantes, boiadeiros, mascates, contrabandistas, negreiros e prostitutas chegavam e saíam a todo momento.

Segundo AMES (1943), diversos foram os nomes dados a esta região. Um deles foi “O “Grande Serro do Frio”, denominado na linguagem gentílica “KIVETURAI”, em virtude de ser toda a zona cortada por fortes correntes de ventos frigidíssimos”. (p.04). Esse nome foi dado pelos índios que ali residiam. Ainda, a cidade foi primitivamente denominada de “Arraial das Lavras Velhas de Hiviturui”. Posteriormente, em 29 de janeiro de 1714, o então governador da capitania de Minas, D. Braz Baltazar da Silveira, criou a Vila do Príncipe, juntamente com as de Caeté e Pitangui. O nome Vila do Príncipe foi uma homenagem ao nascimento do príncipe Dom José, em Portugal. Em 17 de fevereiro de 1720 foram criadas quatro comarcas que dividiria a Capitania, sendo elas: Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio. Como coloca Maria Eremita de Souza (1999), a criação da comarca do Serro Frio, desvinculada da comarca de Sabará, deixou o Serro administrativa e juridicamente independente. Além de importante centro de mineração, tornou-se sede da administração e justiça, incentivando o crescimento da população, agricultura e comércio. Segundo Chico Brant e Gutemberg Mota (1999), “o Serro cresceu entrelaçado com a burocracia colonial, ensejando a atividade de bacharéis e políticos que fizeram a glória da cidade e sua rivalidade com Diamantina antiga, por sua vez mais voltada para a atividade econômica” (p.144). Já em 06 de março de 1836, a Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio, foi elevada a categoria de Cidade do Serro.

Atualmente, a comarca do Serro está subdividida nos seguintes municípios: Diamantina, Serro, Bocaiúva, São Francisco, Montes Claros, Rio Pardo, Grão Mogol, Minas Novas, Salinas, Tremedal, Teófilo Otoni, Peçanha, Guanhães, Araçuaí, Ferros, Conceição, parte de Januária, dentre outros.

Conforme aponta Eliane Ferreira (1998), o Serro conheceu períodos de extrema riqueza, assim como outras cidades que se instituíram por meio da mineração. A região cresceu

consideravelmente, demarcando a cada momento novas terras, criando latifúndios exploradores de pedras preciosas. Cada vez que uma jazida era descoberta, afluíam para lá senhores de escravos interessados em receber uma “data”. Segundo essa autora, a distribuição das datas seguia critérios preestabelecidos pela Metrópole, o mais importante deles baseava-se no número de escravos que cada “senhor” possuía. Segundo Caio Prado Junior (1979), o descobridor das jazidas tinha o privilégio de escolher a data que mais lhe interessava e a Fazenda Real tinha o direito de reservar uma data para si, o restante era distribuído a quem interessasse. Contudo, como coloca Eliane Ferreira (1998), não eram apenas os “senhores” e escravos que se dirigiam para as áreas mineradoras, eram, também, “muitos trabalhadores livres desempregados, negros forros, migrantes sem recursos, pobres em geral, além de pequenos agregados, pequenos foreiros e arrendatários” (p.81). Esse grupo instalava-se próximo ou entre as sesmarias e nas terras desocupadas que ainda não eram de interesse dos senhores mineradores.

Com o passar do tempo, e como forma de garantir a subsistência dessas famílias e dos fazendeiros mineradores, foram-se desenvolvendo as atividades agrícolas na região. Nesse sentido, conforme aponta Eliane Ferreira (1998), “nem só de ouro, diamante e pedras preciosas viveu o município” (p.83). A região do Serro é, também, pecuarista e agrícola: cana-de-açúcar, milho, café, feijão, arroz, manteiga e queijo são algumas das produções do município. Inúmeras propriedades, seja na sede municipal ou na zona rural, produziam queijo, cachaça, farinha de mandioca, vinhos, móveis, dentre outros produtos. Assim, segundo essa mesma autora, inúmeros são os relatos de pequenos produtores que, desprovidos de riquezas, fixaram-se em terras da Comarca do Serro Frio e construíram suas propriedades para a produção e cultivo de alimentos. De acordo com Caio Prado Junior (1979), muitos trabalhadores que se dirigiram para essas áreas eram pobres e desprovidos de escravos. Na maioria dos casos, eles produziam para sustento da família e dos fazendeiros (mineradores), detentores de extensos latifúndios, com os quais tinham relações de trabalho e lealdade.

Dessa forma, mesmo que a princípio a região do Alto Jequitinhonha fosse predominantemente mineradora, com o passar dos anos foram surgindo mercadores que procuravam diversificar seus artigos, e a medida que grandes levadas de imigrantes se dirigiam para essa região, aumentava a produção de alimentos. Como coloca Caio Prado

Junior (2000), esses pequenos “mercados agrícolas” garantiriam, assim, o provimento de gêneros alimentares a abastecer, sobretudo, os centros de extração de ouro e diamante:

Este tipo de agricultura de subsistência autônoma, isto é, separada dos domínios da grande lavoura e especializada em seu ramo, encontra-se também, em proporções apreciáveis, em Minas Gerais. A maioria da população dos distritos mineradores, e é ainda assim no alvorecer do séc. XIX apesar da decadência da mineração, ocupa-se aí na extração do ouro e diamantes, que, ao contrário da grande lavoura, não permite este desdobramento de atividades que encontramos nesta última, e que torna possível aos indivíduos nelas ocupados dedicarem-se simultaneamente a culturas alimentares de subsistência. O trabalho das minas é mais contínuo e ocupa inteiramente a mão-de-obra nela empregada. Sob este aspecto, as populações mineradoras se assemelham às urbanas. Tal fato provocou em Minas Gerais, mais densamente povoada que outros centros de extração do ouro, o desenvolvimento de certa forma apreciável de uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local (PRADO JR., 2000, p.162).

Conforme aponta Dario Silva (1928), desde o século XIX havia relatos de fazendeiros que se dedicavam a atividade agropecuária, sobretudo para suprir áreas vizinhas carentes de alimentos. “Das grandes fazendas saíam fartas remessas de mantimentos para o distrito Diamantino, zona muito mineral e imprestável à agricultura” (p.144).

Em se tratando da importância e influência do Serro na região, durante o período que vai do século XVIII ao início do século XIX, a Vila do Príncipe era residência obrigatória das mais altas autoridades, recebendo, também, a visita de inúmeros pesquisadores e cientistas estrangeiros: Aires do Casal, John Mawe, Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, Richard Burton e tantos outros, que deixaram documentos fazendo referências à Comarca e à Vila do Príncipe. No período áureo, a Vila era uma espécie de “capital” de todo o norte de Minas, limitando-se com os estados do Espírito Santo, Bahia e as terras do São Francisco. Mesmo com a queda na mineração do ouro e dos diamantes o município continuou mantendo sua posição de centro jurídico-administrativo da região, o que permitiu a construção de belos casarões durante os séculos XVIII e XIX (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004).

Naquela época, as grandes construções como casas, fazendas e igrejas apresentavam uma arquitetura imponente. Algumas dessas construções como a Igreja de Santa Rita, Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Antiga Casa de Câmara, dentre outros, são hoje importantes atrativos turísticos. Além do patrimônio arquitetônico, o acervo inclui o

artesanato e as manifestações culturais (danças, cavalhadas, touradas, cabocladas, catopés, marujadas, exposições musicais), com destaque para as festas religiosas, como a Semana Santa, Festa do Rosário, Festa do Divino e Festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da cidade. Pela sua importância histórica, seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938. (ver figuras 01, 02 e 03 abaixo).



Figura 01: Prédio da atual Prefeitura do Serro  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.



Figura 02: Igreja de Santa Rita  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.



Figura 03: Igreja de Nossa Senhora do Carmo  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Segundo Vera Lúcia Pereira (2006), a imagem da vida social da região nesse período foi construída pela descrição dos viajantes estrangeiros, dos memorialistas e dos historiadores que “gravam a memória de uma sociedade faustosa, elegante e de grande refinamento

cultural” (p. 10). Esta fama, abrangendo os principais e mais famosos núcleos do Alto Jequitinhonha, criou em torno deles inúmeras lendas, que regem as fantasias e dominam o imaginário e os desenhos de toda a região. Contudo, na realidade estruturou-se ali uma sociedade que seguia os mesmos contornos sociais da Capitania, “compondo-se de uma grande camada de escravos, seguida de homens livres e pobres, geralmente pardos e, no topo da pirâmide, uma pequena camada dominante branca, em sua maioria portugueses, que ocupava os principais postos administrativos” (p. 10).

Segundo a historiadora Júnia Furtado (1991), existia na região um espaço de diferenças, onde os conflitos não se davam prioritariamente entre a população de modo geral e a administração da Coroa, “mas muito mais entre os setores dominantes entre si, buscando privilégios e cargos, ou entre estes e as camadas dominadas – os escravos, os homens livres e pobres e os desclassificados sociais” (p.33). Essa situação estendia-se por contiguidade a outras povoações cujas condições econômicas e sociais decaíam na medida em que, embora afastadas dos núcleos urbanos principais, dependiam deles.

#### ***4.1.2) A Geografia do Serro***

Cercado de montanhas e tendo o Pico do Itambé como ponto de referência, o município do Serro destaca-se no contexto regional, denominado por muitos historiadores como o “Sertão das Gerais”. Conforme já mencionado, geograficamente esse município está inserido na região do Vale do Jequitinhonha, mais especificamente no Alto Jequitinhonha, onde o Índice de Desenvolvimento Humano é um dos mais baixos do estado: 0,658 de acordo com o PNUD, 2000.

O município apresenta uma área de 1.218 km<sup>2</sup>, e tem como municípios limítrofes: Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Rio Vermelho, Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Sabinópolis, Presidente Kubitschek e Datas.

Ao longo dos anos o município passou por várias demarcações nos seus limites. Em 1830 a comarca do Serro possuía 29 distritos: Vila do Príncipe, São José do Itaponhoacanga, Santo Antônio do Rio do Peixe, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Serro, Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho, São José do Paulista, Andrequicé, Inhaí, Conceição do

Serro, Córregos, São Domingos do Rio do Peixe, Senhora do Porto de Guanhões, Congonhas, Paraúna, Bonfim de Macaúbas, Montes Claros de Formigas, Matosinhos da Barra, Dolores de Tabocas, Barra do Rio das Velhas, Coração de Jesus, Curimataí, Peçanha, São Gonçalo do Rio Preto, Tijuco, Gouveia, Morro do Pilar, Contendas do Norte, São José da Pedra dos Angicos. Em 1872 a divisão territorial do município passou para 9 freguesias compreendendo 11 distritos. Em 1875 foi criada a comarca de Santo Antônio, com sede no Serro, continuando então o município a ter 11 distritos, a saber: Cidade do Serro e Itambé – uma só freguesia, São Sebastião dos Correntes e Turvo – também uma só freguesia, Rio do Peixe, Milho Verde, São Gonçalo do Serro, Peçanha, São Miguel, Almas (hoje Guanhões) e Patrocínio de Guanhões. Como coloca Aluísio Miranda (1972), vários desmembramentos se deram posteriormente, em distintas ocasiões. Assim, atualmente restaram ao Serro 4 distritos: Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Pedro Lessa e Deputado Augusto Clementino.

Junto a esses distritos foram surgindo as comunidades rurais como: Lucas, Bagagem, Mosquito, Córrego da Prata, Mumbuca, Pedra Redonda, Capivari, Condado e Três Barras.

A distância de Belo Horizonte ao Serro é de 320 km. Saindo de Belo Horizonte, pode-se chegar ao Serro a partir da rodovia BR 040 – sentido Brasília, nesse percurso deve-se seguir em direção a Sete Lagoas (BR 135) e, posteriormente, em direção a Curvelo (BR 259). Outra via é pela Serra do Cipó (BR MG 010), seguindo em direção a Lagoa Santa, e depois para Conceição do Mato Dentro (por estrada asfaltada) e, posteriormente, até o Serro (por estrada de terra), num trecho de 100 km.

De acordo com dados do IBGE (2010), a população do Serro é de 20.833 habitantes. A maior parte da população (61,8%) é urbana e o restante rural (38,2%). Conforme demonstra o gráfico 01 abaixo, desse total de habitantes, aproximadamente 75% tem mais de 10 anos de idade. Desse número, 50% apresenta algum tipo de renda, cuja maioria ganha menos do que 2 salários mínimos e uma pequena parcela (7%) tem uma renda maior que 5 salários mínimos. Esse quadro revela a desigualdade social também presente no município. Essa parcela que detêm os maiores salários é ligada, sobretudo, a administração pública.

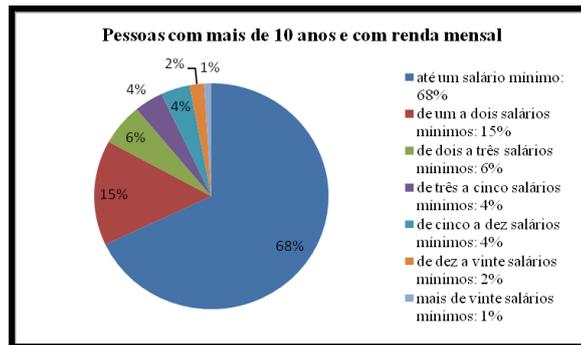


Gráfico 01: Pessoas com mais de 10 anos de idade que possuem alguma renda mensal.  
Fonte dos dados: IBGE (2010).

Sobre a educação no município do Serro, pode-se dizer com base nos dados do IBGE (2009), que existem ao todo 4.717 alunos matriculados, distribuídos entre escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio. Das crianças em idade pré-escolar, quase 60% estão matriculadas; no ensino fundamental, aproximadamente 90% das crianças com idade entre 7 e 14 anos estão matriculadas e quase 70% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estão matriculados nas escolas de ensino médio. No entanto, muito embora haja um número expressivo de matrículas, isso não garante que os estudantes frequentem as escolas de maneira adequada. A situação no município ainda é crítica em termos educacionais, sobretudo quando se trata do tempo de estudo, como demonstra o gráfico 02 abaixo. Segundo dados do IBGE, mais de 50% da população com mais de 10 anos de idade tem menos de três anos de estudo.

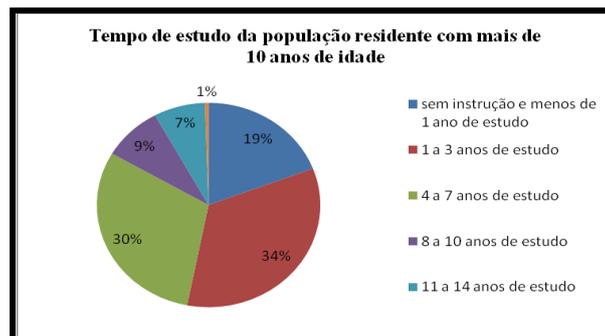


Gráfico 02: Tempo de estudo da população residente no Serro com mais de 10 anos de idade.  
Fonte dos dados: IBGE (2009).

De acordo com dados do IBGE, o Serro possui uma infra-estrutura de saneamento básico ainda muito incipiente. Das moradias residenciais existentes no município, 55% contam com abastecimento de água. Já no que diz respeito a infra-estrutura voltada à saúde, o

município conta hoje com 17 estabelecimentos de saúde, sendo 13 públicos municipais e 4 privados, atingindo um número de 56 leitos. Contudo, o município não conta com procedimentos complexos, tendo o morador que procurar cidades mais próximas como Diamantina, ou mesmo Belo Horizonte para esses tipos de atendimentos.

Com relação à agropecuária no município do Serro, sabe-se que a produção do queijo tem um papel importante. Assim, a economia agropecuária é voltada, sobretudo, para a produção de leite e para a subsistência de modo a abastecer a população local. Atualmente, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários é constituída por proprietários individuais - são 1.360 unidades, cobrindo uma área de aproximadamente 31 mil hectares. Quase 20% da população ocupa-se com atividades no campo. A produção de cana-de-açúcar é o cultivo mais representativo, ocupando uma área considerável no município. Esse produto é matéria-prima para a produção de cachaça, muito comum nas áreas rurais de Minas Gerais, inclusive no Serro. Além desses produtos, a agricultura no município apresenta uma grande diversidade: banana, café, laranja, abacate, limão, mamão, manga, abacaxi, alho, arroz, batata-doce, mandioca e milho são produzidos em solos serranos.

Em se tratando da pecuária, há uma predominância muito expressiva do gado bovino, sobretudo aquele voltado para a produção de leite e derivados. Ainda, é possível perceber a presença do gado para corte, destinado a abastecer o município e áreas do entorno. Vale dizer que o principal produto da pecuária é o queijo, sendo o único que consegue chegar ao mercado consumidor de fora do município.

Todos esses aspectos revelam a ligação com os usos tradicionais do solo e com a história do campo em Minas Gerais. A produção, embora voltada para a subsistência, é bastante diversificada. Tal fato confirma a vocação da produção agropecuária no município, que durante muitos anos exerceu um papel secundário e de suporte à principal atividade da região: a mineração. Um grande número dessas propriedades é ainda de caráter familiar, nas quais o número de trabalhadores com vínculos familiares supera em seis vezes o número de trabalhadores sem esse vínculo, conforme dados do IBGE (2006).

#### **4.1.3) Por entre serras, picos, plantas, bichos e água**

*...Uma hora depois, descortina-se, de uma elevação, a magnífica paisagem tendo ao fundo a Serra do Itambé e defronte um trecho de serra mais baixo, na forma de degraus, com as mais pitorescas formações rochosas. Um pouco à frente há uns cones estranhos que aparecem isolados da formação rochosa. Nas proximidades há grupos de rochedos espalhados de forma desordenada. Poder-se-ia permanecer aqui por horas, imerso, admirando essa maravilhosa paisagem.*

**Johann Jakob Von Tschudi (2006).**

Além desses aspectos citados anteriormente, que incluem as características históricas e geográficas da região, o município do Serro e, dessa maneira, o povoado de Capivari, apresenta características naturais que vem ao longo dos anos atraindo a atenção de inúmeros visitantes, a começar pelos bandeirantes, que chegaram em busca das pedras preciosas; seguidos pelos pesquisadores, cientistas e naturalistas, ávidos por conhecer novas culturas e; mais recentemente pelos turistas, atraídos, sobretudo, pelas belezas naturais da região. Podemos dizer que a história de ocupação do município do Serro se deu muito em função das características físicas encontradas na região, sobretudo sua geologia e geomorfologia.

Assim, o interesse pela região do Jequitinhonha começou ainda no século XVIII, sobretudo após a descoberta de diamantes, fato que deixou ao Serro um legado paisagístico e histórico-cultural singular. O relato abaixo, do naturalista Johann Jakob Von Tschudi (2006), que percorreu grande parte de Minas Gerais no século XIX, mostra essa diversidade encontrada no município ainda nos dias atuais, onde os aspectos históricos se misturam com as belezas paisagísticas:

O Serro começa e termina com uma igreja, ambas localizadas em pontos altos. A cidade forma um anfiteatro em um vale situado entre duas colinas alongadas. No fundo do vale corre o Ribeirão dos Quatro Vinténs, afluente do Rio do Peixe. A pouca distância dali corre o Ribeirão Guanhões, que deságua no Rio Santo Antônio, um importante tributário do Rio Doce. Perto dali fica o divisor das águas das bacias dos rios Doce e Jequitinhonha (p.67).

Capivari também apresenta um apelo natural e histórico bastante significativo. As paisagens desse povoado, nosso “microcosmo” na Serra do Espinhaço, revela essa

característica marcante (ver figuras 04 e 05 abaixo). Cercado de serras, cachoeiras e rios, Capivari é atualmente relevante no contexto turístico local e teve sua história também marcada pelo diamante.



Figura 04: Vista de Capivari com o Pico do Itambé ao fundo.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2009.

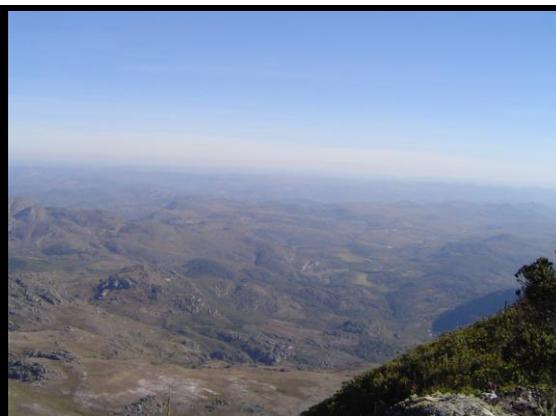


Figura 05: Vista do alto do Pico do Itambé.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Não há muitos registros históricos acerca dessa localidade, contudo, Maria Eremita de Souza, pesquisadora serrana, revela que esse lugarejo surgiu devido às paradas para descanso das expedições, atraídas pelo clima e pelas belas paisagens. Em um breve histórico da localidade, elaborado pela Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SECTUMA) do município do Serro, conta-se que por volta de 1700, o povoado já era habitado por moradores oriundos do Serro, Milho Verde e Três Barras, que também foram explorar os rios da região em busca de ouro e diamante. Como relata Maria Eremita de Souza, em 1840 foi construído um caminho que passa por Capivari, com a ajuda da Província de Minas Gerais, a pedido do Senado da Câmara do Serro, que levou melhorias aos tropeiros que vinham de diversos lugares levando seus produtos para serem vendidos no Arraial do Tijuco.

As casas e igrejas existentes no povoado ainda guardam uma feição que remonta a esses tempos antigos, constituindo-se em um bom acervo de origem colonial. Lado a lado com essas construções estão algumas casas que já apresentam um estilo arquitetônico mais moderno. As edificações religiosas também apresentam diferenças entre si, as duas igrejas existentes no povoado, Bom Jesus e São Geraldo, mostram traços e estilos bem diferenciados, conforme mostram as figuras 06 e 07.



Figura 06: Igreja Bom Jesus.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

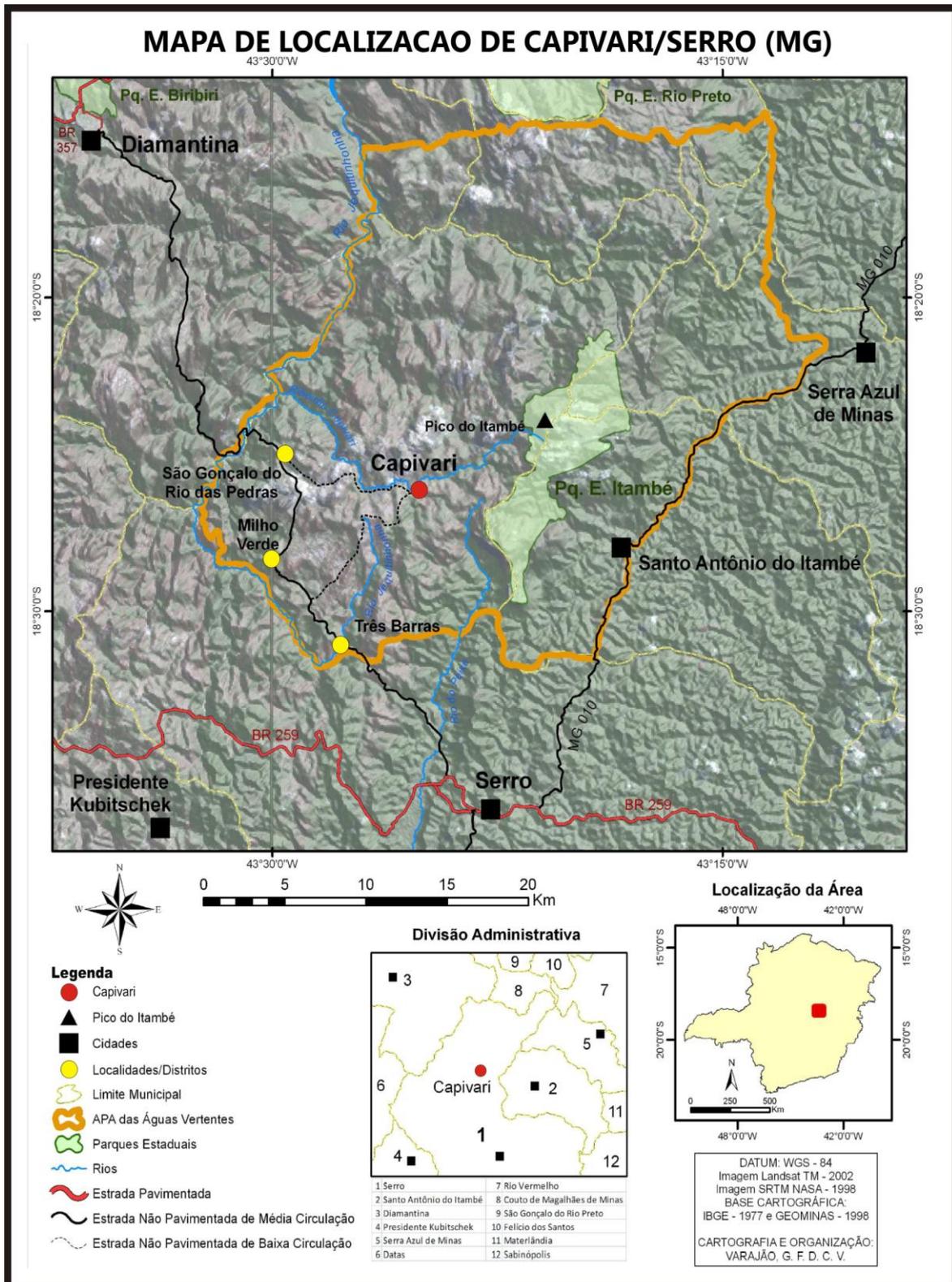


Figura 07: Igreja São Geraldo.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2009.

A Igreja de Bom Jesus, antigamente chamada de Senhor da Boa Vida, passou ao longo do tempo por várias reformas, sendo que o piso, antes de terra, foi substituído por assoalho e, posteriormente, coberto por um cimento grosso. Essa igreja abre apenas em ocasiões especiais, como missas esporádicas, visitas turísticas ou outras cerimônias específicas, e foi toda construída de pau a pique, mas com a reforma realizada com recursos da própria comunidade, grande parte da mesma é hoje feita de blocos de cimento. Já a Igreja São Geraldo localiza-se na entrada do Arraial e foi construída pelos próprios moradores em 1973, em um terreno doado pelo Sr. Raimundo Rodrigues, antigo morador do povoado.

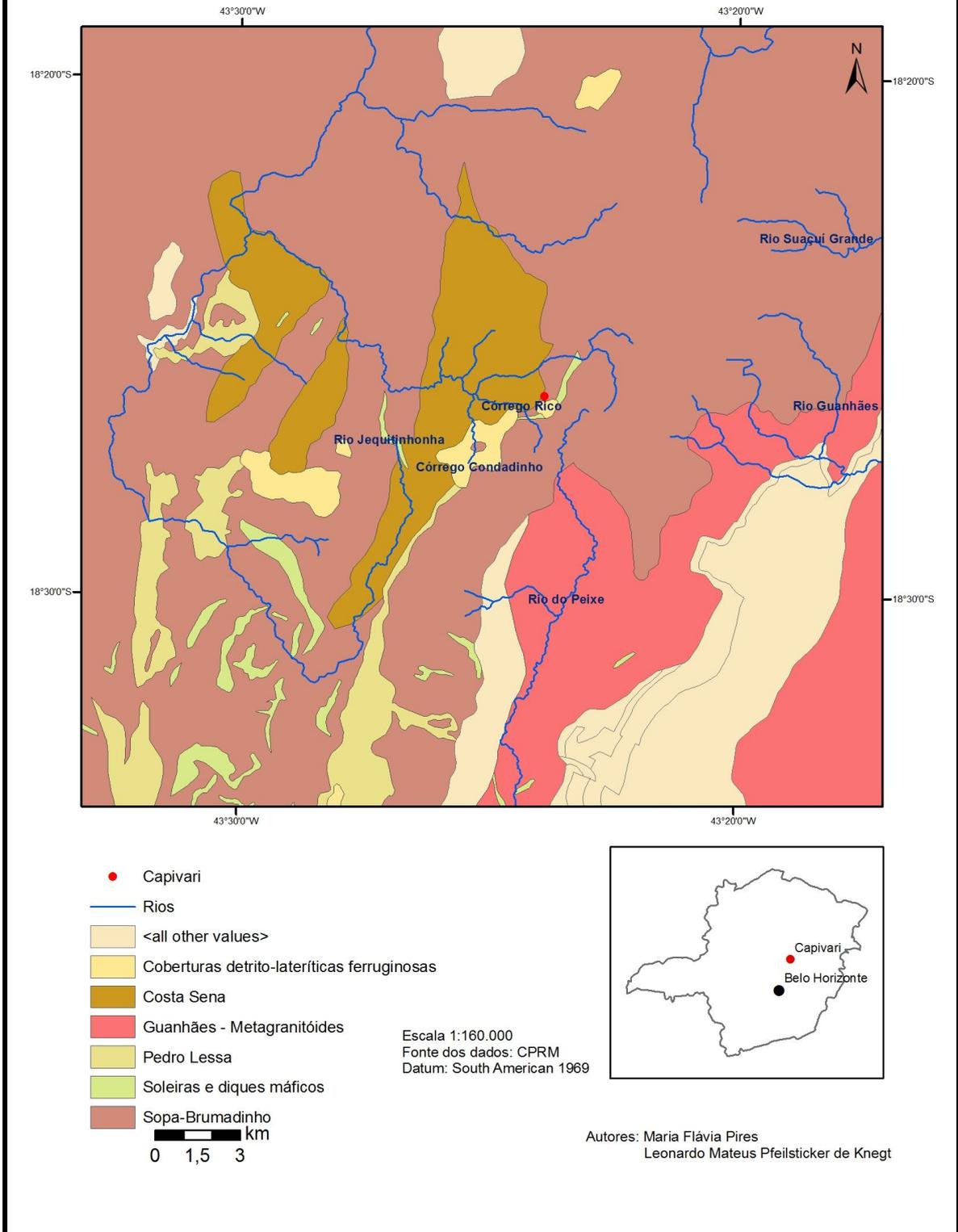
Como mencionado, nem apenas de história vive a região. Distante 27 quilômetros a noroeste da sede do município do Serro (ver mapa 04), Capivari situa-se próximo ao Pico do Itambé que, com 2.062 metros, marca o ponto culminante da Serra do Espinhaço. Essa corta o município do Serro longitudinalmente, servindo como divisor natural de duas importantes bacias: Jequitinhonha e Doce. As nascentes do rio Jequitinhonha seguem na direção norte, já as nascentes dos rios Guanhães e do Peixe descem rumo ao sul, até encontrar o rio Santo Antônio, afluente do Rio Doce. Capivari situa-se na bacia do Jequitinhonha e alguns de seus afluentes, como o Córrego Rico e o Córrego Condadinho, abastecem a população desse povoado (ver mapa 05). Essa abundância hídrica da região foi fator importante para a criação da APA das Águas Vertentes, em 1998. O rio

Jequitinhonha nasce dentro de seus limites e seu curso d'água segue margeando a borda oeste dessa UC.



Mapa 04 – Localização de Capivari/Serro (MG).  
Adaptado de VARAJÃO (2009).

# GEOLOGIA E CURSOS D'ÁGUA CAPIVARI / MG



Mapa 05: Mapa Geológico e de cursos d'água que abastecem Capivari/Serro (MG) (BARBOSA e KNEGT).

Geologicamente, a região onde o município do Serro está inserido apresenta rochas pertencentes à unidade litológica denominada de Supergrupo Espinhaço, mais especificamente à Formação Sopa-Brumadinho (ver mapa 05). Segundo informações do Plano de Manejo do PEPI (2004), a formação rochosa da região apresenta como principal característica a presença de quartzo, originando as rochas denominadas de quartzitos. As deformações existentes nas rochas, ocasionadas por eventos tectônicos de larga escala, geraram extensas fraturas e falhas geológicas, que atualmente condicionam as principais drenagens. Algumas dessas drenagens foram intensamente garimpadas, em diferentes períodos da história. Dentre as regiões exploradas, as mais importantes estão localizadas nas drenagens que pertencem à bacia do Rio Jequitinhonha, onde está Capivari.

Já do ponto de vista geomorfológico, segundo Allaoua Saadi (1995), a região da Serra do Espinhaço pode ser dividida em dois compartimentos de planaltos – um ocupando a parte sul e o outro a parte norte, sendo diferenciados e separados por uma área deprimida de direção NW-SE, passando por Couto de Magalhães, a norte de Diamantina (MG). A estes compartimentos foram dadas as denominações de Planalto Meridional e Planalto Setentrional, respectivamente<sup>28</sup>.

Ainda segundo esse autor, o trecho mais ao norte do Planalto Meridional, onde situa-se o município do Serro, apresenta a particularidade do escarpamento mais retilíneo, com direção NE. E é nesta região que estão as maiores altitudes de toda a Serra do Espinhaço: 2.062m no Pico do Itambé, 1.759m na Serra da Bicha e 1.628m a oeste de Serra Azul de Minas (ver figura 08 – com destaque para o Pico do Itambé).

---

<sup>28</sup> Segundo Allaoua Saadi (1995), o Planalto Meridional inicia-se na extremidade meridional da serra, ou seja nas nascentes do rio Cipó alojadas na serra homônima, a aproximadamente 50km a norte de Belo Horizonte. Nesta região, sua largura é mais reduzida (30km), aumentando rapidamente em direção a norte, para atingir 90km entre Santo Antônio do Itambé e Conselheiro Mata, em Minas Gerais. Já o Planalto Setentrional inicia-se logo a norte de Couto de Magalhães e estende-se além da fronteira Minas Gerais-Bahia. Alonga-se em direção NNE com comprimento e largura de, respectivamente, 340 e 100km, tendo a sua morfologia radicalmente diferente da do Planalto Meridional.

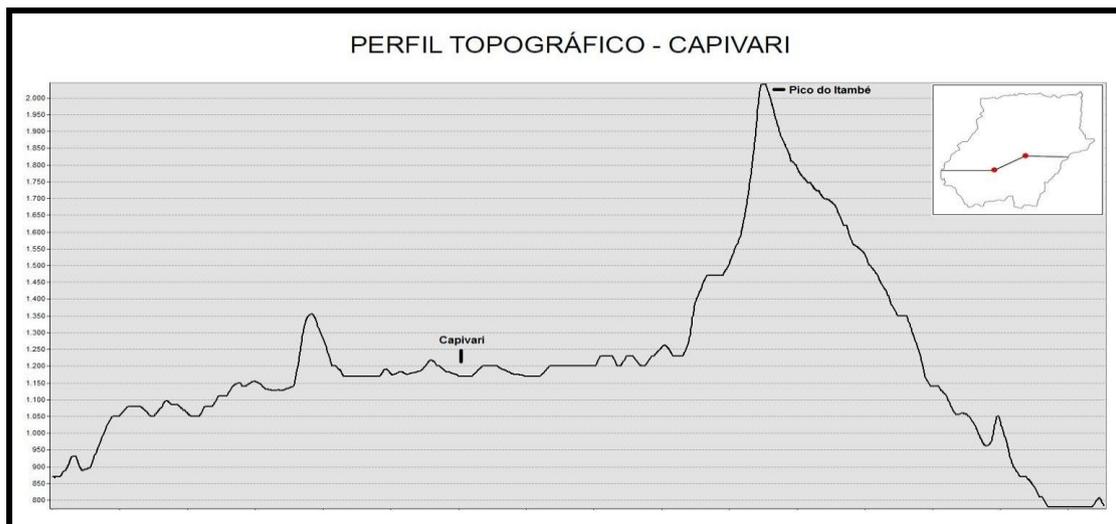


Figura 08: Perfil Topográfico passando pelo núcleo urbano do povoado de Capivari e pelo Pico do Itambé. (BARBOSA e KNEGT).

Essas características geomorfológicas encontradas no município do Serro e no povoado de Capivari foram, pois, controladas pela geologia estrutural, ou seja, as extensas falhas e fraturas evidenciadas pelos processos formadores da paisagem foram os responsáveis pelo atual relevo da região. Esse importante elemento paisagístico, aliado ao sistema de drenagem, é responsável pela beleza peculiar que pode ser visualizada em seus inúmeros atributos: serras, cachoeiras, rios, dentre outros, conforme mostram as figuras 09 e 10 abaixo.



Figuras 09 e 10: Cachoeira do Tempo Perdido – Capivari/MG.  
Fonte: Pesquisa direta/Octubro 2010.

Com relação às fisionomias vegetais, a região apresenta um predomínio de áreas com formações campestres (Campo Rupestre e Campo Limpo). Contudo, é possível encontrar, também, formações savânicas, representadas principalmente pelo Cerrado Ralo. Já as áreas de Floresta Estacional ocorrem principalmente nas margens de córregos e rios.

Toda essa variedade encontrada no município do Serro, assim como em Capivari, que está localizado na área de abrangência da APA das Águas Vertentes, atualmente desperta olhares de turistas que para lá se direcionam constantemente. Diante de tantas belezas, era apenas uma questão de tempo até que as potencialidades da região fossem descobertas por turistas, que, em geral, buscam a tranquilidade oferecida pelo contato com a natureza. Era uma questão de tempo, também, para que o município se tornasse hoje palco de projetos de turismo destinados aos mais variados tipos de turistas. Foi também em razão dessas características que, em 1998, foi criado o Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI).

O PEPI foi criado a partir do decreto n° 39.398 da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o intuito de proteger as riquezas naturais, como cachoeiras, cursos d' água e a vegetação única. Especialmente, era necessário proteger o Pico do Itambé, sobretudo por se tratar de uma fonte de abastecimento de água para a população da região, uma vez que há muitas nascentes em suas encostas.

Contudo, a criação dessa Unidade de Conservação, com uma área de 4.696 ha, abrangendo três diferentes municípios: Santo Antônio do Itambé (2.926ha), Serro (930ha) e Serra Azul de Minas (840ha), revelou-se, num primeiro momento, como algo impositivo aos moradores. Sua criação, assim como a criação de outras Unidades de Proteção Integral, foi resultado de uma ação na qual prevaleceu uma intervenção pretensamente conservacionista, em detrimento muitas vezes das histórias e das pessoas que vivem no local. Aos moradores locais e do entorno foram impostas novas formas de uso e ocupação do solo que até então não faziam parte de suas realidades, negligenciando-se, assim, as formas de uso dos recursos naturais até então desenvolvidas pela comunidade.

Diferentemente do que aponta o Plano de Manejo do Parque, a história revela que o PEPI não foi criado, a princípio, para atender às expectativas dos moradores desses municípios, preocupados que estariam com a degradação ambiental na região. Em Capivari, por exemplo, comunidade que vive no entorno da área do Parque e na área de abrangência da APA das Águas Vertentes, grande parte da população mostrou-se bastante descontente com a implantação do parque.

Antes da criação do PEPI havia em toda essa região, seja Capivari, distritos próximos ou em outras tantas pequenas comunidades rurais, algumas centenas de famílias que viviam, sobretudo, da exploração do diamante e da coleta de sempre-vivas e que, hoje, já não

podem mais viver da mesma maneira. Esse fato acabou gerando uma certa repulsa da população diante do parque e, conseqüentemente, diante dos órgãos ambientais, sobretudo o IEF.

Contudo, mais recentemente, há uma iniciativa precursora por parte do governo do Estado de Minas Gerais no sentido de promover a regularização fundiária do parque. Para sua efetiva implantação, 27 famílias teriam que ser remanejadas. Contudo, houve a necessidade de, num projeto pioneiro, fazer um reconhecimento da propriedade e do direito sobre a terra, já que as famílias não tinham o título sobre as mesmas. Assim, além das questões legais, houve ainda uma resistência natural das famílias que se viram obrigadas a sair da terra onde nasceram e de onde garantiam seu sustento. Nesse processo, que dura há aproximadamente três anos, grande parte das famílias já foi indenizada e os demais moradores foram ou serão reassentados em uma área da fazenda comprada pelo IEF, no entorno do parque. Segundo informações do Gerente de Regularização Fundiária do IEF<sup>29</sup>, o tamanho da área cedida aos moradores foi calculado de acordo com o tamanho da área utilizada anteriormente dentro do parque.

Diante disso, o parque não está aberto à visitação turística, sobretudo por não possuir ainda uma estrutura adequada capaz de receber os visitantes. Não há ainda um centro de apoio efetivamente implantando, assim como também as trilhas não estão todas efetivamente demarcadas e sinalizadas com placas indicativas e interpretativas. Atualmente existe uma portaria em Santo Antônio do Itambé, onde fica a sede do parque, contudo, ainda será construída uma outra portaria em Capivari, nas proximidades do caminho para o Pico do Itambé. No entanto, embora o parque não esteja oficialmente aberto à visitação, é possível visitá-lo, mas para isso é necessário ter em mãos uma autorização prévia do IEF. O principal motivo que fazem os turistas visitarem o parque é a subida ao Pico do Itambé, que configura-se hoje como o principal atrativo turístico da região.

A subida ao Pico também exige dos turistas uma autorização da gerência do parque. Essa caminhada pode ser realizada por duas vias, uma partindo de Santo Antônio do Itambé, onde pode-se percorrer em carro 4 x 4 um trajeto de 8 km, saindo da sede do PEPI até o início da trilha, sendo que a partir desse ponto são 7 km de subida, podendo ser realizada

---

<sup>29</sup> As informações foram cedidas por Charles Alessandro, em entrevista ao jornal Estado de Minas, em 19 de julho de 2009.

apenas a pé. Já o caminho a partir de Capivari é realizado todo a pé, sendo aproximadamente 15 km de caminhada. A partir de 2010, a gerência do parque intensificou a fiscalização e hoje apenas é possível subir ao Pico com guias do IEF ou credenciados para tal. No entanto, vale a observação de que, muito embora a paisagem vista do Pico seja realmente surpreendente, a presença de lixo e de uma antiga casa no alto do Pico, em péssimas condições, são fatores que podem prejudicar a permanência do turista. Além do Pico, o Plano de Manejo do PEPI (2004) mostra outros atrativos que compõem o quadro turístico da Unidade e seu entorno, a saber:

- A trilha do Tropeiro: essa trilha liga Santo Antônio do Itambé a Capivari e pode ser feita somente a pé ou a cavalo. Esse percurso foi muito utilizado por tropeiros que seguiam em direção a Diamantina, e hoje é, também, caminho de moradores dessas localidades;
- Feições ruiformes: a grande quantidade dessas feições encontradas no interior do parque também configura-se como atrativo local, essas feições surgem por meio da ação do vento, das chuvas e do tempo, que formam belas paisagens.
- No entorno do parque, os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde apresentam inúmeros atrativos, a maioria em áreas naturais, como cachoeiras e rios.
- Em Capivari, além da trilha que leva até o Pico, há ainda belas cachoeiras, como a do Tempo Perdido e dos Coqueiros. Ambas as cachoeiras são relativamente distantes do núcleo do povoado (3km e 6km, respectivamente), exigindo uma caminhada e a presença de um guia da região.

Atualmente, toda essa região vem recebendo um fluxo cada vez mais contínuo de turistas, que a procuram em razão de suas características naturais e culturais. A sede do município do Serro é mais procurada por turistas interessados em conhecer sua história e os aspectos culturais. Já a região do entorno é procurada por quem deseja um contato maior com o ambiente natural, se interessando, portanto, pelas cachoeiras, trilhas, caminhadas e pelas belas paisagens. No entanto, a infra-estrutura de apoio ao turista que chega ao município, e também a toda região de modo geral, não tem acompanhado esse fluxo turístico de forma satisfatória. Os meios de hospedagem nos municípios abrangidos pelo parque ainda são escassos, sobretudo em Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas. No município do Serro a situação é um pouco melhor, porém ainda não é suficiente. A cidade é mais bem estruturada para receber os turistas e é dotada de equipamentos e serviços capazes de

melhor atendê-los, como restaurantes, bancos, serviços de telefonia e internet, dentre outros.

Além disso, o município do Serro vem tentando investir em um outro tipo de turismo, principalmente em seus distritos e povoados, que, teoricamente, proporcionaria aos visitantes um contato mais direto com os moradores, cujas trocas seriam mais genuínas e a princípio menos comerciais. Alguns distritos como São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde receberam apoio de órgãos públicos e iniciativa privada para implementarem o Programa Turismo Solidário. Capivari também faz parte do grupo de localidades que recebeu cursos e incentivos para desenvolver essa forma de se fazer turismo.

#### **4.1.4) O Turismo Solidário em Capivari**

A primeira iniciativa organizada de Turismo Solidário em Capivari ocorreu no ano de 1999, por meio das ações da operadora de ecoturismo “Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas e Terapêuticas”, com sede em Belo Horizonte/MG. Naquele ano, Marcus Pavani, proprietário dessa operadora, e idealizador da ideia do Turismo Solidário nessa localidade, conheceu o povoado de Capivari, em razão, sobretudo, de suas características naturais. Como já foi aqui relatado, nessa mesma época, a comunidade passava por sérias privações em razão das restrições impostas pela implantação das Unidades de Conservação na região. Diante disso, Marcus Pavani propôs aos moradores o investimento no turismo.

*“Eu lembro que começou em 1999, foi o Marcus que veio primeiro, né, aí ele veio uma vez, só ele mais a esposa dele e depois acho que ele gostou muito do lugar e começou trazendo um pessoal, aí veio trazendo bastante gente” (Moradora de Capivari).*

Assim, diante da possibilidade de se desenvolver o turismo nesse povoado, foram realizadas algumas ações por parte da “Andarilho da Luz” para viabilizar a ideia. Num primeiro momento, todos os moradores foram convidados a participar de reuniões nas quais foram explicados os principais objetivos da ideia. Marcus Pavani, com a ajuda de moradores, promoveu esses encontros com o intuito de apresentar a ideia do turismo, sobretudo como uma forma alternativa de renda e trabalho aos moradores, e, dessa maneira, apresentar a comunidade novos conceitos que pudessem ser trabalhados posteriormente.

De acordo com os moradores do povoado, havia uma certa preocupação por parte desse empresário em escutar as necessidades e expectativas da comunidade, sobretudo das nove famílias que decidiram investir no turismo. Nesse sentido, diante da aceitação da ideia pela comunidade foram oferecidos cursos e realizadas ações sociais com a mobilização de moradores e voluntários para a preparação da comunidade para o turismo.

As primeiras capacitações referentes ao Turismo Solidário em Capivari foram realizadas na preparação das pousadas domiciliares, nas orientações do funcionamento da atividade turística e na mobilização dos principais agentes locais. Ainda, um curso de qualificação do artesanato local foi realizado no ano de 2003, através da parceria com o Centro Cape (Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor), que procurou impulsionar o desenvolvimento profissional desta atividade. Uma parceria com o SEBRAE/MG possibilitou, também, a realização de cursos e consultorias especializadas para a promoção da cultura empreendedora, para a formação de grupos gestores e no planejamento turístico sustentável.

Esse processo de mobilização, capacitação e preparação para o Turismo Solidário, de acordo com Marcus Pavani<sup>30</sup>, foi trabalhado diretamente com as famílias do povoado, para o incentivo e valorização da produção caseira, como doces, queijos, ovos, cachaça, artesanatos, dentre outros, e para a melhoria dos serviços oferecidos aos turistas. Desse modo, segundo o proprietário da operadora, “a rede de fornecedores internos se fortalece e a distribuição dos recursos passa a ser mais equitativa”. Por essa razão, foi necessária a intervenção junto às famílias do povoado, no intuito de promover a capacitação e profissionalização dessas famílias, a valorização dos produtos e serviços oferecidos, bem como a sensibilização para a conservação dos recursos naturais da região que passaram, pois, a ser fundamentais para a prática do turismo na localidade.

Assim, de acordo com Marcus Pavani, a ideia de se desenvolver o Turismo Solidário em Capivari surgiu com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e desenvolver o ecoturismo responsável e de base comunitária, um conceito que, segundo ele, é mais atual e reflete melhor as características desse tipo de turismo.

---

<sup>30</sup> As análises aqui apresentadas foram feitas com base na entrevista realizada com Marcus Pavani, proprietário da Operadora “Andarilho da Luz”, por meio de correio eletrônico, respondida no dia 27 de agosto de 2010. Além disso, também serão feitas referências ao conteúdo do site da operadora <<http://www.andarilhodacruz.com.br>>.

Segundo Marcus, o Turismo Solidário foi desenvolvido como uma ação de responsabilidade social e ambiental da operadora. Para ele, o Turismo Solidário não é comercializado e, sim, os pacotes que englobam as hospedagens domiciliares, além dos serviços e produtos oferecidos aos turistas.

Dessa maneira, todas essas características de Capivari despertaram na “Andarilho da Luz” um interesse em preparar a comunidade para receber os turistas, sobretudo através da prática do Turismo Solidário, que, segundo Marcus, envolve a hospedagem domiciliar, nas quais os turistas permanecem, comem a comida local e participam das atividades cotidianas. Essas instalações foram construídas pelos habitantes de Capivari, sendo hoje administradas e de propriedade desses próprios habitantes. São eles mesmos que oferecem as refeições, além de outros serviços turísticos, como de guias, por exemplo, e produtos como artesanato e produção caseira.

Marcus Pavani acredita que, nessa forma de turismo, os moradores locais recebem diretamente os benefícios oriundos dessa atividade, uma vez que eles mesmos são os próprios fornecedores de produtos e serviços. Por outro lado, essa prática de turismo proporcionaria aos turistas aprenderem sobre o estilo de vida local e suas tradições. Também, os turistas poderiam contribuir com a realização de palestras, orientações, doações e apoio em atividades e projetos sócio-ambientais previamente aprovados com a comunidade, representada desde 1989 pela Associação Comunitária Pró-Melhoramentos de Capivari. Como coloca Marcus Pavani, muitas ações já foram realizadas e organizadas por clientes e colaboradores voluntários de Capivari, todos mobilizados pela operadora “Andarilho da Luz”. Dessa forma, “o turismo solidário é um trabalho que prioriza e estabelece como regra, a participação e a gestão da comunidade em todo planejamento turístico” (site da operadora Andarilho da Luz).

O principal desafio para colocar em prática essa ideia foi, segundo esse empresário, mobilizar a comunidade para pensar e agir de forma associativista, já que este é um processo que exige “tempo, paciência e uma agenda positiva de ações e resultados”. Outro grande obstáculo citado por Marcus foram os entraves e “boicotes” do Programa Turismo Solidário, idealizado pelo governo do estado de Minas Gerais, com o trabalho da operadora: “Não foram parceiros, aproximaram-se para obter o histórico, o método e a imagem”. Para Marcus, “a proposta original desse programa foi interessante, mas não se

sustentou por questões políticas e de gestão e, hoje, é somente a imagem de um nome criado”. Para ele, o programa não conseguiu ainda cumprir seu papel de gerar infraestrutura e favorecer verdadeiramente as comunidades contempladas. Em grande parte, os recursos foram direcionados para cursos e promoções. “Trabalharam amplo foco, sendo que a possibilidade de desenvolvimento de um piloto concentraria mais força e resultado” (Marcus Pavani).

Marcus acredita, também, que as conquistas obtidas com a prática do Turismo Solidário desenvolvida em Capivari apenas foram possíveis com o envolvimento direto da comunidade, num processo de construção contínua de confiança e amizade. “Perceber com clareza as intenções e propostas e gerar resultados positivos e construtivos, propicia a aproximação e a participação da comunidade nas ações gerais e pontuais”. Para ele, essas conquistas referem-se, sobretudo, a uma abertura e tomada de consciência da comunidade a respeito das boas práticas do turismo e na sua mobilização para assuntos de interesse da coletividade, como, por exemplo, a criação da Associação Comunitária, representação na Câmara dos Vereadores do município do Serro, criação de grupos de discussão, dentre outros.

Além disto, foi criada uma imagem do destino e dos produtos de Capivari perante o mercado turístico, as entidades e em toda a região, que propicia e facilita sua comercialização. Ainda, outros aspectos podem ser citados advindos da prática do Turismo Solidário na localidade, dentre elas: investimentos na melhoria das pousadas domiciliares; construção do Centro Comunitário de Capivari – nesse centro funciona o centro odontológico, uma sala de atendimento médico, o escritório da associação comunitária e a sala do artesão, dentre outros. Também, alguns projetos estão sendo pensados, como a proposição e construção das Diretrizes do Turismo Sustentável de Capivari, pensadas em parceria com pesquisadores da UFMG, ligados ao curso de Turismo; além da fundação da Associação Rede Solidária Andarilho da Luz, para apoio aos programas solidários e elaboração de material informativo sobre Capivari.

Todas essas iniciativas que, para os moradores, tem representado uma mudança de perspectivas com relação ao futuro da comunidade, são extremamente válidas. Contudo, é preciso refletirmos a respeito dessas práticas já que são oriundas de ações de agentes externos, que, a princípio, pouco conhecem a realidade local. Não que essas ações não

sejam importantes - valendo-nos da perspectiva histórica e do difícil momento vivido pelos moradores, essas práticas são, sim, relevantes e até mesmo necessárias. No entanto, análises devem ser feitas com base nas conseqüências dessas ações no âmbito local, levando em conta as expectativas e desejos da comunidade

*“Em 2004, não sei direito a data, o governo implantou o turismo solidário, e o povo faz confusão, não entende direito. E esse turismo solidário do governo, ele não tá funcionando ainda, eles fizeram curso, mas ainda não veio turista solidário” (Moradora de Capivari – Presidente da Associação Comunitária).*

Como relatado na fala acima, posterior à iniciativa da “Andarilho da Luz”, houve uma nova investida, em 2003, desta vez por meio de ações do governo de Minas Gerais. Porém, a ideia acerca do Turismo Solidário ficou tão atrelada à operadora “Andarilho da Luz” que os moradores não fazem muita referência ao programa do governo. Em 2003 os idealizadores do programa foram ao povoado para apresentar a ideia e convidar a comunidade para participarem das ações. Como o turismo já tinha sido apresentado anteriormente aos moradores, esses prontamente aceitaram fazer parte da iniciativa do governo, como forma de fortalecer o Turismo Solidário regionalmente. A partir da aceitação da ideia, foram oferecidos aos moradores cursos de capacitação. Contudo, como aponta um morador da localidade: *“nada além daquele que a Andarilho já tinha falado, nada mais do que aquilo, né, é uma continuidade, mas reafirmando aquilo que Marcus e Cirlene já tinham explicado ao pessoal”*. Entretanto, esse convite, partindo do governo, mexeu com as expectativas dos moradores e com a auto-estima deles, que estava baixa diante das privações pelas quais estavam passando. Era importante para eles a valorização da cultura e das características locais, como forma de estimular a comunidade para perceber seus valores e, assim, aumentar a confiança neles mesmos.

Assim, à comunidade foi apresentada a ideia do programa que, nas palavras de uma moradora de Capivari, funcionaria da seguinte forma: *“a pessoa ajuda da maneira que ela pode, dá um curso, por exemplo, eu entendi desse jeito. Eu entendi assim, porque tem o outro turista que vem para visitar, né, o turista comum, e o solidário vem para visitar o atrativo, mas vem também para ajudar da maneira que ele puder”*. Aliada a essa concepção, está a ideia da geração de emprego e renda que, para os moradores, foi fator primordial para a organização da comunidade para o turismo. A expectativa gerada diante

da possibilidade de auferir renda foi, pois, a principal motivação desses moradores. Por essa razão, houve uma grande adesão da comunidade nos diversos cursos oferecidos pelo programa: receptivos familiares, condutores, culinária, artesanato, dentre outros.

*“Se ele (Programa Turismo Solidário) funcionasse, eu acharia uma coisa boa, mas eu não sei porque ele ainda não funcionou, não sei porque não chega turista. Curso já teve” (Moradora de Capivari).*

Contudo, as ações do programa ainda não tiveram um resultado real que pudesse ser percebido positivamente pelos moradores. O investimento em cursos de capacitação, como era de se esperar, não foi suficiente para que o Turismo Solidário prosseguisse, sendo necessário mais do que isso. Os próprios moradores já perceberam que essas ações não são mais suficientes, ou seja, é preciso maior investimento, sobretudo financeiro, para que o programa funcione e avance.

Juntamente com essas capacitações, foi sendo formado um grupo gestor, na tentativa de organizar melhor as ações do programa em âmbito local. No entanto, o grupo não conseguiu dar prosseguimento às ações. Como afirma a moradora local, a sobreposição de representações do povoado, por assim dizer, não favoreceu o fortalecimento do grupo gestor, que foi formado mais recentemente.

*“Mas eu acho que esse aí (grupo gestor) não funcionou não, nós tava montando outro grupo na comunidade sem precisar, porque já tinha a associação. Se eles tivessem pegado uma pessoa de cada grupo e tivesse feito esse grupo, por exemplo, pegava uma pessoa do teatro, uma do artesanato, uma pessoa da associação, uma pessoa de cada grupo e fizesse um grupo, acho que representava muito melhor, mas não foi isso, o grupo não reuniu. Eu acho que não uniu, não fez muita coisa”.*

Assim, o programa ainda não revelou aos moradores possibilidades reais que os fizessem acreditar que pudesse dar certo. Não houve ainda nenhuma visita ao povoado que tenha sido promovida pela central de reserva do programa, em Belo Horizonte. Os turistas que para lá se direcionam são, em geral, ou turistas avulsos, que procuram, sobretudo, pelas belezas naturais da localidade, e que muitas vezes nem ficam hospedados no povoado, ou são os turistas levados pela operadora “Andarilho da Luz”, que já há algum tempo não tem

levado turistas com tanta frequência, fato que tem gerado um certo desapontamento por parte dos moradores, ou, então, estudantes e professores que vão ao local para pesquisas.

*“Inclusive, o que a gente espera agora é do turista mesmo” (Moradora capivarinense).*

Dessa forma, num misto de desilusão e esperança, os moradores de Capivari ainda tentam acreditar que o programa dará certo, sobretudo diante da realidade vivida por eles, que não apresenta muitas alternativas viáveis de sobrevivência. A expectativa gerada pelo turismo é, muitas vezes, o que impulsiona os moradores a participarem das ações, apesar da já grande desconfiança.

Entretanto, a forma como a atividade vem sendo conduzida no povoado tem contribuído, sobremaneira, para a geração de uma dependência da comunidade com as iniciativas de turismo que existem. A comunidade espera há aproximadamente 10 anos que o “Turismo Solidário” aconteça, e que os turistas cheguem ao povoado. Contudo, esse laço de dependência estabelecido com os agentes externos que, muitas vezes, apresentam propostas desvinculadas da realidade local, sobretudo por parte do programa, não favorece a promoção de uma comunidade autônoma e que caminhe buscando seguir seus próprios valores. Nesse sentido, é fundamental que essas premissas sejam levadas em conta, sobretudo na busca pelo desenvolvimento, já que, pelo menos teoricamente, esse seria o principal objetivo dessas iniciativas.

Diante desses aspectos, no capítulo adiante serão apresentadas as especificidades do povoado de Capivari, mostrando suas características peculiares com base, sobretudo, nas cinco liberdades instrumentais refletidas por Amartya Sen. Serão, pois, revelados aspectos que mostram algumas mudanças no povoado, ocorridas ao longo do tempo, que demonstram como a população age e se adapta a essas transformações, tanto aquelas oriundas da atividade turística ou de outras atividades.

A escolha das liberdades como parâmetros de análise acerca do processo de desenvolvimento se deu em razão da necessidade de dar voz aos moradores que vivenciam a região, os quais, muitas vezes, são colocados à margem desse processo. Pensar no Desenvolvimento como liberdade, atrelando essa noção à realidade do povoado de Capivari, nos oferece uma ampla base de reflexão, no sentido de que podemos voltar

nossos olhares a indivíduos únicos que formam uma comunidade com características também únicas. Portanto, é isso que buscaremos demonstrar a partir desse momento.

## **CAPÍTULO 05**

### ***O RETRATO DE CAPIVARI SOB UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA***

#### ***5.1) Os meios do desenvolvimento: Capivari e as liberdades instrumentais***

Para analisar as mudanças provocadas pelo turismo no povoado de Capivari, as estatísticas, aqui, não serão suficientes. As bases reflexivas oferecidas por Amartya Sen, e por outros autores que buscam ultrapassar a concepção hegemônica do desenvolvimento, permitem-nos ampliar as discussões levando as nossas análises e reflexões a outros patamares. Por trás de cada número que a estatística é capaz de revelar, existem homens, mulheres e crianças que, muitas vezes, vivem a margem de ações e projetos governamentais e da iniciativa privada, vivendo até mesmo, no limite da condição humana.

Buscaremos mostrar aqui um retrato do que vem ocorrendo em Capivari com base não apenas em tabelas, números e gráficos, mas, sobretudo, a partir de casos, relatos e histórias reais<sup>31</sup>, de pessoas influenciadas diretamente pelos programas e iniciativas de turismo, bem como por outros projetos direta ou indiretamente ligados a essa atividade que acontecem no povoado. São relatos que nos permitem analisar e refletir sobre as mudanças geradas pela atividade turística na vida dos moradores de Capivari e, mais do que isso, são exemplos para que órgãos públicos, organizações não-governamentais, entidades e empresas possam entender melhor a dinâmica desse lugar e refletir acerca de ações futuras que de fato beneficiem a população.

Assim, as reflexões aqui apresentadas buscam revelar as mudanças ocorridas em Capivari a partir dos relatos de seus principais protagonistas: as famílias que trabalham e investiram no Turismo Solidário no povoado. Desse modo, a partir desse momento faremos uma leitura da realidade do povoado de Capivari com base nas reflexões acerca da concepção de desenvolvimento como liberdade, exposta por Amartya Sen. Concepção essa que foi escolhida para que o diálogo com as iniciativas de Turismo Solidário no povoado fosse estabelecido. Como já foi discutido anteriormente, a expansão da liberdade é o principal

---

<sup>31</sup> As falas dos moradores, bem como dados e informações, foram coletados durante trabalhos de campo no povoado de Capivari, realizados em 2010.

fim e o principal meio para alcançar o desenvolvimento. E para que isso ocorra, é necessário eliminar as formas de privação de liberdade que impedem os indivíduos de levar o tipo de vida que eles têm razão para valorizar. Como coloca Amartya Sen (2000), a importância intrínseca da liberdade como o objetivo principal do desenvolvimento não pode ser confundido com a eficácia instrumental da liberdade de diferentes tipos na promoção da liberdade humana. O papel instrumental da liberdade considera o modo como os diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. Dessa maneira, “a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (p.57).

Nesse sentido, Sen destacou cinco tipos diferentes de liberdade que particularmente merecem ênfase nessa perspectiva instrumental, a saber: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. E é com base nessas liberdades que discutiremos os desafios e as possibilidades do desenvolvimento em Capivari.

### **5.1.1) As Oportunidades Sociais**

Iniciaremos nossas reflexões com base na liberdade instrumental denominada por Sen de *Oportunidades Sociais*. Nas palavras desse autor, as oportunidades sociais “são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc, as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor” (p.56). Para Sen, essa liberdade é importante não apenas para que seja possível ao indivíduo levar uma vida saudável, por exemplo, mas também para que ele consiga participar efetivamente das atividades econômicas e políticas. O aumento dos serviços de saúde, educação ou saneamento básico pode contribuir, sobremaneira, para aumentar a qualidade de vida e expandir as capacidades humanas.

Pensando na realidade de Capivari e na grande urgência dessa comunidade em alcançar melhores níveis de vida e fontes alternativas de renda, o investimento em disposições sociais pode ser um começo na busca por melhorias para a população. Atualmente a

comunidade de Capivari sofre privações impostas, em grande medida, pela carência dessas oportunidades sociais.

Capivari é um povoado bem simples, e embora a população passe por inúmeras privações em seu cotidiano, uma coisa é importante – as famílias contam umas com as outras diante das dificuldades do dia-a-dia. Não é raro ver na comunidade pessoas buscando, por exemplo, hortaliças, verduras e outros alimentos nas hortas ou quintais vizinhos e mulheres ajudando umas as outras na fabricação de pães e quitutes e no cuidado com os filhos. Quase todas as casas têm uma pequena horta, que complementa a alimentação dos moradores, *“e as pessoas plantam, plantam até hoje, todo mundo tem uma hortinha, alguma coisa, não é muito não, mas dá pra ajudar, é pra nós mesmo”* (Moradora capivarinense). Contudo, a maior parte da alimentação ainda é comprada no Serro. A comunidade se atentou a pouco tempo para a necessidade de manter limpas as ruas e córregos do povoado. Hoje não há lixo espalhado pelas ruas de terra, a não ser nos fundos dos quintais das casas. Com o incentivo da “Andarilho da Luz”, foram plantadas árvores para que o povoado ficasse com um aspecto mais agradável, o que possibilitou, também, mais beleza para a localidade e conforto aos moradores e visitantes. Grande parte das casas, muito embora bastante simples, é acolhedora e limpa. Muitas delas, antes de pau a pique ou cimento, foram recentemente reformadas e melhoradas. Das quase 40 casas habitadas e que formam o núcleo comunitário, 9 delas são receptivos familiares e receberam orientações quanto ao Turismo Solidário. Algumas dessas casas foram modificadas, sobretudo após chegarem essas iniciativas de turismo (fig. 11 e 12).



Figuras 11 e 12: Casas de moradores que trabalham hoje com Turismo Solidário.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Um problema encontrado em Capivari refere-se à destinação final dos resíduos sólidos. Não existe coleta de lixo no povoado – por essa razão os lixos são deixados no quintal das casas e depois de acumulados são queimados, conforme mostra a figura 13. Esse fato é comprovado pelas palavras da moradora de Capivari: *“o lixo a gente queima, porque não tem onde deixar, coleta não tem, então eles até falam: ah!, não pode queimar, por causa do efeito estufa”*, *mas a gente vai deixar o lixo esparramado?*”. Aquilo que não é queimado, como a matéria orgânica, por exemplo, é distribuído aos animais e as latas são vendidas para empresas de reciclagem, em geral no Serro.



Figura 13: Lixo queimado no quintal da casa de um morador.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Em relação a água e seu consumo, a comunidade é abastecida por dois córregos, Condadinho e Rico. Até 2004 o povoado contava com uma rede ineficiente de abastecimento de água, muitas vezes faltava água aos moradores e, ainda, nem todos tinham acesso a ela. Em 2004, a comunidade conseguiu arrecadar, por meio da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos de Capivari, 2.800 metros de cano PVC para a construção de um encanamento. Numa campanha da operadora “Andarilho da Luz”, voluntários doaram os canos e uma nova fonte de captação. A prefeitura do Serro encarregou-se de fornecer a nova caixa d’água e a COPASA de Diamantina fez a análise da água, constatando que era boa para o consumo. Os próprios moradores se uniram e cavaram a terra onde foram colocados os canos, ligando a fonte à caixa d’água, conforme pode ser visto na figura 14. No entanto, novas casas foram construídas numa área acima desse encanamento, ficando esses moradores privados desse sistema de abastecimento e fazendo-os utilizar a água diretamente do córrego Rico, que passa próximo a essas casas. A preocupação dos demais moradores era de que essas novas construções prejudicassem a qualidade da água, já que foram feitas a montante do rio. Isso pode ser comprovado pela

fala de um morador de Capivari: *“Então, nós temos moradores em cima, até que eles não atacam a água, são conscientes, mas de certa forma vivem ali em cima. Então, o que eu quero, vou ver se eu consigo mais mil metros de cano para colocar a água passando para cima das casas dos moradores”*.



Figura 14: Encanamento construído pelos próprios moradores para abastecimento de água no povoado.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Além dessa ainda insuficiente rede de abastecimento de água, o povoado não conta com rede de esgoto, sendo esse todo recolhido por meio de um sistema de fossa.

A luz elétrica é fornecida pela CEMIG e chegou ao povoado há aproximadamente 20 anos – nenhum morador informou ao certo essa data. O certo atualmente é que a luz ainda não está disponível para toda a população. Muito embora a rede elétrica atinja a maior parte da comunidade, as construções mais recentes (as mesmas que não contam com o abastecimento de água citado acima) ainda não a possuem. Os moradores estão tentando conseguir implantar postes de luz nessa área para que todos no povoado tenham acesso a energia elétrica. Vale ressaltar, ainda, que a energia disponível é baixa, ou seja, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos como os chuveiros, por exemplo, que demandam maior intensidade de cargas elétricas, não funcionam direito. Outra privação encontrada pelos moradores se refere à telefonia. Embora haja uma antena de telefone no ponto central do povoado, essa está desativada há anos e, portanto, não existem linhas de telefonia fixa em nenhuma residência. Há apenas um orelhão, mas que nem sempre funciona adequadamente. Para resolver esse entrave, alguns moradores utilizam telefones celulares com o auxílio de uma antena externa.

Um dos pontos mais críticos relatados pelos moradores de Capivari, em relação ao qual o governo municipal também não tem logrado êxito, se refere à área da saúde.

*“Saúde eu te falo, o Brasil todo, Capivari é do mesmo jeito, o investimento na área da saúde é ruim, uma pessoa que fica doente um mês, ela consulta, pra fazer exame leva dois, três, as vezes até quatro meses, quando ela vai ser atendida, que ela consegue fazer o exame, ela já deve tá é morta!” (Morador de Capivari).*

O relato acima revela como o governo do município tem sido ineficiente nessa área. Não há postos de saúde em Capivari, por essa razão, os médicos que vão ao povoado quinzenalmente atendem no Centro Comunitário. Nesses dias, a procura pelas consultas é grande, já que vem moradores também da zona rural. Por esse motivo, os serviços oferecidos não são suficientes para atender aos moradores de modo adequado. Nessas ocasiões, o médico atende somente os casos de rotina, já aqueles que demandam consultas específicas ou qualquer tipo de exame são encaminhados para as cidades próximas. No entanto, os hospitais do Serro também não contam com estrutura para atender todas as especialidades médicas. Nesses casos, não são raras as vezes em que os moradores de Capivari precisam ir até Diamantina, Guanhães, ou até mesmo Belo Horizonte para buscar tratamento médico adequado. Contudo, muitas vezes quando chegam a esses hospitais, é comum ouvirem a mesma resposta, segundo relato de uma moradora capivarinense: *“Aí a gente vai no Serro pra consultar, “Ah! Você tem que consultar é lá em Capivari, com a doutora lá”. Aí tá assim, esse problema”*.

Podemos dizer, também, que a falta de atendimento odontológico adequado, aliado a carência no tratamento das águas que não contêm flúor, por exemplo, reflete na saúde bucal dos moradores. Não é raro ver pessoas que perderam seus dentes, sobretudo por falta de tratamento adequado. Assim como não há local apropriado para atendimento médico, as consultas odontológicas, muito mais raras do que as consultas médicas, também acontecem no Centro Comunitário, o que não possibilita um atendimento satisfatório.

Um problema grave na área da saúde, percebido pelos moradores nos últimos anos, foi o aumento no nível de alcoolismo, sobretudo entre os homens. A carência de oportunidades de emprego e renda, principalmente com a proibição do garimpo, acarretou problemas sociais na comunidade, que se refletiram nesse aumento do consumo de bebidas alcoólicas. Essa é uma grande preocupação das mães, que têm medo de verem seus filhos começarem

a fazer uso de bebidas. Outros problemas de saúde encontrados mais frequentemente em Capivari são a bronquite e a hipertensão em adultos e diarreias e verminoses, sobretudo nas crianças.

Recentemente, o representante do povoado na Câmara dos Vereadores apresentou uma reclamação na Secretaria de Saúde do Município, relatando a insatisfação dos moradores do povoado com relação à qualidade e a quantidade do número de atendimentos médicos. O descontentamento dos moradores estava no fato de que o médico atendia em Capivari apenas duas vezes ao mês, quantidade insuficiente para dar conta de toda a demanda dos moradores já que, muitas vezes, os exames eram feitos e o médico não dava um retorno direto ao paciente, apenas enviavam, por meio do agente de saúde, os remédios necessários.

Diante desse contexto, é notável a urgente necessidade de investimentos públicos para a promoção de oportunidades sociais, sobretudo na área da saúde. Privar uma comunidade de ter acesso adequado à saúde, incluindo aqui o acesso ao saneamento básico e ao tratamento da água, é destituí-la de meios de participação nas demais esferas da vida cotidiana, já que a saúde é fundamental para uma boa qualidade de vida e uma plena inserção da população nessas outras esferas da vida social e coletiva. Assim como a saúde, é fundamental promover oportunidades no âmbito da educação, de modo a possibilitar uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas, por exemplo.

Quanto mais declinava a atividade mineradora no século XVIII, mais o Serro se orgulhava de cidade de administradores, bacharéis e políticos. Em 1825, 13 anos antes de ser elevada a cidade, a Câmara do Serro se tornou a primeira no Brasil a criar e custear o ensino primário, o que revelava os ideais republicanos da cidade. A cidade gerou filhos ilustres como o poeta José Eloi Benedito Otoni, o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o senador e engenheiro Cristiano Otoni, o memorialista Joaquim Felício dos Santos, o ex-governador João Pinheiro da Silva, os juristas Edmundo Lins e Pedro Lins (talvez a primeira cidade do Brasil a ter 2 juristas simultaneamente no Superior Tribunal de Justiça) e Teófilo Otoni, senador da República no segundo Império, que foi considerado “o homem mais popular do Brasil” (BRANT e MOTA, 1999, p. 145).

A passagem acima revela qual era, de fato, a vocação das Minas Gerais e do Serro: a preocupação com o ensino e o desenvolvimento intelectual. No entanto, nos dias atuais essa vocação já não se faz mais tão presente, sendo necessário, portanto, reativá-la por meio de investimentos em disposições sociais como o estímulo à educação.

*“As professoras, hoje uma professora tá ganhando aqui R\$460,00 reais, uma professora tá indo embora, uma aposentou e foi embora, outra tá com problema há muito tempo. Porque as professoras estudaram 4 anos, sentada numa cadeira, até mais, né! Mestrado, doutorado, ficaram esse tempo todo, gastando muito dinheiro, pra receber uma coisa que na casa de família, sem estudo, ela ganhava muito mais, que condições é essa? Eu não vejo o governo, ele não tá olhando pra esse lado da educação não, porque se ele olhasse, remunerar o profissional e cobra também, cobrar bastante do profissional, porque se ele tá recebendo, ele tem que trabalhar, agora se ele não tá ganhando, como é que cobra? Então as pessoas vão ensinando mal, porque vão trabalhando com má vontade, agora, se o dinheirinho tá vindo, ele vai correr atrás, né, ele trabalha alegre. Aí eu acho que é isso”* (Morador de Capivari).

A fala desse morador expõe bem como anda a educação no povoado nos dias atuais. O governo municipal também tem falhado no investimento à educação, privando a comunidade de ter acesso adequado ao ensino. No povoado de Capivari há apenas uma escola primária, que atende a crianças de até 10 anos, ou seja, até a quarta série. A partir daí, as crianças e jovens têm que se dirigir a Milho Verde, onde tem escolas de ensino fundamental e médio.

A escola em Capivari foi reformada em 2008, conforme mostra a figura 15, com a ajuda dos próprios moradores e voluntários, que colaboraram por meio de ações da “Andarilho da Luz”. Foram doadas 40 novas carteiras, além dos outros materiais utilizados na reforma, como cimento, tijolos, tintas etc. Hoje a escola conta com uma infra-estrutura melhor, com salas mais amplas, mais bem equipadas, cantina e sala de professores. Antes disso, a situação era bastante precária – a casa onde funcionava a escola era bastante velha e as carteiras antigas, estavam quase todas quebradas.



Figura 15: Escola Municipal de Capivari – reformada em 2008 com a ajuda de voluntários.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

Quase todas as professoras que trabalham na escola de Capivari são formadas no ensino superior (Pedagogia ou Magistério), porém uma grande dificuldade enfrentada refere-se aos salários pagos. Como relatado anteriormente, as professoras são mal remuneradas, o que desestimula o trabalho.

Para continuarem seus estudos, após concluírem o ensino primário em Capivari, é necessário que os jovens se desloquem para outros distritos ou cidades próximas. Grande parte deles passa a frequentar as escolas de ensino fundamental e médio em Milho Verde. É bastante comum os jovens de Capivari se formarem pelo menos até o terceiro ano do ensino médio. Alguns poucos ainda ingressam no ensino superior, seja em faculdades do Serro ou Diamantina, ou mesmo no ensino a distância, com aulas presenciais mensais em uma faculdade de Itamarandiba.

Para esses alunos que frequentam a escola em Milho Verde, a prefeitura do Serro disponibiliza transporte escolar gratuito. O ônibus atende aos estudantes em dois períodos – o primeiro saindo as 6:00hs e retornando as 12:00hs, e a segunda viagem saindo de Capivari as 16:00hs, levando os estudantes para as aulas, e retornando por volta das 22:00hs. Porém, em tempo de chuva, nem sempre o ônibus consegue chegar aos destinos nos horários certos. A estrada que liga Milho Verde a Capivari está em estado precário de conservação e não é raro o ônibus ficar preso na lama e nos inúmeros buracos existentes. Essa é uma grande preocupação das mães no povoado, que nas épocas de chuvas mais intensas, preocupam-se com a segurança dos filhos nas estradas. Além disso, as condições das estradas podem ser um fator de privação dos jovens à educação, contribuindo para piorar o quadro atual no povoado.

Além dessa educação formal, as crianças em Capivari também contavam, até meados de 2010, com aulas de informática. Havia uma improvisada escola de informática no Centro Comunitário do povoado, conforme mostra a figura 16. Um morador foi contratado pela prefeitura para dar aulas às crianças, que utilizavam os computadores doados por meio de um projeto da prefeitura. Terminado o curso, esses mesmos computadores utilizados pelas crianças em Capivari foram levados a outras comunidades próximas, para que outras crianças também tivessem acesso à informática. No entanto, como grande parte das famílias em Capivari não possui computador em casa, é comum as crianças aprenderem e depois ficarem longos períodos sem nem sequer terem contato com computadores novamente.



Figura 16: Aula de informática realizada no Centro Comunitário de Capivari.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

A atividade turística que vem sendo desenvolvida no povoado, muito embora tenha contribuído, ainda que de modo bastante incipiente, em formas alternativas de auferir renda, não tem, por si só, força para garantir melhorias nas oportunidades sociais oferecidas aos moradores. Essas disposições devem acontecer, sobretudo, por meio do Estado, responsável legítimo por promover melhorias nesse sentido, e devem acontecer independente de existir ou não atividade turística. Os benefícios advindos de investimentos nessas áreas devem ser orientados, principalmente, para atender as necessidades dos próprios moradores. Assim, não se deve atribuir ao turismo, ou seja, aos incentivadores do turismo no povoado, a responsabilidade na geração efetiva dessas disposições sociais, pois estas não estão diretamente vinculadas à atividade turística.

Dessa forma, é importante entender que o investimento em disposições sociais é fundamental para que a sociedade possa buscar melhores condições de vida. Investir em educação, saúde, saneamento e em outros serviços sociais contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento. Vale ressaltar que esse processo pode acontecer sem que haja, contudo, incrementos nos níveis de renda. Como coloca Amartya Sen (2000), “o fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, sem ter de esperar ficar rico primeiro” (p.66).

### ***5.1.2) As Facilidades Econômicas***

As facilidades econômicas são, nas palavras de Amartya Sen (2000), “as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca” (p.55). Para esse autor, as facilidades econômicas apresentam uma vinculação direta com os intitamentos<sup>32</sup> de uma pessoa e, à medida que o processo de desenvolvimento aumenta a riqueza e a renda de um país, estas se refletem no aumento correspondente desses intitamentos econômicos da população de modo geral. Assim, “a disponibilidade de financiamento e o acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os intitamentos que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar” (p.55).

Capivari sempre baseou sua história no extrativismo, principalmente o extrativismo mineral. Muitos moradores da localidade foram e ainda são garimpeiros. Foram séculos que se passaram tendo o garimpeiro como símbolo da região e o garimpo como força propulsora da economia e da história. As palavras de Joaquim Felício dos Santos (1976) retratam bem a força dos garimpeiros:

Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que era obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da

---

<sup>32</sup> Nas palavras de Sen, “o entitlement de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado como propriedade privada, o conjunto de entitlement de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio de comércio e produção. Uma pessoa passa fome quando em seu entitlement não inclui, no conjunto, nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimento” (p.55).

mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que, condenado a degredo para o solo ardente africano, vendo sua família na miséria, por lhe terem sido confiscados todos os bens, por qualquer arte ou casualidade escapava à punição e ia homiziar-se nos profundos recônditos de nossas brenhas, de onde poderia talvez oferecer algum auxílio à família, que fora obrigado a abandonar, e ver ainda a pátria, filhos, parentes ou amigos, de quem já se despedira para sempre; era finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções.

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho na verdade proibido pela lei - e era o seu único crime -, mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos (SANTOS, 1976, p.79).

Essas palavras mostram, também, o contexto difícil que sempre permeou a vida desses trabalhadores, desde as primeiras levas de diamantes descobertos, ainda no século XVIII. Três séculos se passaram desde então, mas o contexto atual carrega consigo memórias dessa vida árdua. Se naquele tempo o garimpo era proibido em razão da necessidade da Coroa em fiscalizar e garantir seus lucros, hoje a proibição continua, mas com outros contornos.

Desde a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé e da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, ambos em 1998, o extrativismo, seja ele mineral ou vegetal, foi proibido. As palavras de uma moradora do povoado revelam as mudanças provocadas pela criação dessas unidades:

*“Trouxe, trouxe mudança porque arrasou o lugar. Porque eles (IEF) proibiu tudo, o pessoal de primeiro trabalhava no garimpo, não pode trabalhar. A gente vivia de uma planta, não pode plantar, porque se a gente roçou um pedacinho lá, de repente o IEF chega “vou te multar”! Então, as vezes nem vai acontecer isso, mas o pessoal tem medo de roçar, plantar, então mudou muito, rebentou o lugar. O IEF proibiu tudo, o pessoal plantava sempre-viva, vários tipos de botão, coisa da pedra, foi tudo proibido. Então o pessoal tem dificuldade demais com o IEF, prejudicou a comunidade demais. E eles não tem contribuição com nada, veio, trouxe uma cestinha ai uma vez e pronto, achou que aquilo ia resolver o problema”.*

Desde o início do povoamento da região, a principal forma de auferir renda era por meio do garimpo, atividade realizada em grande parte pelos homens, que tinham então um papel importante como alicerce da família. Muitas mulheres também garimpavam, mas a elas eram destinadas as funções principais de cuidar da casa, dos filhos, roçar e coletar sempre-viva para complementar a renda familiar.

*“Uai, nós vivia no garimpo, né, trabalhando no garimpo. De primeiro era isso mesmo, todo mundo trabalhava no garimpo, tinha algumas pessoas que saiam pra fora, pra trabalhar pra fora, mas a maioria toda trabalhava no garimpo e apanhando botão no campo, né” (Moradora de Capivari).*

Assim, muito embora a economia local girasse em torno da atividade extrativista, essa era, pois, uma economia informal, já que todos os moradores trabalhavam por conta própria, sem registros ou permissões para tal. Nos dias atuais, essa situação não mudou – os moradores que insistem em garimpar ainda o fazem na informalidade. Em Capivari, as pessoas costumavam garimpar de forma bastante rudimentar, sem máquinas ou equipamentos, nas áreas próximas ao Ribeirão Capivari, no caminho que leva ao Pico do Itambé. Quando a atividade era praticada, era comum os garimpeiros ficarem meses sem encontrar nenhum diamante, ficando as famílias sem nenhuma fonte de renda durante esse período. Isso era um problema bastante grave, já que muitas vezes não havia como comprar alimentos e gêneros de primeira necessidade.

Com o passar dos anos, sobretudo após a criação das Unidades de Conservação na região, os moradores do povoado se viram obrigados a buscar fontes alternativas de renda. Muitos pais de famílias se viram desempregados, o que gerou graves problemas sociais, econômicos e, muitas vezes, psicológicos para esses indivíduos. Como coloca Amartya Sen (2000), o desemprego não é meramente uma deficiência de renda, mas também uma fonte de efeitos debilitadores sobre a liberdade, a iniciativa e a habilidade dos indivíduos. Assim, era necessária essa busca por soluções que garantissem algum sustento para as famílias e diminuíssem as privações pelas quais essas pessoas passaram ao longo desse tempo. No entanto, a busca por essas alternativas tem gerado, pois, conflitos constantes entre a sobrevivência dos moradores e a necessidade de conservação ambiental da área. Como já foi relatado, mesmo que de forma bem menos intensa, o extrativismo ainda faz parte do cotidiano dos moradores, representando uma tímida complementação na renda

dessas famílias, mesmo que de maneira bastante esporádica. Outra atividade extrativista que ainda ocorre na região, e que também contrasta com a intenção dos órgãos ambientais atuantes no povoado, é a retirada de lenha, principalmente da candeia, para consumo e venda. Muitos moradores do povoado possuem fogão à lenha e, mesmo que seja para consumo, essa retirada representa uma economia importante para a renda familiar.

A coleta de sempre-vivas também é outra forma de auferir renda aos moradores, assim como outros tipos de plantas, como as bromélias e orquídeas. Apesar de proibida a coleta dentro dos limites do parque, recentemente o IEF demarcou uma área onde é possível retirar essas plantas. Muitas mulheres aproveitaram essa oportunidade para trabalharem e estimular o artesanato local (figuras 17, 18, 19 e 20), que vem se transformando de forma bastante lenta em uma nova alternativa de renda para as famílias.



Figuras 17, 18, 19 e 20: Exemplos de artesanatos produzidos pelos moradores de Capivari, utilizando-se as sempre-vivas como matéria-prima. Em geral, esses artesanatos ficam expostos no Centro Comunitário e são vendidos aos turistas que visitam o povoado.

Fonte: Pesquisa direta/Octubre de 2010.

Existem muitas famílias que contam hoje com algum tipo de renda mensal, sobretudo a aposentadoria dos mais velhos e aquelas que recebem o bolsa-família. Atualmente, são poucas pessoas que possuem empregos formais, que se dividem em: uma professora, uma

servente escolar, os guarda-parques, que hoje são três no povoado, um agente comunitário de saúde e dois motoristas (trechos: Serro/Capivari e Capivari/São Gonçalo do Rio das Pedras). Há ainda uma mercearia, mas cujo proprietário não consegue uma renda fixa em razão de vender “fiado” com bastante frequência. Além desses empregos, os demais moradores trabalham no campo, capinando e plantando, sem, contudo, terem uma renda fixa.

Dessa forma, não existe na comunidade uma atividade econômica principal, que se destaque no contexto econômico local. O que existe é um conjunto de atividades que, juntas, permitem a sobrevivência das famílias, ou seja, a agricultura de subsistência, o persistente extrativismo, alguns serviços básicos, os programas assistenciais do governo, as aposentadorias dos mais velhos e, de certa forma, o investimento no turismo garantem o sustento das famílias que vivem no povoado. Essa realidade pode revelar, pois, uma certa relação de dependência com o governo e a pouca autonomia dos indivíduos diante de um contexto econômico e social tão frágil como é em Capivari.

Ainda, essa falta de oportunidades sociais pela qual passam os moradores, tem privado algumas dessas pessoas até mesmo de viverem nos locais onde nasceram. A necessidade de buscar trabalho em outras cidades, mesmo que próximas, privam os moradores de Capivari de conviverem com seus familiares. Em geral, são os jovens que migram a procura de melhores condições de trabalho. Dessa forma, esses movimentos migratórios da população, inseridos num processo de estagnação e depressão econômica, podem ser considerados como uma das principais características da região.

O incentivo ao Turismo Solidário no povoado de Capivari surgiu, mais recentemente, como mais uma alternativa de renda aos moradores, no intuito de melhorar essa fragilidade, sobretudo econômica do povoado. Mas, além disso, o investimento nesse tipo de turismo é também uma estratégia de organização e uma tentativa de controlar os rumos da atividade turística, de modo que ela não cresça demasiadamente e se torne um problema para a comunidade. Os moradores têm muito próximo o exemplo negativo de Milho

Verde<sup>33</sup> e, nesse sentido, eles convergem esforços para que não aconteça em Capivari o que vem ocorrendo nesse distrito.

*Ué, é bom né, porque assim, é uma fonte de renda pra comunidade, porque aqui tem pouco serviço, né, quase não tem serviço, aí é uma ajuda, né... ajuda bastante.*

Como já foi relatado anteriormente, são nove famílias que decidiram investir no Turismo Solidário em Capivari. As ações da empresa “Andarilho da Luz” levaram aos moradores a possibilidade de trabalhar com o turismo na localidade. Para isso, num primeiro momento foi preciso trabalhar com a auto-estima desses moradores, que se viram desesperançosos em razão das inúmeras dificuldades e privações pelas quais vinham passando, sobretudo aquelas geradas pela imposição referente ao uso e ocupação do solo. Posteriormente, o Programa Turismo Solidário chegou ao povoado, como uma iniciativa do governo do Estado de Minas Gerais, como também já foi mencionado em capítulos anteriores. Podemos dizer que ambas essas iniciativas referentes ao Turismo Solidário, que ocorrem em Capivari, são relevantes e extremamente importantes quando levamos em consideração essa difícil realidade econômica e social a qual vivem os moradores dessa localidade.

É possível notar que essas iniciativas apresentam o mesmo objetivo, envoltas em atmosferas parecidas. Ambas apresentam, como premissa principal, a busca pelo desenvolvimento das comunidades nas quais o Turismo Solidário acontece, e procuram envolver os moradores numa gestão participativa das propostas. Contudo, a despeito de terem, teoricamente, a mesma finalidade, as iniciativas partem, a princípio, de visões diferenciadas: uma decorre de uma ação privada, a outra foi concebida e é gerida por um órgão governamental; o que poderia, de antemão, instigar análises bastante divergentes. Podemos dizer que ambas as iniciativas, muito embora demonstrem uma preocupação com o envolvimento da comunidade, apresentam visões e ações orientadas, sobretudo, por agentes externos. Isso já provoca reflexões e análises que devem ser levadas em conta, uma vez que tal fato tem o poder de provocar mudanças significativas nos locais onde essas iniciativas ocorrem.

---

<sup>33</sup> Para informações mais detalhadas acerca do desenvolvimento da atividade turística em Milho Verde, ver BRAGA, Solano de Souza. “O (Eco) Turismo como Vetor de mudanças sócio-espaciais: estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras/Município do Serro/Minas Gerais”. [Monografia]. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Curso de Graduação em Turismo. Belo Horizonte, 2006.

*“Bom, aqui... ah... o turismo chegou aqui, deixa ver ... é, em 1998, com a empresa “Andarilho da Luz”. Começou, ele veio aqui a passeio e gostou e começou em 1999. Ele chegou, trouxe o primeiro grupo de pessoas pra fazer passeios, turismo aqui na comunidade e daí eles começaram e... é... criaram o trabalho de turismo solidário, trazendo o pessoal e deixando no receptivo familiar, como não tinha pousada, né, pousada convencional, então, é, eles deixavam nas casas, pra conversar com os moradores e preparar as casas dos moradores para receber turismo e essa ideia foi só ampliando. Antes só duas pessoas recebia, aí daí a pouco começou vim, eles deixavam na minha casa e... e... falaram com o pessoal que começou a receber, e foram gostando das coisas, só vem pessoas boas, pessoas que vem pra cá de família, são pessoas que querem a paz mesmo, pra conhecer... isso. Ah, e aí de 2000 a 2003 foi um longo trabalho com a comunidade, ajudando a associação, a rede Andarilho e a rede solidária da Andarilho e seus colaboradores trabalharam muito aqui fazendo trabalho solidário na Associação Comunitária, nós temos um centro social” (Morador de Capivari).*

A iniciativa privada, por parte da operadora “Andarilho da Luz”, se mostrou bastante relevante no contexto do povoado de Capivari. O proprietário da operadora revelou um envolvimento com a comunidade. Como na fala do morador acima, é notória a estima que eles têm com o idealizador do Turismo Solidário no povoado. A expectativa gerada pela implantação da ideia foi muito grande, sobretudo em razão das dificuldades pelas quais passavam esses moradores. Dessa forma, a ideia surgiu como uma alternativa a esses problemas e, principalmente, como uma nova forma de geração de emprego e renda para essa comunidade.

Contudo, essa iniciativa apenas apresenta algum resultado direto e perceptível quando a “Andarilho da Luz” opera na localidade, ou seja, apenas quando a operadora leva turistas ao povoado. Gerou-se uma dependência muito grande quanto às ações a serem desenvolvidas. Parece que, muito embora tenha havido cursos de capacitação e qualificação para o incremento do turismo, a população ainda não sabe como agir. Eles ainda se sentem despreparados para receber turistas, fato muitas vezes revelado nas conversas com os moradores: *“Não tava preparada, eu recebia, né, mas a gente não tava preparada, porque as pousadas da gente ainda tavam muito fraquinhas mesmo, a gente não tem condições, a condição da gente ainda tá meio fraca ainda, sabe? Pra gente*

*receber turista*”. Ficou claro que a todo o momento eles esperam uma ação da Andarilho da Luz, ou de universidades, para manter a ideia do Turismo Solidário funcionando.

Aliado a isso, a proposta do governo também não resultou em ações concretas e estruturais que pudessem estimular os moradores para caminharem sozinhos, e serem, eles próprios, agentes de seu próprio destino. Muito investimento foi feito em cursos: artesanato, culinária, costura, receptivos, guias de turismo, dentre outros. Mas será que isso foi suficiente? O que se percebe é que não foi.

Diante dessas ações, notamos que há ainda uma certa confusão acerca do ambiente no qual essas iniciativas estão inseridas. A primeira razão, que podemos levantar aqui como ponto importante a ser pensado, refere-se à concepção de desenvolvimento a qual essas iniciativas estão vinculadas. Sabemos que o objetivo primordial dessas iniciativas é promover o desenvolvimento. Mas a qual desenvolvimento estão se referindo? Não ficou claro qual o tipo de desenvolvimento se pretende e para quem, realmente, os benefícios serão direcionados.

Parece que a grande inovação na forma de se fazer turismo, tal como pretendida pelo Programa Turismo Solidário, não se distingue muito das outras formas de turismo existentes em muitos outros lugares. A grande preocupação, que se reflete na concepção da ideia, na sua implementação e no discurso dos idealizadores, não é muito diferente das concepções hegemônicas do turismo, ou seja, a base do Programa ainda está voltada para a geração de emprego e renda para a população. Onde estaria, pois, essa inovação proposta? Seria em ações dos próprios turistas? Em doações, palestras, ações em projetos? Muita ênfase tem sido dada ao papel dos turistas nesse contexto, ou seja, o que o turista pode ganhar ou oferecer à população, de acordo com a disponibilidade e o envolvimento de cada um deles. Assim, o movimento de geração de renda estaria diretamente vinculado as ações de turistas ditos solidários, caso contrário, a iniciativa encontra seu ponto fraco e sucumbe.

Outra razão refere-se ao envolvimento dos atores locais, e a participação ativa desses moradores no contexto dessas iniciativas. Até que ponto a população tem voz ativa e participa das decisões? Será mesmo que elas têm o poder para a tomada de decisões coerentes com seus princípios? Será que o turismo, tal como ele existe hoje, aconteceria caso não houvesse a intervenção de agentes externos?

Apesar de ambas as iniciativas preocuparem-se com essa questão, ou seja, buscarem construir um processo participativo, que garanta à população o poder de decidir sobre o que elas realmente querem e que atribuam aos moradores uma verdadeira condição de agente, notamos que o foco, sobretudo do Programa Turismo Solidário, gerido pelo governo de Minas Gerais, está no envolvimento dos turistas e não nos moradores. Isso fica explícito na passagem que se segue: “Ainda, se percebe que o ser humano, o turista solidário, está apto para transferir habilidades, conhecimentos ou interesses e participar como protagonistas do processo de transformação regional” (PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO, 2006). Assim, ao turista é dada a capacidade de agir e decidir sobre o futuro de uma realidade até então desconhecida, e a população se mantém, de certo modo, passiva diante dessas mudanças.

Essa apropriação de termos e visões acerca do desenvolvimento e da participação, tão comum nos discursos das iniciativas públicas e privadas, acaba por promover um esvaziamento conceitual desses termos. Na prática, aqui incluímos a prática da atividade turística – a inclusão desses temas não é tarefa fácil e é aí que se percebe essa apropriação inadequada, ou seja, nos discursos vazios e voltados para atender aos interesses de poucos.

Ações que visam promover o desenvolvimento requerem reflexões e grande responsabilidade. Assim, é necessário pensarmos que ações desse tipo, que tenham o desenvolvimento como fim primordial, e que envolvem comunidades, expectativas, desejos e solução de problemas, requerem habilidades que vão muito além da geração de emprego e renda. E nesse sentido, as ações devem ser extremamente claras e coerentes com a realidade de cada local, caso contrário, não garantem seu sucesso.

Nesse contexto, essas iniciativas de Turismo Solidário em Capivari ainda precisam de um longo caminho para se transformarem em alternativas efetivas para a comunidade. Alternativas essas que vão muito além da renda gerada pela atividade, mas pensadas, sobretudo, com foco na promoção do desenvolvimento e na real participação dos moradores, com autonomia e responsabilidades. Podemos dizer que ainda há muito o que se fazer para que o Turismo Solidário tenha papel importante na dinâmica econômica de Capivari, e que ele seja capaz de melhorar aquilo que Amartya Sen denomina de intitamentos. Faltam ainda investimentos reais que possibilitem, de fato, colocar em

prática a ideia do Turismo Solidário, e, assim, oferecer condições para que as pessoas consigam caminhar sozinhas.

### **5.1.3) Liberdades Políticas**

Nas palavras de Amartya Sen (2000),

as liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (p.55).

Com relação a essa liberdade, existem algumas indagações feitas por representantes de organismos econômicos mundiais que tornam-se pertinentes quando pensamos no contexto atual de Capivari: para uma comunidade que sofre privações, sobretudo econômicas, de modo tão intenso, será mesmo importante preocupar-se com as sutilezas das liberdades políticas diante da necessidade mais urgente de soluções econômicas? Indagações como essas tem sido muito comuns em debates internacionais. Contudo, Amartya Sen oferece-nos um esclarecimento de que questionamentos como esse não devem ser a tônica dos discursos sobre o desenvolvimento. Para ele, as verdadeiras questões a serem abordadas devem residir em outra parte, ou seja, essas questões devem observar as inter-relações entre as liberdades políticas e a satisfação de necessidades econômicas. “As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas” (SEN, 2000, p.174).

No contexto de Capivari, alguns aspectos da liberdade política já se fazem presentes. O direito ao voto, liberdade de expressão, liberdade partidária e possibilidades de críticas e dissensão política já são garantidos aos moradores.

Atualmente, a comunidade tem buscado se organizar melhor, no sentido de fazer parte do processo de tomada de decisões. O diálogo político deu alguns passos com a escolha de um representante de Capivari para fazer parte da Câmara de Vereadores do Município do

Serro. No início de 2010, um morador de Capivari assumiu a função de representar o povoado diante dos órgãos políticos municipais.

*“Pra mim é uma preocupação muito grande porque eu tive uma confiança muito grande do pessoal, e se eu não conseguir nem um pouquinho de recurso pra retribuir essa confiança eu acabo me queimando, aí o pessoal perde a confiança em mim e perde a confiança em outras oportunidades, porque nós nunca tivemos vereador aqui não, é a primeira vez. Então eu fico lá escutando, pra ver onde eu arrumo uma oportunidade de tá fazendo pelo menos um pouquinho. Porque tem os projetos, né, mas falta uma pessoa forte que liga o poder público e a sociedade, e o vereador é essa ponte, leva as dificuldades e propõe. Então, eu tenho essa preocupação porque de que jeito que eu olho na cara desse pessoal e vejo eles falando “Olha, esse palhaço entrou lá só pra ganhar dinheiro!”. Se eu conseguir fazer, vou ficar feliz, se não, eu não mexo com política mais” (Vereador eleito do povoado).*

A fala acima revela a preocupação desse morador em assumir uma função até então desconhecida. A necessidade urgente de desenvolver ações e projetos que beneficiem a população de maneira direta e eficaz mostra as inter-relações existentes entre a liberdade política e a satisfação das necessidades econômicas, relatadas por Amartya Sen. A capacidade da comunidade de se articular e se organizar em prol de uma inserção política apresenta vinculação direta com a capacidade de buscar melhorias para a população, sejam essas econômicas ou de outro tipo.

Contudo, o processo até se chegar a essa representação no povoado de Capivari não foi simples. Em eleições passadas, conflitos e desavenças entre os moradores resultaram em efeitos indesejáveis. Nessa ocasião, como 4 moradores pretendiam se candidatar, foi sugerido que se realizasse um plebiscito no povoado, com a ajuda do proprietário da “Andarilho da Luz”, que orientou a ação. A proposta era de que o candidato que vencesse esse plebiscito iria se candidatar e os demais moradores do povoado votariam nele, de modo que ficasse garantida sua vitória na Câmara. Contudo, mesmo com a escolha de um desses moradores como possível representante, houve conflito por parte dos demais candidatos que não aceitaram o resultado do plebiscito. O consequência foi que um outro morador também se candidatou e ambos perderam a eleição municipal.

Já na última eleição, os próprios moradores se reuniram e decidiram que o atual vereador seria o representante deles na Câmara. A princípio, essa mesma cadeira foi assumida por outro representante, de fora do povoado, ficando o atual vereador de Capivari como suplente. Com a saída do representante titular, que passou a assumir um cargo na Secretaria Municipal de Agricultura, o suplente assumiu e tornou-se, então, o primeiro representante de Capivari na Câmara. Segundo o vereador eleito, tal fato aconteceu em razão de alguns moradores do povoado não terem votado, o que resultou, a princípio, na perda da cadeira de titular por falta de votos suficientes. A ausência de alguns moradores na eleição foi explicada pelo atual representante:

*“O pessoal vota aqui mesmo, vem a urna aqui, era um problema que nós tínhamos. Mas ainda temos pessoas que votam em São Gonçalo, Milho Verde e Serro, tem ainda, porque nos dias de eleição agora não pode fazer nada, né. Perdi muitos votos porque muitas pessoas ficaram aqui, porque não podia pagar um carro pra levar lá, e eu não tinha dinheiro pra dar também e nem era minha intenção dar dinheiro pra ninguém não. Eu via o pessoal querendo ir pra São Gonçalo, eu não podia fazer nada, fui lá, na época dava pra ir um carro, foi um carro cheio, depois que o carro foi, ai chegava as pessoas: “Oh Fulano! Não consegui ir”. Eu não posso pagar um carro, porque não tô autorizado pra isso, qualquer carro que for daqui pra lá eu perco, eu fiz as coisas tudo direitinho, lá na hora da política, da votação lá, eu só fui lá pra votar, e voltar, não fiquei”.*

Mas, mesmo diante das dificuldades, Capivari conseguiu eleger seu representante político. Segundo o vereador eleito, os espaços para diálogos políticos estão ficando cada vez mais fortalecidos e as reivindicações e pedidos dos moradores chegam até ele de diferentes formas. Sempre que há necessidade, o vereador faz um convite aos moradores, que, então, se reúnem no Centro Comunitário: *“e aí a gente conversa junto, todo mundo dá um palpite, todo mundo fala, a gente vai escrevendo, é isso que funciona”*. Porém, a participação social ainda é tímida e caminha a passos lentos. A carência de oportunidades sociais, como o investimento em educação, por exemplo, refletiu em uma baixa auto-estima, já que muitos moradores não se manifestam em razão de acharem que não conseguem se expressar adequadamente. Mesmo assim, eles entendem a importância da participação na dinâmica de tomada de decisões e participam das reuniões. Além disso, essa capacidade de promover debates públicos e um diálogo na comunidade pode

desempenhar um papel importante na formação dos próprios valores dentro da comunidade. Como coloca Amartya Sen (2000), “os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Esses processos são cruciais para a formação de valores e prioridades” (p.179).

A escolha desses valores deve ser pensada no âmbito da sociedade que os abriga, de modo que os moradores sejam os responsáveis diretos, ou seja, essas escolhas não podem ser feitas com base no que pensam os indivíduos de fora ou que se encontram em posições de comando das ações do Estado. Nesse sentido, a população começou a se articular ao traçar diretrizes para controlar a visitação aos atrativos turísticos do povoado em ocasiões especiais, como o carnaval (ver anexo C – Deliberação Normativa nº001 (COMTUR/Serro)). Ainda, os moradores se articularam no sentido de tentar impedir atividades não condizentes com os princípios locais. Hoje, não são permitidos acampamentos no povoado nem pessoas andando em trajes inadequados, como, por exemplo, trajes de banho. Também, como relata a atual presidente da Associação Comunitária: *“a gente tá querendo fazer uma diretriz pra prefeitura não liberar a construção de pousada, ele pode fazer a casa pra ele morar, mas não pra fazer negócio na comunidade. A gente tá querendo ver aí na lei, uma maneira correta de fazer isso”*. Essa fala se deu em razão da procura de terrenos por pessoas de fora. Segundo essa moradora, atualmente existem quatro casas que já foram compradas por essas pessoas, contudo, nenhuma delas ainda reside no povoado. A tentativa de impedir a construção de pousadas refere-se a uma iniciativa de um desses proprietários que tinha a intenção de investir no turismo, por meio da construção de hospedagens mais tradicionais. Essa ação foi, a princípio, barrada pela comunidade, que não aceitou a iniciativa.

Além disso, o apoio de alunos e professores de universidades como a UFVJM, UNIMONTES e UFMG, dentre outras, tem sido importante no sentido de orientar as ações, de modo que essas sejam guiadas pelos próprios moradores e que sejam condizentes com seus princípios e valores. As incursões desses alunos e pesquisadores, dentre esses, alunos do curso de Turismo da UFMG<sup>34</sup>, têm contribuído para embutirem na comunidade

---

<sup>34</sup> O envolvimento de alunos e professores no povoado tem acontecido por meio de trabalhos de campo das disciplinas “Participação Comunitária” e “Ecoturismo”, ministradas no curso de Turismo da UFMG.

alguns conceitos que possam ajudá-la no sentido de dar continuidade as ações. Os trabalhos têm sido desenvolvidos de acordo com as demandas e necessidades da comunidade, na tentativa de diminuir os principais entraves que impedem uma participação ativa da população. Assim, dotar os indivíduos de capacidade para que eles próprios tenham autonomia e independência para gerir as atividades, dentre elas a atividade turística, é importante para a promoção do desenvolvimento. Ainda, os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção para as necessidades gerais e exigir a ação pública adequada. A resposta do governo ao sofrimento do povo depende muito da pressão exercida sobre esse governo.

Em Capivari, essa pressão da comunidade sobre o governo é exercida, sobretudo, por meio da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos. Essa associação foi criada em 1988, a partir da iniciativa dos próprios moradores. Nessa época, os moradores a registraram e lutaram para conseguir alguns avanços para a comunidade como, por exemplo, melhorias no grupo escolar, que já estava em estado precário, e a busca por recursos para construir a ponte sobre o córrego Condadinho, que corta o povoado. Contudo, essas melhorias aconteceram, de fato, alguns anos mais tarde, com as ações dos moradores em parceria com a operadora “Andarilho da Luz”. De acordo com relatos da atual presidente da Associação, no começo as pessoas participavam mais das ações e reuniões: *“Pelo que eu tô olhando na ata de abertura, as pessoas participavam mais do que hoje, tinham duas ou três folhas de presença na reunião, hoje em dia tem bem menos. Hoje participam menos”*. Segundo ela, hoje em dia tem sido criada muita expectativa nos moradores com relação ao turismo. Muitos cursos já foram oferecidos, muitas reuniões já ocorreram e muitos projetos já foram apresentados como forma de buscar melhorias para a população. Porém, poucos foram ainda os resultados efetivos, o que para a atual presidente, acabou afastando as pessoas: *“é tanto curso, reunião, tanta gente tá falando que tá ajudando a comunidade, tanta reunião, reunião que não resolve nada, deve ter umas 10 ONG’s que tinham projeto na comunidade, hoje em dia, você vê, não tem nenhum, as pessoas cansaram de participar de reunião, acho que é por isso que afastou as pessoas”*.

Contudo, algumas ações mais concretas já foram conseguidas, trazendo benefícios diretos aos moradores. A rede de encanamento de água, citada anteriormente, foi conquistada com o apoio da Associação e com a ajuda de grupos voluntários levados por meio das ações

sociais promovidas pela operadora “Andarilho da Luz”. A reforma da escola também se deu com o apoio da Associação, e o Centro Comunitário (fotos 21, 22 e 23 abaixo), inaugurado em 2005, também foi construído a partir de um Projeto de Turismo Solidário, em parceria com a Associação. Atualmente, esse local concentra as iniciativas dos moradores, como a loja de artesanato, atendimento médico e odontológico (que antes ocorria na Igreja de São Geraldo) e uma pequena biblioteca. Além disso, o centro é hoje o principal local onde acontecem as atividades sociais na comunidade.



Figura 21: Centro Comunitário Dona Estulana Marques da Cunha, inaugurado em 2005.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.



Figuras 22 e 23. Placas de identificação e de inauguração do Centro Comunitário, respectivamente.  
Fonte: Pesquisa direta/Junho 2010.

No entanto, muito embora a associação venha desempenhando um papel importante no contexto atual de Capivari, sobretudo como um possível espaço para que diálogos abertos aconteçam, os conflitos e desavenças ainda existem e fazem parte da realidade do povoado.

Foi possível notar algumas situações conflitantes nas falas dos moradores que anteriormente exerceram um papel de destaque na associação. O antigo presidente ficou no cargo durante cinco anos e, segundo ele, não deu continuidade às ações na presidência da associação em razão de estar muito atarefado, já que atualmente ele é o representante de Capivari na Câmara de Vereadores e, além disso, trabalha como guarda-parque no PEPI. Nas palavras dele, hoje ele é um colaborador da associação e reconhece que uma associação forte contribui para fortalecer a comunidade, sobretudo nos momentos de reivindicações. Contudo, ainda existem algumas desconfianças com relação à atual gestão, como demonstrado na fala do antigo presidente:

*“Mas agora ela (a Associação) deu uma parada, quando eu tava, não tô me gabando não, eu consegui, é, mais sócios, mais pessoas pra ajudar, é, pessoas do turismo solidário mesmo que ajudou, da Andarilho, juntamos uma turma. Mas aí quando eu saí ela deu uma manerada, porque as pessoas ficam com medo de crítica do pessoal da comunidade, e a gente pra fazer o bem não pode pensar em crítica, e quando você tá seguindo uma direção certa e os outros estão te difamando, eles tão querendo que você não faça, e quando você vê que tem resultado, o pessoal começa a te apoiar, te dar respaldo naquilo que você fez, comigo foi assim. O pessoal falava que eu ia no Serro pra passear, a Associação não tinha dinheiro, eu gastava o meu dinheiro e as vezes lá em casa até tava com dificuldade e eu saia pra trabalhar, fazer os trabalhos e o pessoal ficava criticando”.*

Além disso, há ainda desconfiança e uma certa apatia por parte dos demais moradores. A atual presidente revelou que mesmo cobrando um real por mês, e depois dois reais, muitos moradores não contribuem, expondo que não estão recebendo benefícios diretos. Para tentar resolver essa situação e chamar os moradores para participar mais da associação, a presidente propôs ir a casa de cada um dos moradores, convidá-lo a ser sócio e, caso não haja interesse, pedir que ele assinasse um documento afirmando sua decisão. Essa atitude irá, de acordo com a presidente, evitar conflitos que já ocorreram anteriormente:

*“Ah, os associados quase que não pagam. Era assim, quando dava algum resultado que tinha algum benefício, aí a Associação já falava: “vai dar para quem paga”, mas eles não estavam vendo benefício, parava de pagar e tinha aqueles que não pagavam. Antes cobrava 1 real, mas depois colocamos 2 reais, que não vai fazer ninguém mais pobre, aí eu vou tentar trabalhar com todo mundo, eu vou bater de porta em porta perguntar se*

*quer ser sócio, mas tem gente que fala que a Associação não vale nada. Aí quem não quer, vai assinar um documento pra mim falando que não quer, aí quando ele vier cobrar de mim alguma coisa, eu não tenho que dar explicação”.*

Nesse sentido, embora ainda existam conflitos, a Associação já conquistou, ao longo dos anos, benefícios diretos para a comunidade, revelando a importância da criação de espaços de diálogo e sua vinculação com o processo de desenvolvimento, pois, como coloca a atual presidente: *“É bem mais fácil você cobrar coisas para a comunidade, da prefeitura, governo, é muito mais fácil você cobrar através da Associação do que se não tivesse a Associação, fica mais complicado”.* No entanto, muitas vezes, a apatia de muitos moradores é reflexo da falta do investimento em oportunidades sociais, sobretudo na educação. A carência de investimentos nessa área gerou uma dependência da comunidade para a resolução de seus principais conflitos. A baixa auto-estima dos moradores faz com que eles, a todo momento, esperem a ajuda e o apoio de atores externos na busca por soluções, ou seja, as principais conquistas da comunidade apresentam uma vinculação direta com esses atores, revelando, pois, essa dependência.

Contudo, o processo de desenvolvimento, como coloca Amartya Sen, não deve ser desvinculado da participação dos atores diretamente envolvidos. Porém, a eficácia das liberdades políticas depende, antes de tudo, da maneira como elas são exercidas. Também, essas liberdades estão diretamente ligadas a outras liberdades instrumentais. Assim, as disposições sociais, como a educação, estão diretamente vinculadas ao modo como os atores locais participam das decisões e se manifestam no plano político. Por fim, é fundamental considerar o papel da democracia, reconhecidamente importante na criação de oportunidades aos indivíduos, e analisar seus caminhos e meios para se atingir os objetivos e aspirações da população.

#### **5.1.4) Garantias de Transparência**

Para Amartya Sen (2000), nas relações sociais os indivíduos lidam uns com os outros com base em suposições sobre o que lhes está sendo oferecido e o que eles podem esperar obter. Sendo assim, a sociedade opera sempre com alguma presunção de confiança. “As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar:

a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza” (p.56). Para esse autor, as garantias de transparência podem ser uma categoria importante de liberdade instrumental, uma vez que elas podem ter um papel claro como inibidores da corrupção, por exemplo.

Ao pensarmos na realidade atual do povoado de Capivari, podemos dizer que alguns aspectos relativos às garantias de transparência têm sido negligenciados, sobretudo, pelo Estado. A criação das Unidades de Conservação na região, por exemplo, acarretou uma série de situações conflituosas que contribuiu para o desgaste da relação entre o Estado, via Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG, e a população de Capivari. A princípio, esse órgão criou as Unidades privando a comunidade de continuar a viver do modo como elas viviam anteriormente. Como já foi relatado, essa privação vai muito além da sua função econômica, mas abrange também privações de caráter social, já que a posterior falta de oportunidades de trabalho e renda fizeram os moradores se reorganizarem econômica e socialmente, no sentido de que não seria mais possível garantir o sustento exercendo a função que sempre exerceram, ou seja, o garimpo.

*“Antes deles (IEF) pegar e implantar o parque, eu acho que eles tinham que pensar na comunidade primeiro, porque eles veio, implantou o parque de uma vez, tirou o recurso da comunidade toda, que nós não tem recurso de trabalho nenhum, parou o garimpo, parou o extrativismo, que o povo fazia tudo. Agora nós fica sem rumo, muita gente tá indo é pra fora, pra ver se arruma um recurso de vida, porque não tem como pegar e arrumar maneira nenhuma de viver, de sobreviver” (Moradora de Capivari).*

Sendo assim, na época em que o Parque foi implantado, a relação da comunidade com o IEF ficou bastante conflituosa. A confiança da comunidade com relação a esse órgão foi abalada, sobretudo, pela forma como são, em geral, implantadas essas Unidades, e o PEPI não foi diferente. Delimitou-se uma área, ficou estabelecido que a comunidade ali não poderia mais viver, nem sobreviver daquele pedaço de terra, que seria, então, protegido pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). À comunidade, coube acatar as decisões das autoridades e, embora revoltada e sem opções, se viu obrigada a buscar por alternativas, principalmente econômicas, que garantissem sua sobrevivência.

Mais recentemente, essa relação de alguns moradores com o IEF foi se alterando, conforme mostram as palavras de um morador de Capivari: *“melhorou através de um*

*profissional, eu falo do profissional, por causa do trabalho, da capacitação e pelo coração. Porque as pessoas têm um trabalho aberto e sabe explicar melhor, sabe de escutar melhor, ele tem paciência, e a comunidade começa a acompanhar o pessoal do entorno, que tá prejudicado, eles começa a aceitar melhor a situação, agressão, só gera agressão. Agora, se o pessoal chega multando todo mundo, o pessoal aqui já tá revoltado, se ele conversa, aí o pessoal, “opa, eu não vou mexer”.*

Nas palavras desse morador, o que fez mudar a conflituosa relação da comunidade com o IEF foi o trabalho individual de uma funcionária, a antiga gerente do Parque. O trabalho dessa funcionária não modificou os fatos, ou seja, a Unidade já estava criada e a população continuou proibida de trabalhar dentro dos seus limites, assim como era restrito, também, o uso e ocupação do solo no entorno do Parque, por se tratar de uma APA. Porém, algumas atitudes foram modificadas, sobretudo a maneira como era estabelecida a relação entre comunidade e órgão ambiental. Aos moradores foram dadas algumas oportunidades que, em certo sentido, beneficiaram diretamente alguns moradores e suas famílias. Atualmente, três moradores do povoado trabalham como guarda-parque e, como relatou um desses funcionários, nas épocas em que é necessário fazer os aceiros, alguns moradores da comunidade de Capivari são chamados para trabalhar. Desse modo, contribui-se para eliminar algumas fontes de privação, sobretudo com a oportunidade de auferir renda e garantir o sustento dessas famílias durante esse período. A melhora nessa relação reflete no próprio comportamento dos moradores, ou seja, as queimadas, que antes eram praticadas com muita frequência, sobretudo como forma de reivindicação e protestos diante da criação do Parque, hoje quase não acontecem mais. Porém, alguns moradores ainda acreditam que a criação do Parque foi prejudicial à comunidade, sobretudo aqueles que não recebem os benefícios diretos. Assim, esses moradores ainda sofrem com as privações impostas pela criação dessas UC's.

Diante desses entraves, a implantação dessas Unidades prevê a criação de Conselhos Consultivos, sobretudo como forma de promover uma participação maior da população na gestão dessas Unidades. O objetivo desses conselhos estaria ligado diretamente à capacidade de articulação entre representantes das instituições públicas, do setor privado e da sociedade civil, de modo a buscar conciliar interesses e necessidades diversas. Esses conselhos viriam, pois, com o intuito de melhorar a relação da comunidade com os órgãos

ambientais, diante da possibilidade de participação de comunidades diretamente envolvidas na criação de UC's.

De modo geral, a criação desses espaços públicos apresenta-se como uma tentativa de estabelecimento de novas relações entre os diversos atores envolvidos, de modo a garantir o acesso das populações na esfera pública, no intuito de exigir um comprometimento social e institucional por parte do poder público. Assim, o entendimento da constituição e construção desses espaços, levando em conta os limites e possibilidades desse processo, como descreve Evelina Dagnino (2002), mostra-se muito relevante.

O potencial democratizador desses espaços, de acordo com essa autora, deveria representar uma tentativa de promover um “encontro” entre Estado e Sociedade civil, na construção de um processo de gestão do território de modo mais democrático, principalmente sob o ponto de vista social e ambiental. Um diálogo entre ambos se dá a partir de um possível reconhecimento acerca da importância da participação social nos processos de gestão, numa forma de “partilha de poder”. Acredita-se, ainda, que esses encontros podem contribuir para a ampliação da “condição de agente” dos indivíduos, como resultado do processo de alargamento democrático da gestão do território e, conseqüentemente, podem contribuir para um processo de desenvolvimento com base nas especificidades de cada localidade, ressaltando a importância do território nesse processo.

O Conselho Consultivo do PEPI foi criado em dezembro de 2008, abrangendo formalmente em sua estrutura a participação do Estado, do setor privado e da chamada Sociedade civil. Algumas instituições que apresentam alguma vinculação direta com Capivari estão presentes nesse Conselho, como a Associação Comunitária Pró-Melhoramentos de Capivari, a Câmara de Vereadores do Município do Serro, sendo representada pelo vereador de Capivari, além da Secretaria de Turismo do Serro, dentre outras instituições.

Hoje, a situação do Conselho não é muito diferente dos conselhos consultivos de Unidades de Conservação espalhadas pelo Brasil. As reuniões têm acontecido de modo bastante esporádico. Segundo o representante de Capivari no Conselho do PEPI, ficou estabelecido que as reuniões ordinárias acontecerão três vezes ao ano, sendo que as extraordinárias não terão data fixa, acontecendo quando houver necessidade. A última reunião ocorreu em caráter extraordinário, em 01 de junho de 2010. Nessa ocasião, foi discutido pelos

conselheiros a possibilidade de implantação de uma antena de rádio, a ser instalada no Pico do Itambé. O pedido se deu por parte de uma empresa de comunicação de Belo Horizonte, em abril de 2010. Contudo, a proposta foi vetada pelo conselho, que não concordou com a instalação da antena, já que, segundo o representante de Capivari, essa instalação não iria trazer benefícios diretos à comunidade, além de gerar um impacto significativo na paisagem local: *“aí a gente fica pensando em como vai ficar a visão do Pico, né, se cada dia chegar alguém lá e colocar uma antena, o que vai virar aquilo, né?”*

Contudo, mesmo com essa ação, nota-se que o conselho ainda não consegue desempenhar de fato um papel satisfatório, que consiga funcionar como um espaço de diálogo entre Estado e Sociedade civil, sobretudo porque o conselho em questão é bastante apático. Não há ainda muitas ações que o caracterizam como espaço de troca, capaz de promover um envolvimento e participação da população envolvida.

Contudo, conforme aponta Sônia Fleury (2006), é importante a construção de uma esfera pública heterogênea e inclusiva, principalmente com a construção de uma nova institucionalidade, na qual “a geração de espaços públicos seja tanto induzida pelo Estado quanto controlada pela sociedade” (p.70). São nesses espaços que, segundo a autora, os cidadãos são iguados politicamente. No entanto, essa igualdade pretendida deve contemplar a diversidade e a singularidade existentes, por meio do reconhecimento das diferenças que, conseqüentemente, nos leva ao reconhecimento da importância da dimensão territorial no processo de desenvolvimento e da participação. Assim, deve-se buscar uma gestão compartilhada, na qual os setores da sociedade também possam participar da gestão da esfera pública. Esse novo formato é, pois, condição para alterar a distribuição de poder que se perpetua através das políticas públicas, gerando um processo de transformação democrática das estruturas arcaicas do aparato do Estado. Esses espaços poderiam, pois, contribuir para promover o desenvolvimento a partir do momento em que se configurariam como espaços de diálogos, pensando nas inter-relações com as liberdades políticas destacadas por Amartya Sen.

A falta de garantias de transparência é sentida, também, na relação entre a comunidade de Capivari e o governo municipal. Conforme já relatado, há um descuido, por parte da prefeitura, diante da necessidade urgente da população de Capivari em promover melhorias no âmbito local. A oferta de disposições sociais, seja na área da saúde, educação,

saneamento ou outros serviços básicos, configura-se como ponto de conflito entre a comunidade e o referido órgão. As privações ocasionadas pela falta de investimentos públicos nessas áreas, a começar pelo acesso ao povoado, que atualmente está em estado crítico, demonstram o grau de envolvimento e comprometimento do poder público com a população local. Essa falta de ação da prefeitura do Serro para com os moradores de Capivari reflete numa descrença e desconfiança da comunidade nos órgãos responsáveis por promover melhorias diretas, ocasionando, muitas vezes, baixa auto-estima, já que os moradores não se sentem valorizados e beneficiados pelas ações do governo.

Ainda, o investimento no Turismo Solidário, como forma de reorganização da comunidade diante das mudanças dos últimos anos, ocasionou alguns entraves que se fizeram sentir na relação dos moradores do povoado com os diferentes atores que levaram essa ideia a comunidade, bem como na relação entre esses distintos atores. Há ainda muita desconfiança com relação, sobretudo, às ações do Programa Turismo Solidário, promovido pelo governo. Os moradores não enxergam nesse programa, e em seus articuladores, uma forma de buscar melhorias para o povoado. A falta de investimento, ou investimentos muitas vezes inadequados, fez com que os moradores desacreditassem nessa proposta e desconfiassem dos seus benefícios.

*“O pessoal de São Gonçalo fica enciumado, quisera eu falar do projeto do governo com mais força, eu vou falar da Andarilho, porque são pessoas que fez, você pode falar comigo aqui, mas pergunta pra outras pessoas, quem fez um trabalho legal aqui? Eu não vou mentir, o importante é aquelas pessoas que chega, marca as pessoas que trata com carinho, que vai direto ao ponto, eu vou falar: Ajudou? Ajudou muito, a Cleide quando fala do Andarilho até arre pia, eu não sei o que aconteceu, ela fica enciumada, eu acho que somar é mais importante do que dividir. Não tô falando que a Andarilho é um santo, mas tô falando de visões diferentes. A Cleide tem visão diferente, ela tá trabalhando pra aquilo, ela ganha dinheiro pra fazer isso, jamais eu acho que ela viria aqui se ela não ganhasse pra isso. As vezes ela fala umas palavras que magoa a comunidade, palavras duras, e o pessoal não gosta” (Morador de Capivari).*

Desse modo, cabe ressaltar que as garantias de transparência, liberdade tão fundamental ao processo de desenvolvimento, apresenta vinculação direta com outras formas de liberdade instrumental, ou seja, a garantia de transparência é, acima de tudo, um benefício gerado

pelo investimento em disposições sociais como a educação. “Os indivíduos têm que ser educados para que o relacionamento com o outro, ou com aquilo que é comum a todos, seja pautado na clareza, na sinceridade e na confiança” (MARIANO, 2008, p.106).

### **5.1.5) Segurança Protetora**

Nas palavras de Amartya Sen (2000)

A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais *fixas*, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuições de alimentos em crises de fome coletivas ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (p.57).

Como já foi aqui exposto, atualmente grande parte da população de Capivari garante seu sustento, sobretudo, por meio de programas de transferência de renda. O Bolsa Família é o principal programa que atende aos moradores do povoado.

Criado em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e o Auxílio-gás), o Bolsa Família é hoje o maior programa de transferência de renda do Brasil, configurando-se como o principal foco do Sistema de Proteção Social do país. Seus objetivos são, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS): combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso a direitos sociais básicos no campo da saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; e promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, propondo-se a construir meios e condições para que estas famílias possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (MDS, 2006).

Nesse sentido, além de garantir às famílias carentes renda para suas necessidades, o Programa incentiva o acesso dessas famílias aos serviços públicos de educação e saúde, como forma de melhorar as condições de vida do grupo familiar e criar condições para sua emancipação social. Por isso, as famílias atendidas devem se comprometer a matricular e manter crianças e adolescentes em idade escolar nas redes de ensino, e a buscar os postos

de saúde da rede pública para acompanhamento das gestantes e crianças – pré-natal, vacinação, crescimento e desenvolvimento das crianças etc. Desde 2006 o Programa já era implementado, de forma descentralizada, em todos os 5.563 municípios brasileiros e no Distrito Federal e, em maio de 2009, atendia a 11.611.680 famílias pobres e extremamente pobres com renda per capita familiar de até R\$ 120,00.

Desse modo, nota-se que os programas de transferência de renda do Governo Federal têm um significativo impacto nos municípios brasileiros, principalmente nas localidades onde os recursos são escassos. Em algumas cidades, o Bolsa Família chega a representar mais de 40% do total da renda municipal. No município do Serro (MG) não é diferente, muitas famílias recebem esses benefícios do governo federal.

Diante das proibições e restrições à atividade extrativista em Capivari, os moradores desse povoado se viram diante de uma situação difícil, ou seja, a capacidade em auferir renda foi significativamente privada, de modo que as oportunidades de trabalho e a consequente geração de renda no povoado tornaram-se hoje bastante escassas. Aliado a isso, a carência de investimentos em disposições sociais, como a educação, por exemplo, privam esses moradores de conseguirem outros meios de auferir renda, haja vista que não possuem qualificação para exercerem outras atividades.

Não é a toa que um número significativo de pessoas, principalmente os jovens, deixa o povoado em busca de melhores condições de trabalho. No entanto, muitas vezes os jovens encontram situações até mesmo mais difíceis daquelas encontradas em Capivari. Por falta de qualificação profissional, muitos desses jovens não conseguem empregos, ou conseguem sub-empregos, e vão viver nas periferias de cidades próximas, ou até mesmo Belo Horizonte e São Paulo. Poucos são os capivarinenses que saem do povoado e conseguem obter uma renda fixa, capaz de oferecer adequadamente segurança às suas famílias.

Diante disso, grande parte das famílias em Capivari sobrevive dos programas de transferência de renda do governo. Muitas delas não teriam condições de viver sem o auxílio do governo que, apesar de privar a população em uma série de questões, como já foi apontado aqui, tem garantido a essas famílias o direito a, pelo menos, se alimentarem de maneira mais adequada, por meio da concessão desse benefício.

*“Eu mesmo recebo bolsa família. O bolsa família ajuda a gente demais” (Moradora de Capivari).*

Contudo, em Capivari esse programa não tem logrado o êxito necessário, sobretudo quando pensamos nos objetivos do Bolsa Família. Segundo Maria Ozanira Silva (2006), a idéia central dos programas de transferência de renda, em geral, é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres. Dois pressupostos orientam as ações desses programas: um de que a transferência monetária para famílias pobres possibilita essas famílias tirarem seus filhos da rua e de trabalhos precoces e penosos, enviando-lhes à escola, o que permitirá interromper o ciclo vicioso de reprodução da pobreza; o outro é de que a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, no campo da educação, da saúde e do trabalho, direcionados a famílias pobres, poderá representar uma política de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas no país. Diante disso, podemos dizer que, em Capivari, o primeiro pressuposto que orienta as ações do Bolsa Família, em certo sentido, tem sido respeitado. Atualmente grande parte das crianças e jovens frequentam as escolas da região, muito embora a qualidade do ensino não seja a mais adequada. Já com relação ao segundo pressuposto, os relatos aqui expostos anteriormente demonstram que ainda há muito o que fazer, sobretudo porque o governo ainda não oferece as disposições sociais tão necessárias a promoção do desenvolvimento.

Além do Bolsa Família, há um morador do povoado que solicitou empréstimo por meio do PRONAF. Sua intenção é produzir mais alimentos para, futuramente, conseguir vender o excedente, porém até o momento não conseguiu êxito na tentativa. Isso demonstra o pouco incentivo do governo com relação à produção de alimentos que poderiam, pois, ser comercializados até mesmo dentro do povoado de modo a incrementar a alimentação dos moradores. Diante desse quadro, é preciso atentarmos para algumas questões importantes. Tão essencial quanto receber esse recurso do governo, de modo que seja possível a sobrevivência das famílias beneficiadas, é saber utilizá-lo de modo adequado, destinando os benefícios para a educação, nutrição e saúde dessas famílias.

Assim como é importante saber utilizar os recursos de maneira consciente, também é fundamental acompanhar o Programa, avaliando seus resultados positivos e seus fracassos.

Em 2007, uma ação da Secretaria de Promoção Social em parceria com os gestores do programa Bolsa Família no município do Serro fez com que 92 alunos do município voltassem a frequentar a escola. Essa ação buscou as famílias de crianças e adolescentes com baixa presença às aulas e, a partir desse acompanhamento, muitas crianças e jovens voltaram a cumprir a contrapartida do governo que é de frequentar a escola. Durante essas visitas às famílias, os técnicos da Prefeitura do Serro identificaram problemas graves, como gravidez precoce, uso de drogas e trabalho infantil, os casos mais graves foram encaminhados ao Conselho Tutelar. Além da Secretaria de Promoção Social, a atuação envolveu as Secretarias de Educação e Saúde. Em Capivari esses problemas encontrados em outras partes do município ainda não fazem parte da realidade dos moradores, mas muitas mães temem pelo futuro dos filhos, diante da enorme carência de investimentos em oportunidades sociais.

Assim, é importante pensarmos que a segurança protetora, quando bem aproveitada, é um ponto importante a favor do desenvolvimento. Contudo, essa rede de segurança social, promovida pelo governo, deve ser apenas emergencial e preventiva. Aos indivíduos devem ser dadas oportunidades para serem, eles próprios, agentes transformadores da realidade na qual vivem.

### ***5.2) Considerações prévias – O turismo em questão***

A leitura do povoado de Capivari, por ora apresentada, configurou-se como uma tentativa de aproximação entre a noção de desenvolvimento refletida por Sen, a atividade turística e a realidade desse povoado e da comunidade que ali vive.

Ao pensar no conceito de Desenvolvimento como Liberdade, Amartya Sen nos mostra que a promoção do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à superação das privações que limitam as escolhas e oportunidades dos indivíduos de exercerem sua condição de agente. Ou seja, combater esses entraves constitui-se uma parte central do processo de desenvolvimento e, para combatê-los é preciso, pois, reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade. Como já foi aqui relatado, a liberdade nesse processo está ligada tanto ao fim como ao seu principal meio, que pode ser chamado, respectivamente, o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento.

Valendo-nos dessa perspectiva, o papel instrumental da liberdade configura-se como um elemento importante uma vez que as liberdades instrumentais podem aumentar diretamente as capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Assim, podemos dizer que o que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições reais de ter uma boa saúde, acesso à uma educação básica, além de outras disposições sociais básicas. Privar os indivíduos de terem acesso a esses aspectos limitam as possibilidades de promoção do desenvolvimento.

Nesse sentido, em Capivari as pessoas ainda vivem sérias privações que, vistas sob o ângulo das liberdades, impedem o processo de desenvolvimento. À população é negada uma série de disposições que, inter-relacionadas, demonstram o quão frágil é o ambiente no qual vive essa comunidade. O retrato do povoado nos mostrou que a atividade turística vem sendo conduzida num ambiente cujos indivíduos ainda não atuam como protagonistas, e não fazem valer, portanto, sua condição de agente. O ambiente confuso no qual o turismo ocorre vem, também, do fato de que a “solidariedade” embutida no seu conceito não encontra respaldo na prática dessa atividade. Ou seja, aliado a carência de investimentos em disposições sociais, assim como outros aspectos que configuram-se como importantes elementos para a promoção do desenvolvimento, podemos dizer que o caráter conceitual e processual do desenvolvimento que se pretende em Capivari traz em seu bojo uma dimensão predominantemente econômica que merece ter sua natureza posta em dúvida, sobretudo quando pensamos que o aumento no nível de renda não é, em si, condição suficiente para promover o desenvolvimento.

Dessa maneira, a privação de potencialidades elementares pode refletir em situações indesejadas, como mortes e doenças, por exemplo. Além disso, as inter-relações entre os diferentes tipos de liberdades explicitadas anteriormente permitem-nos dizer que a ausência de disposições nas áreas da educação e saúde, como vemos em Capivari, impedem que a população participe mais ativamente do processo de tomada de decisões no povoado, o que impede, também, a promoção do desenvolvimento. Ainda, o desemprego, que afeta diretamente a população de Capivari atualmente, tem efeitos debilitantes sobre a liberdade, a iniciativa e as competências individuais, que contribui para a exclusão social, conduz a perda da auto-estima, da autoconfiança e da saúde física e mental dos indivíduos

que vivem sob essa condição e, assim, também cria barreiras ao processo de desenvolvimento.

Diante disso, é importante pensarmos para além de um turismo que se pretende “solidário”. Haja visto que a solidariedade não está necessariamente na disponibilidade do turista em promover melhorias ao povoado ao passo que aos moradores ainda é negada uma série de oportunidades e disposições sociais. Ainda, podemos dizer que para além desse tipo de turismo que é proposto atualmente no povoado, há também a necessidade de considerarmos que Capivari existe enquanto uma destinação turística por si só, que deve ser pensada apesar da possível existência de uma prática do turismo solidário. Voltando-nos para nossa intenção, cabe refletirmos a respeito de uma atividade turística “libertária” que pode ser pensada como forma de questionar a realidade atual. Ou seja, Capivari atrai inúmeros visitantes e turistas que, a despeito da existência do turismo solidário, se dirigem ao povoado, sobretudo, em razão das suas qualidades naturais e paisagísticas, tendo o Pico do Itambé como seu principal atrativo. O próprio uso público do PEPI é voltado ao turismo de modo mais amplo, e não necessariamente ao turismo solidário. Portanto, é preciso pensar em alternativas que garantam a esses turistas o acesso ao povoado independente da existência ou não do turismo solidário, que muitas vezes impõe o pagamento de uma diária que acaba por afastar ou mesmo impedir a permanência de turistas em Capivari.

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS:***

Abordar sobre o tema do desenvolvimento, buscando uma interface com o estudo do turismo, não foi tarefa fácil, e algumas razões dessa dificuldade foram aqui explicitadas em momentos anteriores. Muitas foram as referências que se descortinaram e que poderiam ter guiado nossos caminhos na tentativa de refletir sobre a relação entre desenvolvimento e a atividade turística que, em sua essência, é bastante diversa. Essa diversidade de conceitos, histórias e personagens revelou a complexidade dessa abordagem e, tentar compreender essa diversidade e extrair alguns aprendizados foi um constante desafio.

Dessa forma, na tentativa de estabelecer um diálogo entre esses temas recorreremos à noção de Desenvolvimento como Liberdade refletida por Amartya Sen, que, de certa maneira, se mostrou mais coerente para nós, mesmo que ela não seja isenta de críticas. Tentando escapar aos economicismos, esse autor busca recolocar o foco de atenção do processo de desenvolvimento sobre os fins – e não apenas sobre seus meios. E isso implica fazer com que as atenções se voltem, primordialmente, para o incremento das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam, enfatizando-lhes a condição de agente num processo de superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades pessoais e comunitárias.

As reflexões de Amartya Sen acerca do desenvolvimento nos mostraram que esse tema não faz parte de uma agenda do passado e, estarmos dispostos a debatê-lo e abordá-lo sob novas roupagens e com novas problemáticas, é importante. Nesse caso, a noção de desenvolvimento pode ser interpretada a partir da busca pelo direito e igualdade entre os indivíduos e, também, sob o aspecto das privações impostas a alguns grupos sociais, como, por exemplo, a comunidade de Capivari. Assim, a despeito da existência de uma visão clássica e hegemônica sobre o desenvolvimento, a obra de Amartya Sen possibilitou traçar novos aspectos interpretativos sobre o tema. Ou seja, Sen apresenta uma visão diferente daquelas mais comumente encontradas nas propostas e ações acerca do desenvolvimento e faz uma crítica aos seus pares (economistas ou não que discutem sobre o tema) ao procurar demonstrar que as visões hegemônicas acerca do desenvolvimento encontram dificuldades de se dissociarem das ideias de crescimento econômico e de modernização da economia.

Sen coloca, também, que a condição social na qual o indivíduo está inserido pode limitar as oportunidades, que se referem aquilo que as próprias pessoas consideram como sendo o “bem-estar”. É nesse sentido que, como argumenta esse autor, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade” (SEN, 2000, p.18).

Nesse contexto, ao longo da história, o Vale do Jequitinhonha tem sido constantemente alvo de políticas públicas e investimentos privados que, muitas vezes, surgem na tentativa de minimizar e compensar as privações sofridas pela população que habita essa região. No entanto, como nos mostram Eduardo Ribeiro e Flávia Galizoni (2004),

o Alto Jequitinhonha é considerado uma das regiões mais complexas do Brasil; seus indicadores econômicos e sociais têm levado os governos mineiros, desde os anos de 1970, a formular políticas compensatórias ou de desenvolvimento para integrá-lo ao conjunto do estado. Porém, em sua grande maioria, esses esforços têm sido em vão, e as características fundamentais da região permanecem exatamente as mesmas. Nota-se que a impermeabilidade do alto Jequitinhonha a essas políticas deve-se em grande parte à sua formulação genérica, que tem desconsiderado as singularidades da história, do ambiente, dos sistemas produtivos e da lógica específica de reprodução dessas famílias de agricultores.

O investimento na atividade turística não escapou dessa lógica, haja vista a tentativa de se investir no Turismo Solidário que, até o momento, é certo que não tem logrado o êxito esperado.

Valendo-se dessa perspectiva e voltando nossos olhares para o contexto de Capivari, podemos dizer que uma série de fatores que se desencadearam, sobretudo após a proibição das principais atividades econômicas da região, fez com que o turismo surgisse e fosse visto como a maneira mais viável de auferir renda para os moradores, além de ser uma das possibilidades de promover o desenvolvimento das comunidades nas quais as iniciativas de turismo existem.

*“Inclusive, o que a gente espera agora é do turismo mesmo” (Moradora de Capivari).*

A frase acima revela como a atividade turística ganhou força no povoado, sem que, necessariamente, isso represente ainda algo real e concreto. Nos últimos anos, a atividade garimpeira, que sempre representou a força econômica e motriz da comunidade, cedeu lugar ao turismo, ou pelo menos a expectativa de que ele ocorra. Dessa forma, a natureza

que antes servia ao garimpo, hoje deve ser conservada, também, em nome de uma atividade que, incansavelmente, os moradores esperam que aconteça.

Atribuiu-se ao turismo uma responsabilidade de que essa atividade seria a responsável por promover as melhorias na qualidade de vida da comunidade e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento. Contudo, o grau de dependência gerado pela atuação de agentes externos fez com que os moradores não tivessem autonomia suficiente para caminharem sozinhos e se guiarem pelos seus próprios valores e prioridades.

Porém, como aponta Amartya Sen, para que o processo de desenvolvimento aconteça deve ser dada a oportunidade aos indivíduos para que eles mesmos possam ser agentes de seus destinos. As próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem. Vivendo numa coletividade, não se pode deixar de pensar que os sérios problemas que acontecem são, essencialmente, problemas de todos e, portanto, os indivíduos não podem se furtar à tarefa de julgar o modo como as coisas são e o que precisa ser feito. Contudo, esse senso de responsabilidade coletiva passa, antes de mais nada, pela responsabilidade individual. Como coloca Amartya Sen (2000), “qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual, só pode ser, em graus variados, contraproducente. Não existe substituto para a responsabilidade individual” (p.??).

Ainda, as liberdades substantivas as quais os indivíduos desfrutam para exercer suas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. Como aponta Sen, uma criança a quem é negada a oportunidade de frequentar a escola, não só é destituída na sua juventude, mas é desfavorecida durante toda sua vida, já que é privada de conhecimento para realizar certos atos básicos, como ler e escrever, por exemplo. O adulto que não dispõe de recursos para um tratamento médico adequado pode ter negada a liberdade de participar das outras esferas da vida social e coletiva, por não possuir condições para tal. Assim, nas palavras de Sen, responsabilidade requer liberdade. Para ele, o caminho entre liberdade e responsabilidade é uma via de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, não pode ser atribuída a um indivíduo a responsabilidade por fazê-la. Por outro lado, possuir realmente a liberdade e a capacidade para tal, impõe à pessoa a necessidade de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve, necessariamente, a responsabilidade individual. Para isso, deve ser dada ao

indivíduo mais oportunidades de escolhas, que, segundo Sen, não precisam vir apenas por meio do Estado, mas, também, poderiam envolver outras instituições como ONG's, disposições de base comunitária, iniciativa privada, organismos políticos e sociais, dentre outros.

Nesse sentido, voltando nossos olhares às reflexões colocadas no momento inicial dessa pesquisa, ou seja, refletir acerca da relação entre turismo e desenvolvimento, sobretudo a partir do entendimento do modo como a atividade turística vem sendo desenvolvida em Capivari, alguns aspectos ficaram mais fortemente evidenciados.

Em Capivari, as pessoas passaram ao longo do tempo por muitas privações. Como já foi aqui relatado, durante toda a história o garimpo representou a força econômica, fazendo parte da cultura local. Ou seja, o extrativismo foi a principal atividade que garantiu durante anos a sobrevivência de centenas de famílias que vivem no povoado e nos seus arredores, ainda que o garimpo não conseguisse proporcionar condições de vida satisfatórias a todos os moradores. Contudo, as privações sofridas foram intensificadas, sobretudo, a partir da proibição dessa atividade. Foi nesse contexto de privações que o turismo surgiu, sobretudo como proposta de geração de emprego e renda para comunidades que viviam sob essa difícil condição. Em Capivari, a expectativa gerada pela possibilidade de investimento no turismo deu ânimo e aumentou a auto-estima dos moradores e, de fato, várias ações oriundas do investimento na atividade turística proporcionaram benefícios diretos à comunidade, como já foi aqui relatado. Porém, ao mesmo tempo, a própria comunidade, de certa forma, impôs limites à expansão do turismo na localidade. O certo grau de dependência gerado pelo envolvimento de agentes externos acabou refletindo na falta de mobilização dos moradores na tomada de decisões acerca do modo como a atividade poderia se desenvolver. Por sua vez, essa dependência foi gerada diante da privação de liberdades instrumentais que pudessem contribuir para a promoção da participação da população no contexto do turismo.

As análises realizadas aqui, com base nessas liberdades instrumentais, revelaram que o tão esperado desenvolvimento, promovido por uma atividade turística que levasse em conta a participação da comunidade, ainda está no nível da expectativa. Assim como está, também, a tão esperada autonomia advinda desse processo, e muito ainda deve ser feito para tornar isso possível. Aos moradores, a ideia do turismo foi apresentada sob um viés

predominantemente econômico, ou seja, embora a forma de turismo tivesse sido apresentada como alternativa ao turismo convencional, na prática ela apresenta os mesmos encadeamentos promovidos por esse tipo de turismo. E os moradores incorporaram essa visão ao enxergarem no turismo uma fonte de renda, sobretudo diante da urgência de se combater as privações econômicas. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento que foi incorporada ao discurso do turismo e apresentada à comunidade encontra eco, principalmente, na dimensão econômica do termo. O quadro de Capivari revelado anteriormente, e que foi se desenhando a partir das falas dos próprios moradores, nos mostrou que as fragilidades encontradas no povoado, sobretudo em razão da carência de oportunidades sociais e de outras disposições sociais no âmbito das liberdades instrumentais, não permitem ainda que o turismo atue como um instrumento capaz de promover a autonomia dos indivíduos e, assim, promover o desenvolvimento. Aos moradores não são dadas condições para que se expandam as liberdades substantivas e instrumentais desses indivíduos se, dessa forma, ainda não foram criadas oportunidades para que o investimento na atividade turística fosse capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento.

Podemos dizer que o investimento no turismo, sobretudo um tipo de turismo que se diz “alternativo”, requer que pensemos, antes de tudo, em quais valores e práticas do chamado turismo convencional podemos questionar e criticar e, além disso, devemos pensar em como podemos superar essas críticas. É importante que as ações e propostas que envolvem a atividade turística sejam pensadas criticamente. Ou seja, investir na prática do turismo solidário implica, de antemão, discutir acerca de seus próprios conceitos e, ainda, requer reflexões sobre quais são seus principais objetivos. Essa falta de reflexão acerca do que se está propondo contribui para o insucesso das iniciativas.

Deve-se evitar cair na armadilha de propor projetos que não levem em conta as especificidades locais, pois como bem coloca Weber Soares (2009),

a forma mais eficaz para cimentar o desenvolvimento e a identidade locais consiste em valorizar as técnicas, culturas e saberes correspondentes a essa dimensão escalar no período de formulação de políticas, porque assim a população se sente mais motivada para participar da construção de programas e propostas (p.73).

Assim, uma vez que o foco na dimensão econômica da relação entre turismo e desenvolvimento já foi colocada em xeque por pesquisadores e estudiosos do tema, ainda que de modo bastante incipiente, uma das tarefas mais urgentes agora consiste em formular alternativas a esse pensamento que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, ofereçam um conteúdo específico às propostas de turismo que caminhem numa direção contra-hegemônica. Diante disso, o turismo apenas poderá atuar como uma possível contribuição para a promoção do desenvolvimento se for pensado a partir da valorização dos próprios agentes sociais locais, cujas singularidades sejam incorporadas às propostas de ações públicas ou privadas que desejam investir nessa atividade e, ainda, se forem dadas condições aos moradores para agirem de maneira autônoma e participativa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ACERENZA, Miguel. *Administração do Turismo*. Bauru/São Paulo. Ed. EDUSC, 2002.
- AMES, *Pequeno resumo histórico da atual situação do Município do Serro*. Serro. Tipografia Serrana, 1943. p.16.
- BEDIM, Bruno Pereira. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 2008.
- BEDIM, Bruno Pereira; PAULA, Heber Eustáquio. “Relatos visitados”: história oral e pesquisa em turismo e hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. In: Caderno Virtual de Turismo, Juiz de Fora, vol.07, n°01, 2007. p.63-77.
- BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo. Ed. SENAC, 2003.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2000, vol.01. Introdução. p. 16-68.
- BRANDÃO, Carlos. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas/SP. Ed. UNICAMP, 2007.
- BRANT, Chico Silva e MOTA, Gutemberg. *Minas Colonial: Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro, Congonhas do Campo, Mariana, Colégio do Caraça*. Ed. Efecee, 1999.
- BUARQUE, Cristovam. *Turismo, Solidariedade e Inclusão*. In: Diálogos do Turismo – uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro. Ed. IBRAM, 2006. p.76-85.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *Os limites do desenvolvimento e do turismo*. In: PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Espanha, Universidad de La Laguna, vol.01, n°02, 2003. p.161-171.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço*. In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M. e SILVEIRA, M.L. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006. p.337-350.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: DAGNINO, E. (org.). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2002. p. 279-303.

DALLARI, Dalmo. *O que é participação política*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo. Ed. Cortez, 1985.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, W. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. p. 59-83.

FERREIRA, Eliane Silva. *A produção familiar no centro-leste do município do Serro/MG: o artesanato do queijo*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Departamento de Geografia. Belo Horizonte, 1998.

FLEURY, Sônia. *Democracia, descentralização e desenvolvimento*. In: FLEURY, S. (org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2006. p. 23-75.

FREIRE, Doia; FERREIRA, Lígia Leite. *História Oral, memória e turismo cultural*. In: MURTA, S.M. ALBANO, C. (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002. p.121-130.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *PDTIS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 2004.

FURTADO, Júnia. *O Livro da capa verde: a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo/USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1991.

GONTIJO, Bernardo Machado e REGO, Jackson. *Por uma atitude turística pessoalizante*. In: FARIA, I.F. (coord.). Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus. Ed. UFA, 2001. p.01-16.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

IRVING, Marta de Azevedo. *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?* In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro. Ed. Letras e Imagens, 2009. p.108-121.

IRVING, Marta de Azevedo. *Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento*. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo. Ed. Futura, 2002. p.35-45.

LOBO, Carlos F. F. *Desenvolvimento e Qualidade de vida: limitações na utilização dos indicadores de crescimento econômico*. In: Cadernos do Leste. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste, vol.01, nº3, Outubro, 2001. p. 01-31.

MARIANO, Maria Carolina de Oliveira. *O Turismo como possibilidade de desenvolvimento em São João da Chapada: uma perspectiva a partir das reflexões de Amartya Sen*. [Monografia]. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Curso de Graduação em Turismo. Belo Horizonte, 2008.

MARTINELLO, André Souza. *Desenvolvimento como Liberdade: o que geógrafas e geógrafos têm a aprender com Amartya Sen?* In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, vol.04, nº07, Fevereiro, 2009. p. 245-249.

MEIER, Gerald; BALDWIN, Robert. *Desenvolvimento econômico: teoria, história, política*. São Paulo. Ed. Mestre Jou, 1968.

MIRANDA, Aluísio Ribeiro. *Serro, três séculos de história*. Belo horizonte, 1972.

OLIVEIRA, Francisco. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Brasília. Ed. Vozes, 1999.

*OURIQUES*, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas/SP. Ed. Alínea, 2005.

*PEREIRA*, Vera Lúcia Felício. *O Vale vale o quanto pesa*. In: Suplemento Literário. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte, nov.2006.

*PINHEIRO*, Lessí Inês Farias. *Liberalismo humanista: Amartya Sen e o desenvolvimento*. In: Revista Virtual Textos e Contextos, nº01, ano I, Novembro, 2002.

*PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO PICO DO ITAMBÉ*. STPC Engenharia de Projetos Ltda. Curitiba/PR. Setembro, 2004.

*PIRES*, Elson. *As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidade e regulação*. In: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol.08, nº02, Setembro, 2007. p.155-163.

*PRADO JR.* Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 27ª Ed., 1979.

*PRADO JR.* Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo. Ed. Brasiliense: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

*REJOWSKI*, Mirian e *SOLHA*, Karina Toledo. *Turismo em um cenário de mudanças*. In: REJOWSKI, M. (org.). *Turismo no Percurso do Tempo*. São Paulo. Ed. Aleph, 2002. p.75-122.

*RIBEIRO*, Eduardo Magalhães; *GALIZONI*, Flávia. *Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha*. In: TORRES, H.; COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo. Ed. SENAC, 2000. p.163-190.

*RIBEIRO*, Eduardo Magalhães; *GALIZONI*, Flávia. *Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha*. In: Seminário sobre a economia mineira. Diamantina, 2004. Anais: Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2004.

*RIBEIRO*, Gustavo Lins. *Poder, Redes e Ideologias no campo do desenvolvimento*. In: Novos Estudos, CEBRAP, vol.80, 2005. p.109-125.

*RIST*, Gilbert. *La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo?* In: KLIKBERG, B. e TOMASSINI, L. (orgs.) *Capital Social y cultura: claves estratégicas*

para el desarrollo. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera; Universidad de Maryland, Fundo de Cultura Econômica, 2000. p.129-150.

ROMANHA, Mateus Frechiani. *Historia, transformaciones económicas, socioculturales y geográficas y la formación del conocimiento: el caso del turismo em los siglos XIX y XX*. [Dissertação de Mestrado]. Universidad de Barcelona – Departamento de Geografía Física y Análise Regional. Barcelona, 2009.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro. Ed. Livraria José Olímpio, 1956.

SAADI, Allaoua. *A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens*. In: Geonomos, v. 03, n. 01. p. 41-63, 1995.

SACHS, Wolfgang. *Introdução*. In: SACHS, W. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. p. 11-17.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. In: SANTOS, B. S. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003. p.39-78.

SANTOS, Joaquim Felício (1828-1895). *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 1976.

SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Dario. *Memórias sobre o Serro Antigo*. Serro. Typ. Serrana, 1928.

SOUZA, Marcelo Lopes. *O Subdesenvolvimento das Teorias do desenvolvimento*. In: Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação, São Paulo/SP. Ed. Anita Ltda, vol.35, Dezembro, 1994; Janeiro, 1995. p.27-33.

SOARES, Weber. *Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local*. Belo Horizonte. PROEX – Pró-reitoria de extensão, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. *A Teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial*. In: Revista Território. Rio de Janeiro. Ed. LAGET/UFRJ, vol.01, nº01, Dezembro, 1996. p.05-19.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. In: Revista Território, ano II, nº03, Julho/Dezembro, 1997. p.13-35.

SOUZA, Marcelo Lopes. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrandt Brasil, 2004.

SOUZA, Maria Eremita. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte. BDMG Cultural, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo. Ed. Polis, 1985.

THOMPSON, Paul. *História Oral e Contemporaneidade*. In: História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº05, Junho, 2002. p.09-28.

TSCHUDI, Johann Jakob Von (1818-1889). *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, vol.02, 2006.

VARAJÃO, Laura Miranda Borba. *Etnografia do modelo de gestão do “Turismo Solidário” em Capivari – Serro (MG)*. [Monografia]. Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP – Curso de Graduação em Turismo. Ouro Preto, 2009.

WHITAKER, Dulce, C.A. *Análise de entrevistas em pesquisas com Histórias de vida*. In: Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Série 02, n°11. São Paulo, 2000. p.147-158.

**Endereços Eletrônicos:**

ANDARILHO DA LUZ. Disponível em: <<http://www.andarilhodaluz.com.br>>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2010.

IDENE. Disponível em: <<http://www.idene.mg.gov.br/>>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2010.

FIGUEIREDO, Maurício Antônio; SANTOS, Lúvia; TRÓPIA, Fátima; CAMPOS, Agmar Abnon. *PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO. Na bagagem, a cidadania*, 2006. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br/publicacoes>>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Ranking do IDH dos municípios do Brasil. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em: 13 de Junho de 2010.

PROGRAMA DE TURISMO SOLIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br>>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2010.

REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO. Disponível em: <<http://turisol.org.br/>>. Acesso em: 22 de Abril de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas*. Brasília. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/documentos/normas.cfm>>. Acesso em: 19 de Julho de 2010.

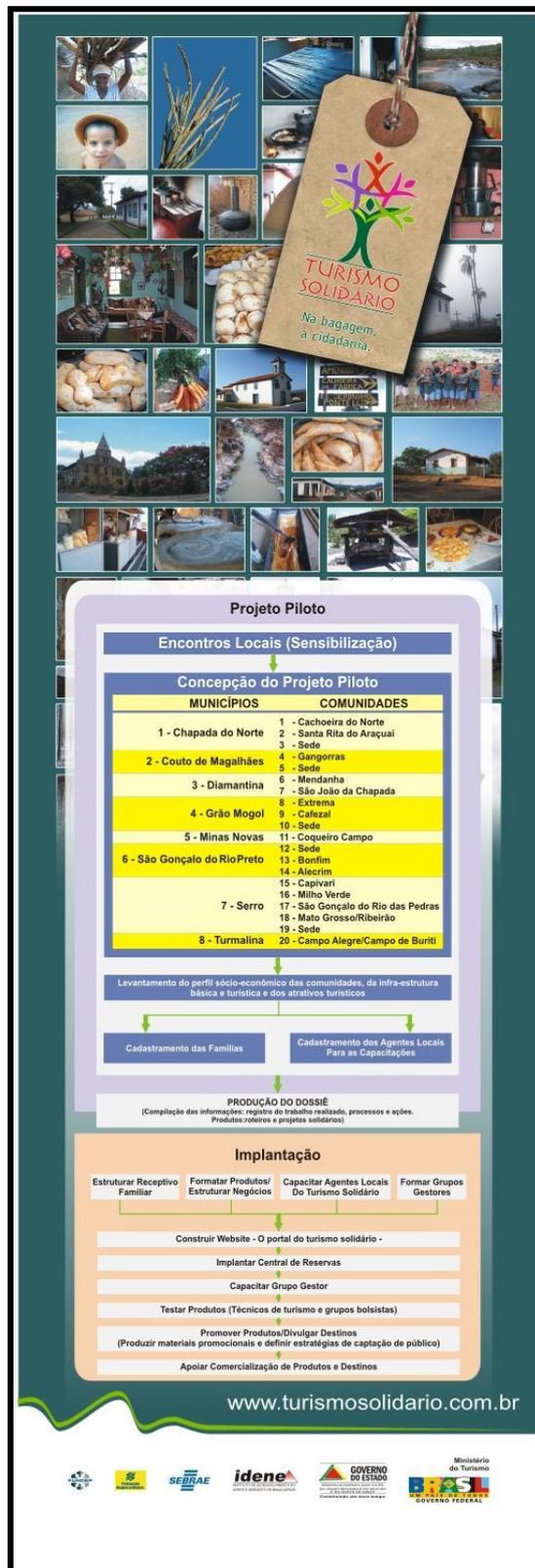
RESERVA DA BIOESFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO. Disponível em: <<http://rbse-unesco.blogspot.com>>. Acesso em: 30 de Agosto de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2011.



# ANEXO B – BANNER DO PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO – Projeto Piloto



Fonte: [www.turismosolidario.com.br](http://www.turismosolidario.com.br)

## ANEXO C – DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº001/2010 (COMTUR/SERRO)

### **Deliberação Normativa nº 001 de 05 de fevereiro de 2010 – Conselho Municipal de Turismo de Serro - COMTUR/Serro**

O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e Considerando o seu compromisso o desenvolvimento da atividade turística no município Considerando o seu comprometimento com as iniciativas comunitárias que buscam controle ambiental e eficiência da atividade turística em atrativos naturais do município de Serro, promovendo a atividade turística de forma sustentável, considerando os atrativos naturais que estão inseridos no interior da Área de Proteção Ambiental Estadual Águas Vertentes, criada pelo decreto 39.399/98. Considerando a sua responsabilidade em elaborar normas que assegurem a qualidade da visitação nos citados atrativos.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica obrigado ao acompanhamento de condutores locais a visitação aos atrativos naturais do entorno da localidade do Capivari, a saber:

Cachoeira do Tempo Perdido, cachoeira do Amaral, Cachoeira do Coqueiro, Cachoeira de Maria Bruna, Cachoeira da Lama Preta.

Art. 2º - Fica estabelecida em 40 pessoas, a capacidade de carga dos atrativos citados no Art. 1º.

Art. 3º - Fica vedada aos visitantes o uso de armas de fogo, de aparelhos de som, o uso de fogo ou a execução de churrasco ou similar, o acampamento, a colheita de espécies vegetais, animais ou geológicas, o uso de garrafas de vidro nos atrativos citados no art. 1º.

Art. 4º - Fica o visitante obrigado a retornar com toda a espécie de resíduos produzidos na visitação para disposição em local adequado.

Art. 5º. Para o cumprimento desta norma recomenda-se a comunidade de Capivari:

I – a manutenção de local de controle da visitação na entrada do acesso aos atrativos.

II – a manutenção de controle de capacidade de carga nos atrativos.

III – dar ciência aos visitantes do conteúdo desta norma e outras normas que controlam a visitação em atrativos naturais.

IV- manter no local de controle ficha de identificação do visitante, que conste de pelo menos do: nome, procedência, idade, formação e telefone de contato.

Art. 6º - Fica proibido o trânsito de veículos motorizados nas trilhas de acesso aos atrativos.

Art. 8º O não cumprimento das normas relacionadas incidirá sobre o infrator as penalidades contidas no Decreto Estadual nº 44844/08, em seu artigo 86, anexo III, códigos 331, que dispõe sobre danos diretos e indiretos em unidades de conservação.

Art. 9º - A presente deliberação é validada no período de 13 a 16 de fevereiro de 2010.

Art. 10º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação na Portaria da Prefeitura Municipal de Serro.

Conselho Municipal de Turismo de Serro – COMTUR Serro



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES DE CAPIVARI/SERRO (MG)  
ENVOLVIDOS COM O TURISMO

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_  
Local da entrevista: \_\_\_\_\_  
Coordenadas geográficas: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_  
Morador nativo: ( )sim ( )não: Tempo que reside em Capivari: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

Existem aposentados residindo na casa? ( )sim ( )não. Quantos: \_\_\_\_\_

Alguém recebe Bolsa Família? ( )sim ( )não.

Outros auxílios do governo? ( )sim ( )não. Quais: \_\_\_\_\_

Qual a principal fonte de renda da família? \_\_\_\_\_

ASPECTOS SOCIAIS:

- Estado de conservação da moradia: ( )bom ( )regular ( )ruim

- Energia elétrica: ( )sim ( )não. Desde quando existe energia elétrica? \_\_\_\_\_

- Abastecimento de Água: ( )rios ( )poço/cisterna ( )encanada (Copasa ou outra Companhia)

( )nascentes ( )outros. Qual? \_\_\_\_\_

- Há tratamento de esgoto: ( )sim ( )não. Qual a destinação final do esgoto? \_\_\_\_\_

- Destinação dos resíduos sólidos: ( )queimado ( )enterrado ( )deixado à céu aberto ( )outras destinações.

- Fez melhorias na casa: ( )sim ( )não. Quando? \_\_\_\_\_

- Há alguma associação em Capivari? ( )sim ( )não. Qual? \_\_\_\_\_

- Faz parte dessa associação: ( )sim ( )não. Desde quando? \_\_\_\_\_

- Como foi o processo de formação dessa associação? \_\_\_\_\_

- A associação trouxe algum benefício para a comunidade: ( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_

- Você julga ser importante ter uma associação na comunidade: ( )sim ( )não. Justificativa: \_\_\_\_\_

- Está envolvido com as ações da comunidade: ( )sim ( )não. Quais as principais ações nas quais você se envolveu?\_\_\_\_\_

- Como você avalia a saúde no povoado: ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa:\_\_\_\_\_

- Como você avalia a educação no povoado: ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa:\_\_\_\_\_

#### QUESTÕES TURÍSTICAS:

- Você poderia me contar a respeito de quando começou a ideia de se desenvolver o turismo aqui? O que você achou dessa ideia?

- Para você, como era Capivari antes do turismo? Como as pessoas viviam?

- Qual era a principal forma de ocupação das pessoas, antes da chegada do turismo?

- E depois que o turismo chegou aqui, mudou alguma coisa para você? O que, por exemplo?

- Você acredita que o turismo trouxe algum benefício para Capivari? Em caso afirmativo, quais foram esses benefícios e para quem você acredita que esses benefícios foram direcionados?

- Você se sentia preparado para receber os turistas quando eles começaram a aparecer?

- O que você entende por Turismo Solidário? O que você acha do Programa Turismo Solidário?

- Você sabe quais são os objetivos desse Programa?

- Como foi sua participação quando a ideia do Turismo Solidário chegou a Capivari? Você acha que quando essa ideia chegou aqui houve uma preocupação dos idealizadores em ouvir os moradores? Como foi o treinamento, você fez algum curso nesse sentido?

- Você acha que o investimento do governo, através do Programa, trouxe alguma mudança?

- Você acredita que o turismo hoje tem um papel importante no contexto social e econômico?

- Já houve algum tipo de incentivo do governo para o investimento especificamente no turismo em Capivari?

- Como é a sua relação com os outros moradores que também trabalham com o turismo?

#### QUESTÕES AMBIENTAIS:

- Houve mudanças com a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé e da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes: ( )sim ( )não. Quais foram essas mudanças?\_\_\_\_\_

- Você participa dos Conselhos Consultivos dessas Unidades? ( )sim ( )não. Desde quanto?\_\_\_\_\_

- Quando esses Conselhos foram criados? \_\_\_\_\_

- Quais foram os principais atores envolvidos?\_\_\_\_\_

- Como você avalia a atuação deles? ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa\_\_\_\_\_

#### QUESTÕES POLÍTICAS:

- Há algum representante do povoado na Câmara dos Vereadores: ( )sim ( )não. Há quanto tempo?

- Como você avalia a atuação política no povoado, há conflitos entre partidos? ( )sim ( )não. Justificativa\_\_\_\_\_



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA OPERADORA DE TURISMO  
“ANDARILHO DA LUZ”

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_  
Local da entrevista: \_\_\_\_\_  
Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_

SURGIMENTO DA IDEIA DO TURISMO SOLIDÁRIO:

- Como surgiu a ideia do Turismo Solidário na sua empresa?
- Ano de início das atividades em Capivari? Qual o diferencial do povoado?
- Como era o envolvimento anterior com o povoado? Por que Capivari foi escolhido para ser o pioneiro das ações da Andarilho da Luz nesse contexto?
- Principais objetivos dessa ideia?
- Quais foram os principais desafios e obstáculos enfrentados para colocar essa ideia na prática?

QUESTÕES CONCEITUAIS:

- Qual é a sua concepção de Turismo Solidário? Como você acredita que essa forma de se fazer turismo pode contribuir com as localidades onde esse tipo de turismo se desenvolve?
- Como você avalia a participação dos moradores de Capivari diante do surgimento da ideia e após o início de sua operacionalização? Como foi a receptividade da proposta?
- Como foi a preparação desses moradores diante da possibilidade do envolvimento com o turismo? Você acredita que eles estavam/estão preparados para receber os turistas que chegam lá? Qual é o perfil dos turistas que procuram a Andarilho da Luz com a intenção de conhecer o povoado?
- Quais foram as principais conquistas que a Andarilho levou ao povoado?
- Como você enxerga o Programa de Turismo Solidário, idealizado pelo governo do Estado de MG?
- Na sua opinião, você acredita que essa iniciativa governamental apresenta uma concepção de Turismo Solidário convergente com a sua?

- Como você avalia os objetivos desse Programa? Em que esses objetivos se diferem ou se assemelham aos objetivos da sua concepção de Turismo Solidário?

O TURISMO HOJE:

- Como você avalia o que vem ocorrendo em Capivari atualmente, com relação ao Turismo Solidário? Você acredita que a atividade turística, na forma como ela tem sido gerida hoje, está conseguindo oferecer melhorias ao povoado? Houve alguma mudança ou desvio da sua proposta inicial de Turismo?

- Como estão as ações da Andarilho em Capivari atualmente?



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DOS CONSELHOS CONSULTIVOS  
(PEPI/APA) E DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAPIVARI

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Morador nativo: ( )sim ( )não: Tempo que reside em Capivari: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

- Quando foram formados o Conselho e/ou Associação Comunitária de Capivari?
- Desde quando você faz parte do Conselho e/ou Associação Comunitária?
- Como esses espaços foram formados? Quais foram os atores envolvidos?
- Como estava o contexto social e econômico em Capivari na época de sua criação?
- Como você avalia a atuação desse Conselho/Associação: ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa \_\_\_\_\_
- Com que frequência ocorrem as reuniões? Quando foi a última reunião realizada? Assuntos abordados.
- Você acredita que esses espaços têm cumprido seu papel como espaço de diálogo entre Estado e sociedade civil?
- Quais foram/são os principais conflitos, desafios? E as conquistas, já houveram benefícios conquistados a partir desses espaços? ( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_
- Como é a relação entre os participantes?
- Como você avalia a atuação do Estado, sobretudo no caso dos Conselhos Consultivos? ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa \_\_\_\_\_
- Há apoio do governo do estado com relação à Associação: ( )sim ( )não. Qual? \_\_\_\_\_

- Como é o processo de tomada de decisão? De que maneira os problemas são discutidos e qual a forma encontrada para chegar a algum resultado?

- Como você avalia a importância do turismo em Capivari? Para você, o turismo trouxe alguma mudança? A associação/conselho tem contribuído de alguma forma para o incentivo ao turismo?



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM O REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TURISMO  
DA PREFEITURA DO SERRO

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

- Há projetos de turismo em andamento no município do Serro? ( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_

- Como é o envolvimento da população do Serro com o turismo?

- A Prefeitura conta com o apoio de outro órgão governamental ou da iniciativa privada, com relação ao turismo?

- Relação entre o município do Serro e o Circuito dos Diamantes. Há projetos realizados conjuntamente?

( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_

- Como você avalia a atuação do Circuito dos Diamantes? ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Como você avalia a importância do turismo para o município do Serro, especificamente para as pequenas localidades? ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Como é a relação da Prefeitura de Turismo com os distritos e povoados? Existe algum projeto específico nesse sentido? ( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_

- O que você acha do Turismo Solidário? O do Programa Turismo Solidário? Como você avalia a proposta do programa? Você acha que a população envolvida está preparada para receber os turistas?

- Como você avalia as ações da Prefeitura no sentido de oferecer incentivos para o investimento no turismo? Existe algum apoio nesse sentido?

- Você acredita que o investimento no turismo trouxe algum benefício para a população, principalmente em pequenas localidades como Capivari? ( )sim ( )não. Justificativa \_\_\_\_\_

- Houve mudanças com a implantação da atividade turística nessas localidades? ( )sim ( )não. Justificativa:
- Como você avalia a participação dos moradores no contexto político? Você acha que essas pessoas têm um envolvimento de fato com as questões políticas? ( )sim ( )não. Justificativa\_\_\_\_\_
- Como você avalia a relação da Prefeitura de Turismo com o IEF, principalmente após a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé e da APA das Águas Vertentes? Existe uma parceria na elaboração de projetos de turismo, por exemplo?
- Como você avalia a implantação do PEPI no município do Serro? O que mudou com a criação do Parque? Como foi o processo de implantação do Parque?
- Como você avalia a reação da população diante da criação dessas UC`s? Sobre tudo a população que foi mais diretamente afetada, como Capivari, por exemplo?



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DE CAPIVARI NA CÂMARA DOS  
VEREADORES NO MUNICÍPIO DO SERRO (MG)

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

- Desde quanto atua na Câmara?

- Quais são seus principais projetos? Existe algum específico para a área do turismo?

- O que você acha do Turismo Solidário, e do Programa Turismo Solidário? Você tem algum projeto nesse sentido? ( )sim ( )não. Quais? \_\_\_\_\_

- O que você acha que mudou com a chegada do turismo? Você acredita que o turismo tem hoje um papel importante no contexto local?

- Como é sua relação com o Prefeito do município do Serro? Você tem o apoio do governo municipal? Você acredita que há algum conflito político local/regional?

- Qual é sua relação com os moradores de Capivari? ( )boa ( )regular ( )ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Quantos votos você alcançou na última eleição? \_\_\_\_\_

- Você acredita que a população de Capivari é engajada politicamente? A população participou/participa de campanhas políticas? Na sua opinião, a população é organizada politicamente? ( )sim ( )não. Justificativa\_

- De que forma a reivindicação dos moradores chega até você?

- Houve algum outro candidato de Capivari que concorreu com você nas últimas eleições?

- Como você avalia o quadro social do povoado? (referente à saúde, educação, saneamento básico, dentre outros indicadores). Você já apresentou algum projeto para melhorar esse quadro? ( )sim ( )não.  
Justificativa\_\_\_\_\_

- Há apoio do governo, como o Bolsa Família, PRONAF, Programa de Saúde da Família, dentre outros?

( )sim ( )não. Quais?\_\_\_\_\_

- Você acredita que o envolvimento dos moradores com o turismo pode contribuir para a melhora do quadro social do povoado? ( )sim ( )não. Justificativa\_\_\_\_\_



Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós Graduação em Geografia

APÊNDICE 6 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS GESTORES DO PARQUE ESTADUAL DO PICO DO  
ITAMBÉ E DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS ÁGUAS VERTENTES

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Hora:\_\_:\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

- Como foi o processo de criação do PEPI/APA?

- Como você avalia o processo participativo, envolvendo os moradores dos municípios envolvidos diretamente com a criação dessas Unidades, durante os processos de elaboração das propostas de criação das Unidades e durante sua concretização? ( ) bom ( ) regular ( ) ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Quais foram os principais problemas gerados pela implantação dessas Unidades?

- Como você avalia a relação do Gestor do Parque com o Gestor da APA, e vice-versa? Existe alguma sobreposição de ações? ( ) boa ( ) regular ( ) ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Como foi a reação da população diante do surgimento dessas UC's? Como está, atualmente, a relação da população local com a equipe do IEF?

- O que você acha que mudou com a implantação dessas Unidades? Principalmente para a população que sofre influência direta do Parque e da APA?

- Você acredita que a implantação dessas UC's trouxe algum benefício para a atividade turística, especificamente? Quais benefícios são esses e, de modo geral, para quem você acredita que esses benefícios são revertidos? ( ) sim ( ) não. Justificativa \_\_\_\_\_

- Como está a atuação dos Conselhos Consultivos do PEPI e da APA? ( ) boa ( ) regular ( ) ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- Como você avalia a importância desses Conselhos? Quem são os membros participantes? ( ) boa

( ) regular ( ) ruim. Justificativa \_\_\_\_\_

- A população tem algum representante nesses Conselhos? Os moradores estão envolvidos com essa questão?

- Existe algum projeto em comum entre IEF e a Prefeitura do Serro que vise, especificamente, o turismo? Você poderia me dizer se existe algum projeto na Prefeitura que integre o PEPI e que envolva as localidades englobadas pela APA? ( )sim ( )não. Quais são esses projetos?\_\_\_\_\_